PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

SÉRGIO RICARDO NUNES

COLORADO DO OESTE-RO:
ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

AGOSTO/ 2021

SERGIO RICARDO NUNES

COLORADO DO OESTE-RO:
ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Cristina Custódio

Linha de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar

CÁCERES
2021

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

NUNES, Sérgio Ricardo.
N972c Colorado do Oeste-ROEnsino de História e Cidadania na Educação Básica / Sérgio Ricardo Nunes – Cáceres, 2021.
149 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.
Orientador: Regiane Cristina Custodio

1. Cidadania. 2. Direitos. 3. Deveres. 4. Profhistória. 5. Ensino de História. I. Sérgio Ricardo Nunes. II. Colorado do Oeste-RO: Ensino de História e Cidadania na Educação Básica.
CDU 93/94:37

SÉRGIO RICARDO NUNES

COLORADO DO OESTE-RO:
ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campos Universitário Jane Vanini, Cidade de Cáceres-MT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

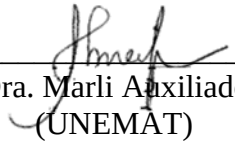
COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Dra. Regiane Cristina Custodio
Orientadora (UNEMAT)



Professor Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Convidado (UNEMAT)



Professora Dra. Marli Auxiliadora Almeida
(UNEMAT)

Professor Dr. Carlos Ednei de Oliveira
Suplente (UNEMAT)

A Deus, Senhor da vida, que me concedeu seu sopro e a teologia da libertação que visa não só a salvação da alma, mas também o bem-estar social do homem em suas diversas dimensões.

A Marcia Jovani de Oliveira Nunes, minha esposa companheira de vida e de profissão, que tanto contribuiu para este trabalho em todos os aspectos, incentivou-me de forma irresistível para que tentasse entrar. Entrando, encorajou-me na jornada de viagens para cursar as disciplinas; durante a pesquisa e a escrita foi ouvinte e leitora atenta colaborando para que esse trabalho pudesse se realizar fazendo-se assim coautora.

A Maria, minha filha, meu orgulho, meu melhor, de quem tanto me ausentei durante esse caminhar, mas que sempre me fortaleceu com suas surpresas, com suas palavras inocentes inundadas de sentimentos, com suas despedidas na rodoviária que apontavam para a volta à casa o mais breve possível.

A meus pais, Maria Do Carmo Valente Nunes (in memoriam) e Otavio Nunes Neto, mulher e homem do campo, levados pela condição de miséria a embarcar no sonho do progresso industrial e da urbanidade e, como muitos cidadãos brasileiros, foram privados de muitos direitos, dentre eles o da educação escolar plena, porém empenharam esforços para que seus filhos não o fossem.

Aos meus irmãos Celia, Alessandra, Natalia e Alexandre de quem me afastei geograficamente a mais de uma década para viver outros ares, mas de quem nunca me afastei afetivamente, e que sei, sempre torcem por mim.

Aos sobrinhos e sobrinhas, cunhados e cunhadas, sogro, sogra que representam esse ambiente chamado família, propício ao existir com alegria, em que celebramos cotidianamente a vida.

A Léo pela intensa colaboração, nos cuidados com a Maria e com nosso lar, que tem proporcionado à Márcia e eu, segurança nos afazeres do trabalho docente e nas viagens para as aulas do Mestrado e Doutorado e da pesquisa em geral.

Aos que lutam, que lutaram e que lutarão para que todas as pessoas possam desfrutar dos direitos básicos que compõem a condição de cidadania, vivendo assim de forma mais digna, com liberdade individual, igualdade de condições e uma economia mais fraterna.

Agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Em especial a minha esposa Márcia Jovani e filha Maria Sophia, que partilharam toda dor e delicia deste caminhar.

À Professora Dra. Regiane Cristina Custodio, minha orientadora, pela dedicação, comprometimento, compreensão e afetividade que empenhou neste processo para que pudéssemos concluí-lo.

À Professora Dra. Marli Auxiliadora Almeida, ao Professor Dr. Raimundo Nonato Cunha de França e ao Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira, por participarem do meu processo de qualificação e defesa e terem contribuído de forma significativa na produção desta dissertação.

Aos Professores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT – Campos de Cáceres, pelo prazer do convívio e por todo aprendizado proporcionado ao longo do curso das disciplinas.

Aos amigos da terceira turma do PROFHISTÓRIA UNEMAT, pelos ótimos momentos que partilhamos. Entre estudos, debates, angústias, sorrisos **e** botecos ficou a saudade destes momentos bons.

Aos meus alunos da Escola Manuel Bandeira com quem tenho aprendido muito ao longo de uma década. Em especial aos alunos que colaboraram participando das entrevistas enriquecendo este trabalho.

À direção da Escola Manuel Bandeira pelo o apoio dado atendendo ao meu pedido de afastamento parcial para qualificação e também pela abertura da Escola para a realização da pesquisa.

Ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu então Ministro da Educação Fernando Haddad pela implementação do (ProEB) junto a CAPES, que tem possibilitado que muitos professores da Educação Básica em diversas partes do Brasil acessem a pós-graduação stricto sensu.

A CAPES pela bolsa de Mestrado, que possibilitou custear parte das despesas com a pesquisa, com os livros e com as idas e vindas entre Colorado do Oeste-RO e Cáceres-MT

Ao PROFHISTÓRIA e a UNEMAT, que me proporcionaram a volta à universidade, o encontro com a pesquisa e a abertura de novos horizontes neste caminho de aprender e ensinar, contínuo, recíproco, fraterno.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado é resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em ensino de História da Universidade do Estado do Mato Grosso – PROFHISTÓRIA. A motivação para realizá-la está relacionada com as experiências vivenciadas pelo pesquisador em movimentos sociais e políticos relacionados aos temas juventude, cidadania, lutas por direitos e também com o exercício do magistério como professor de História da educação básica por mais de uma década no município de Colorado do Oeste, em Rondônia, onde aspectos referentes à cidadania, à Escola e ao ensino de História se fazem presentes. O objetivo geral desta dissertação é construir uma análise sobre a compreensão dos alunos da educação básica, tendo como foco estudantes dos terceiros anos do ensino médio de uma escola pública, no Município de Colorado do Oeste, sobre cidadania, e sua relação com o exercício de direitos, tendo como referência o modelo de democracia referendado pela Constituição Federal de 1988, em especial identificar qual a contribuição do ensino de História realizado na escola para tais compreensões. Como objetivos específicos buscou-se, através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, uma melhor compreensão sobre o conceito de cidadania ao longo do tempo e sua relação com o exercício de direitos fundamentais dos seres humanos, bem como entender o papel da escola, e em especial, do ensino de História na formação do cidadão, além de possibilitar a elaboração de material didático com a finalidade de orientar professores da educação básica no planejamento de aulas de História em relação a formação para a cidadania. Como método, no decorrer da pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre a História da cidadania a partir de autores como Thomas Humphrey Marshall, Jose Murilo de Carvalho, Maria Victoria de Mesquita Benevides, dentre outros, em que foi possível compreender a relação da cidadania com sociedades pautadas no reconhecimento dos direitos dos indivíduos, em especial, o Estado Nacional contemporâneo e o reconhecimento, por parte deste, dos direitos civis, políticos e sociais dos seus cidadãos. A pesquisa bibliográfica também contemplou autores da Educação e do ensino de História como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Selva Guimarães, Circe Maria Fernandes Bittencourt e Luís Fernando Cerri, no aspecto que fazem referência ao tema cidadania. Também foi realizada uma pesquisa documental em leis e diretrizes que regulamentam e orientam o ensino em geral, bem como o ensino de História na Educação básica. Documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Tais documentos contribuíram com a pesquisa, especificamente na compreensão sobre qual o papel da escola e do ensino de História para o exercício da cidadania apontado na Constituição Federal de 1988. Outra ação desenvolvida foi a realização de entrevistas com alunos do último ano da educação básica na escola Manuel Bandeira, com o objetivo de conhecer suas representações sobre o tema cidadania e sua relação com as vivências democráticas. A pesquisa, situada no campo da História local, pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa, por considerar as experiências dos estudantes com o meio cultural e social em que estão inseridos, por valorizar suas representações sobre cidadania e suas categorias a partir das experiências existenciais e valores culturais. O constructo teórico da História cultural oferecerá referenciais para a realização da análise das narrativas coletadas em entrevista. No aspecto geral, os resultados da pesquisa possibilitaram compreender que os jovens têm uma percepção positiva sobre a democracia no ambiente escolar, permitindo-nos inferir que isto acontece tendo em vista as características da cultura escolar que os possibilita compreender categorias políticas como os direitos e os deveres que orientam os conceitos de cidadania e de cidadão.

Palavras-chave: Cidadania. Direitos. Deveres. ProfHistória. Ensino de História.

ABSTRACT

This master's thesis is the result of research carried out in the Graduate Program Stricto Sensu, Professional Master's Degree in History Teaching at the State University of Mato Grosso – PROFHISTÓRIA. The motivation to carry it out is related to the experiences lived by the researcher in social and political movements related to the themes of youth, citizenship, struggles for rights and also with the exercise of teaching as a History of Basic Education teacher for more than a decade in the city from Colorado do Oeste, in Rondônia, where aspects related to citizenship, the School and the teaching of History are present. The general objective of this dissertation is to build an analysis on the understanding of Basic Education students, focusing on third-year high school students in a public school, in Colorado do Oeste, about citizenship, and its relationship with the exercise of rights, having as reference the model of democracy endorsed by the Federal Constitution of 1988, in particular to identify the contribution of the teaching of History carried out in school for such understandings. As specific objectives, a better understanding of the concept of citizenship over time and its relationship with the exercise of fundamental human rights, as well as understanding the role of the school, was sought through bibliographical, documental and field research, and in particular, the teaching of History in the formation of citizens, in addition to enabling the development of teaching material in order to guide basic education teachers in planning History classes in relation to formation for citizenship. As a method in the course of the research, bibliographical research on the History of citizenship was used from authors such as Thomas Humphrey Marshall, Jose Murilo de Carvalho, Maria Victoria de Mesquita Benevides, among others, in which it was possible to understand the relationship between citizenship and societies based on the recognition of the rights of individuals, in particular, the contemporary National State and its recognition of the civil, political and social rights of its citizens. The bibliographical research also included authors from Education and the teaching of History such as Paulo Freire, Miguel Arroyo, Selva Guimarães, Circe Maria Fernandes Bittencourt and Luís Fernando Cerri, in the aspect that make reference to the citizenship theme. A documentary research was also carried out on laws and guidelines that regulate and guide education in general, as well as the teaching of History in Basic Education. Documents such as the Law on Education Guidelines and Bases, the National Curriculum Guidelines and the National Curriculum Parameters. These documents contributed to the research, specifically in the understanding of the role of the School and the teaching of History for the exercise of citizenship indicated in the Federal Constitution of 1988. Another action developed was conducting interviews with students in the final year of Basic Education in Manuel Bandeira School with the objective of getting to know their representations on the theme of citizenship and its relationship with democratic experiences. The research, located in the field of local history can be classified as a qualitative research, considering the experiences of students with the cultural and social environment in which they live, for valuing their representations of citizenship and its categories based on existential experiences and values cultural. The theoretical construct of cultural history will offer references for carrying out the analysis of the narratives collected in the interview. In general, the research results made it possible to understand that young people have a positive perception about democracy in the school environment, allowing uso to infer that this happens in view of the characteristics of school culture that enable them to understand political categories such as rights and duties that guide the concepts of citizenship and citizen.

Keywords: Citizenship. Rights. Duties. ProfHistory. History teaching.

É *(Gonzaguinha)*

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor
A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade
É!
A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela
É!
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação
É, é, é, é, é, é, é! (...)

Poema do aviso final *(Torquato Neto)*

É preciso que haja alguma coisa
alimentando o meu povo;
uma vontade
uma certeza
uma qualquer esperança.
É preciso que alguma coisa atraia
a vida
ou tudo será posto de lado
e na procura da vida
a morte virá na frente
e abrirá caminhos.
É preciso que haja algum respeito,
ao menos um esboço
ou a dignidade humana se afirmará
*a machadada*s.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Colorado do Oeste 1976 82
Imagem 2: Colorado do Oeste 2020 83
Imagem 3: Escola Manuel Bandeira 1983 e 2020 85
Imagem 4: EEEFM Manuel Bandeira 2019 86

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Rondônia no Brasil: fronteira internacional 77
Mapa 2: Localização de Colorado do Oeste – RO 81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais palavras que expressam o que é cidadania para os alunos 53
Quadro 2: O que é ensinado na Escola ajuda a se sentir cidadãos 90
Quadro 3: Referente à importância do ensino e aprendizado da disciplina História para melhor compreensão do tema cidadania e o papel do cidadão 92
Quadro 4: Quadro 4 Sobre a importância de se estudar História para compreender o que é ser uma pessoa com direitos e deveres.....94

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EEEFMMB	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEC	Faculdade de Educação de Colorado do Oeste
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIE	Laboratório de Informática Escolar
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PEC	Proposta de emenda Constitucional
PP	Projeto Pedagógico
PICs	Projetos Integrados de Colonizações
PIC-PAR	Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro
ProEB	Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
PT	Partido dos Trabalhadores
SOE	Serviço de Supervisão Escolar
SUE	Supervisão Escolar
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato grosso
UNILESTE-MG	Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 A CIDADANIA COMO TEMA FORMATIVO: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS 35

1.1 A CIDADANIA NO HORIZONTE ESCOLAR: UMA NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA 35

1.2 A CIDADANIA NA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 42

1.3 SER CIDADÃO: PERTENCER, TER E EXERCER DIREITOS 49

1.4 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA CIDADÃ, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 56

2 - O ENSINO DE HISTÓRIA E SUAS INTERFACES COM A CIDADANIA 65

2.1 A CIDADANIA COMO FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 65

2.1.1 O ensino de História e a formação para a cidadania na educação básica: prerrogativas e orientações 70

2.2 ESTADO DE RONDÔNIA E MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS 77

2.3 ESCOLA MANUEL BANDEIRA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A CIDADANIA 84

2.3.1. Cidadania e suas abrangências: representações culturais de alunos da Escola Manuel Bandeira 89

2.4 CIDADANIA, CULTURA ESCOLAR E HISTÓRIA LOCAL 96

3 FALAM OS ESTUDANTES: REPRESENTAÇÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE CIDADANIA 102

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS SOBRE A PESQUISA EMPÍRICA 102

3.2 O PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA MANUEL BANDEIRA 107

3.3 DIREITOS, DEVERES, PERTENCIMENTO: A CIDADANIA NA REPRESENTAÇÃO CULTURAL DOS ALUNOS DA ESCOLA MANUEL BANDEIRA. 112

3.3.1 A Escola como espaço de aprendizado de cidadania 114

3.3.2. Os direitos deveres e cidadania no ambiente escolar e no espaço local 120

3.3.3. Ensino e aprendizado de História na escola como caminho para a cidadania 129
CONSIDERAÇÕES FINAIS 139
REFERÊNCIAS 142
APÊNDICE A – Formulário de pesquisa 148
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada 149

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi elaborada a partir de uma pesquisa realizada no decorrer do curso de Mestrado profissional em ensino de História – PROFHISTÓRIA, realizado na Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, cuja investigação, de natureza qualitativa sobre o ensino de História na educação básica, deu-se mais precisamente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira, no município de Colorado do Oeste – RO, com duas turmas de 3° ano do Ensino Médio.

No desenvolvimento da pesquisa, abordamos o conceito de cidadania encontrado em Marshall (1963) que relaciona cidadania ao exercício de direitos no campo civil, político e social; em Arroyo (1999) que apresenta a cidadania em uma perspectiva de conquistas sociais através da luta política e em Nosella (1999) que atribui à cidadania um sentido identitário e de consciência de classe. Macedo (2014), por sua vez, propõe um olhar sobre o tema da cidadania como representação social de estudantes da educação básica e considera sua ligação com a Educação, como é destacada por Carvalho (1998), que relaciona educação e cidadania quando assinala a falta de uma população educada politicamente como empecilho para o exercício da cidadania.

Aspectos relacionados à democracia como modelo de organização da sociedade, também são tratados na escrita desta dissertação visto que a cidadania quando associada ao exercício de direitos e da participação política, só se faz possível em regimes democráticos.

O filósofo italiano Norberto Bobbio (2017) ao conceber sua ideia de democracia, a associa diretamente com o conceito de liberalismo no seu aspecto político, não necessariamente adentrando em questões econômicas. Segundo ele: “Entende-se uma determinada concepção de Estado na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõem ao Estado absoluto. ” (BOBBIO, 2017, p.14) sobre tal perspectiva, o liberalismo político fundamenta a existência do Estado constitucional moderno caracterizado pela limitação de poderes e pelo antagonismo ao Estado absoluto.

Bobbio (2017) destaca que a democracia como modelo de organização social tem como característica indispensável um amplo arcabouço de normas e métodos destinados a garantir a participação da população nas tomadas de decisões relativas ao uso do poder político. Para ele: “[...] por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 2019, p. 27).

Levando em consideração o que diz Bobbio (2019) é pertinente destacar que no decorrer desta dissertação alguns conceitos como “classe social” e “classe operária” serão utilizados, a partir das referências de autores do amplo campo marxista, juntamente com conceitos como “grupos sociais” e “práticas” e “representações” pertencentes ao campo da História cultural.

Destacamos que na perspectiva do referencial teórico, realizamos leituras de autores dos campos da Educação e das Ciências Sociais que pesquisam e escrevem, a partir do paradigma Marxista nos seus diversos expoentes e tais autores contribuíram para uma análise mais ampla no território das relações entre grupos sociais distintos, sem, no entanto, promover uma polarização teórica com conceitos específicos do campo da História cultural, como o de representação, utilizado para analisar as entrevistas feitas com alunos da educação básica.

Parece pertinente esclarecer que ainda que se lance mão de conceitos que pertencem a campos teóricos diferentes, compreendemos que eles possibilitam aquilo que Bezerra (2017) denominou de encontro teórico e eu acrescentaria, encontro teórico produtivo.

Esta dissertação, com o título – “Colorado do Oeste – RO: Ensino de História e cidadania na Educação Básica”, problematiza o ensino de História nas escolas brasileiras a partir da Constituição de 1988, que deixa claro no seu artigo 205, a função social da Educação para formação dos estudantes, no que diz respeito à qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania.

Tal responsabilidade de formar para a cidadania é relatada em documentos oficiais da Educação, que foram construídos a partir da aprovação e implementação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, no ano de 1996. Como exemplo destes documentos temos os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a Base Nacional Curricular Comum do ensino fundamental e médio e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas**.**

A respeito da formação para a cidadania encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) a seguinte concepção:

> A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A Educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condição de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. (BRASIL, 2013, p. 4)

O texto contido nas DCNs aborda a formação para cidadania em toda educação básica, desde a educação infantil (em que menciona a Declaração Universal dos Direitos da Criança e

Adolescentes) e a criação, no Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como referência na luta por acesso a creches e pré-escolas como direitos básicos, no que se refere à universalização do ensino fundamental e a ampliação de sua duração e obrigatoriedade de matrícula a crianças a partir dos seis anos. Dessa maneira, o acesso à escola torna-se um direito inalienável. No que se refere ao ensino médio, observa-se que há a intenção de uma formação considerada cidadã, juntamente com a capacitação para o trabalho (BRASIL, 2013). Nos PCNs, que foram constituídos no final dos anos 90 do século XX, tanto no que se refere ao ensino fundamental como ao ensino médio, há destaque para o papel da disciplina História na formação dos estudantes para o exercício da cidadania, partindo de um ensino que possibilitasse o pensar sobre a identidade, a vida em sociedade e a luta por direitos, como características básicas do cidadão.

Segundo Campos (2012), os documentos que orientam a educação básica destacam que a formação para a cidadania relaciona-se com a capacidade de participação social e política assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia uma atitude de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Quanto à disciplina de História no ensino fundamental, como também no ensino médio, sua importância no currículo não se prende somente a uma preocupação com os fatos históricos pertencentes a História do Brasil ou da História universal, mas sobretudo no que a disciplina pode proporcionar como contribuição específica ao desenvolvimento dos alunos como sujeitos conscientes, capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e como prática de cidadania.

Segundo Guimarães (1993), a História como disciplina escolar, fora introduzida no currículo das escolas brasileiras em meados do século XIX. A partir de então, seu conteúdo tem sido objeto de acalorados debates entre estudiosos e de preocupação estratégica para o poder público, com o propósito de articulá-lo aos projetos políticos, econômicos e ideológicos que estiveram em jogo em diferentes momentos da História do Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988 (caracterizada como uma constituição liberal cidadã), ao ensino de História nas escolas de educação básica, atribuiu-se a competência de promover, de forma articulada com outras disciplinas, que fazem parte da Educação formal, um aprendizado voltado para o exercício da cidadania, tendo como pano de fundo o fortalecimento da democracia e do Estado de direito.

A pesquisa realizada no PROFHISTÓRIA buscou averiguar, no contexto escolar, o conhecimento dos alunos da educação básica sobre o tema cidadania e sua importância para a

vida democrática. Foi realizada a partir de uma investigação teórico-bibliográfica, com a leitura de autores do campo da educação e do ensino de História, de uma pesquisa documental em documentos oficiais como legislação educacional, documentos específicos da escola e uma pesquisa de campo realizada com alunos, a partir de aplicação de formulários e realização de entrevistas.

Uma significativa contribuição da pesquisa foi constatar a importância das aulas de História para a formação cidadã, mesmo que tal formação nem sempre seja perceptível fora do contexto da cultura escolar ou das práticas culturais dos alunos da educação básica. A pesquisa revelou também aspectos relacionados às condições sociais destes alunos e o nível de conhecimento sobre seus direitos no que tange aos campos econômico, social e político.

Considera-se pertinente mencionar que o desenvolvimento da pesquisa sobre o ensino de História e a formação cidadã dos alunos da educação básica da escola Manuel Bandeira, contou com a contribuição de trabalhos já realizados sobre o tema educação e cidadania.

Cecilia de Fatima Boaventura de Macedo (2014) trouxe uma importante contribuição para o entendimento da cidadania como categoria política, dando destaque ao protagonismo dos jovens estudantes na busca por consolidação de direitos. A autora destaca a importância de apropriação de linguagens e conceitos próprios da chamada cultura escolar, nos espaços públicos de educação, objetivando o entendimento sobre as concepções e os aprendizados de cidadania dos jovens estudantes. Segundo a autora:

> É preciso penetrar nesta rede de relações nascidas no contexto da modernidade, entre cultura escolar, sistema público de ensino, formação de mentalidades e modos de construção do ser humano, com o intuito de promover uma educação orientada para o exercício de uma cidadania ativa. (MACEDO, 2014, p. 12-13)

A cidadania concebida no espaço escolar pelos estudantes relaciona-se, assim, de forma direta com as ações empreendidas por eles nas tratativas e nas resoluções de problemas que fazem parte do seu dia a dia.

A pesquisadora Ana Kelly Arantes (2015) pesquisou a formação cidadã oferecida pelo Instituto Federal de Minas Gerais-IFMG Campus de Bambuí aos seus alunos bolsistas do programa de assistência estudantil.

Partindo da proposta de criação dos IFs, de oferecer formação técnica sólida para seus estudantes, a pesquisadora questiona o nível da formação humana e cidadã dos cursos de formação técnica concomitante ao ensino médio oferecidos nas instituições. Suas reflexões apontam para uma importante contribuição dos programas de assistência estudantil para uma

mais profunda compreensão dos alunos sobre cidadania, tendo em vista ser esta a garantia de direitos fundamentais em que se destaca o direito ao acesso à educação, bem como o direto à permanência na escola através de assistência estudantil. Sobre sua pesquisa a autora considerou o seguinte:

> Na pesquisa, buscou-se avaliar em que medida a proposta de formação dos institutos alcançou seu objetivo de concepção – 'a articulação entre trabalho, ciência e cultura em uma perspectiva emancipadora' – a partir da realidade do IFMG instalado na cidade de Bambuí. O objeto de análise refere-se à formação para a cidadania presente nos conteúdos de disciplinas constantes nas estruturas curriculares dos cursos selecionados, bem como atividades escolares e acadêmicas programadas. Considerou-se também o apoio social dado aos alunos de baixa renda, beneficiários do Programa de Assistência Social Estudantil aplicado pela instituição. (ARANTES, 2015, p. 47)

A educação técnica e tecnológica oferecida nos IFs, conforme observou a autora, tem como objetivo oferecer uma educação emancipadora capaz de integrar a formação para o trabalho com a formação geral do ser humano, destacando assim, a contribuição de disciplinas técnicas para os conhecimentos de cidadania.

No campo da contribuição das disciplinas escolares para a formação cidadã dos estudantes da educação básica, Maurício Colenghi Filho (2016) também tornou-se uma importante referência ao propor uma reflexão sobre o ensino de filosofia na educação básica, que pudesse contribuir para o conhecimento do tema cidadania em uma perspectiva do exercício de direitos civis, políticos e sociais e de suas práticas de cidadania dentro do espaço escolar, para além de sê-lo no contexto social dos jovens estudantes.

A pesquisa de Colenghi Filho (2016) reforça também o papel da Constituição Federal de 1988, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 como de suma importância para a promoção da cidadania dentro do espaço escolar. Segundo o pesquisador:

> A LDB de 1996 tem suas raízes na Constituição de 1988, denominada pelo então Deputado Ulisses Guimarães como Constituição Cidadã. Como 'Filha' de uma Constituição democrática, a LDB não deixou de contemplar artigos cruciais que acenam para uma educação básica voltada para o exercício da cidadania. (COLENGHI FILHO, 2016, p. 25-26)

O autor explica que a pesquisa contemplou a legislação educacional estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988, como importantes normas para orientar o papel das disciplinas escolares no processo de formação do cidadão no espaço escolar.

As leituras de Macedo (2014), Arantes (2015) e Colenghi Filho (2016) foram de muita importância para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta dissertação, por permitir vislumbrar a cidadania no seu aspecto histórico e como condição de vida aos sujeitos históricos que possuem direitos e deveres garantidos constitucionalmente e considerando, sobretudo o espaço escolar, como ambiente propício para o aprendizado sobre o tema.

Refletindo a partir das palavras do historiador Luis Fernando Cerri de que: "quem acreditamos que somos depende de quem acreditamos que fomos" (CERRI, 2011, p.11) penso na formação de uma consciência histórica a partir da História ensinada na escola, ou de forma alternativa, em diversos ambientes da sociedade civil como fator imprescindível para uma existência cidadã marcada pela participação política nos caminhos da sociedade da qual fazemos parte. Sendo assim, se faz importante contar um pouco sobre meu processo formativo e minha vida profissional na Educação.

Sou natural da cidade de Ipatinga no estado de Minas Gerais, onde passei minha infância e realizei meus estudos da educação básica à graduação. Cursei a graduação em filosofia no Centro Universitário do leste de Minas Gerais – UNILESTEMG, uma instituição católica, localizada no interior do estado, vinculada à diocese de Itabira – Coronel Fabriciano. Antes, havia estudado em escolas públicas do Município de Ipatinga e também do estado de Minas Gerais. No ensino médio, estudei em horário noturno, pois conciliava trabalho e estudos.

Minha região de origem é uma região industrial conhecida como vale do aço mineiro, devido à grande produção de aço nas siderúrgicas locais. No período que cursava o ensino médio (com atraso de dois anos em decorrência de reprovação no antigo primeiro grau), também era operário no interior da siderúrgica Usiminas. Tempos difíceis, mas de muito aprendizado.

Um fato importantíssimo para minha formação ocorreu quando, através da pastoral da juventude da igreja católica, participei de um ciclo de formação destinado a preparar lideranças de grupos de jovens católicos, denominado "curso de formação de lideranças", no método "ver, julgar e agir", que contribuiu de forma categórica para uma nova percepção da realidade social, que para Dick (1999), é feita de diversidade e complexidade material e histórica.

Ao participar dos vários módulos do curso, promovido pela pastoral da juventude, me aproximei dos movimentos sociais e também de pastorais sociais da igreja, entrando em contato com a teologia da libertação e com seu ideário, que segundo Frei Betto (1981), manifesta a preferência pastoral pelos pobres e excluídos e com diversos padres que são

orientados por essa leitura dos evangelhos e por essa compreensão da religião, que também se baseia em teorias sociais críticas para compreender a sociedade industrial e suas mazelas materializadas nas injustiças.

Dos tempos de pastoral da juventude, ficou um aprendizado sobre a História do Brasil, com ênfase na História de resistência dos povos dos movimentos sociais, alguns conhecimentos de sociologia e de filosofia, aspectos que contribuíram com a capacidade de julgar as condições sociais a qual nós, então jovens operários, naquele tumultuado final de século, estávamos inseridos, o que possibilitou adquirir um referencial teórico importante para a análise da conjuntura e para o agir no meio social. O que neste momento, me remete ao que diz Gramsci (1995) de que é na união entre a teoria e a prática que se pode superar ou trabalhar para superar as desigualdades e as divisões refletidas nos grupos sociais economicamente e culturalmente distintos.

Nesse período dos tempos de pastoral da juventude, concluí o ensino médio e devido à militância e ao aprendizado, meus anseios eram outros. Continuava como operário na siderúrgica, mas tinha, já, a intenção de prosseguir os estudos. E assim, o campo escolhido foi a Educação, muito pela influência de professores dos quais me tornei amigo, mas também por uma crença poética e utópica de mudar a sociedade tendo na educação o instrumento capaz da revolução social, cultural, epistêmica e ética.

Por falta de condições financeiras de arcar com mensalidades da faculdade, não consegui entrar no ano seguinte ao fim do ensino médio. Com implementação da graduação em filosofia no Unileste-MG, consegui uma bolsa para estudar na instituição a partir do ano de 2003, onde no ano de 2006, terminei a graduação, vindo a cursar uma especialização em História do Brasil, entre os anos de 2006 e 2007.

Ao concluir a graduação (no ano de 2006 já estava lecionando), atuava como professor designado de Sociologia e História, no ensino fundamental e médio, na rede pública do estado de Minas Gerais. Porém, devido à vitória do Partido dos Trabalhadores – PT, nas eleições municipais no ano de 2004, no Município de Santana do Paraiso, no ano de 2005 fui convidado para participar da gestão do município, tendo exercido o cargo em comissão de gerente municipal, responsável por elaborar políticas públicas para a juventude e implementar o orçamento participativo no município.

Como parte atuante no poder público, no cargo de representante do conselho municipal da juventude, participei da construção das políticas estaduais e nacionais de juventude e contribuí para a construção do Estatuto Nacional da Juventude durante o governo

Lula, que visava reconhecer as necessidades específicas dos jovens para construção de significativas políticas direcionadas a eles.

Rodrigo Abel (2007), então conselheiro nacional de juventude no ano de 2008, nos chama a atenção para a importância destas ações:

> A preocupação com os jovens evoca a preocupação com o futuro da sociedade, com seus rumos e alternativas de desenvolvimento. São os/as jovens que reproduzem, questionam, modificam, validam os símbolos, valores e códigos de funcionamento da sociedade onde vivem. Serão eles e elas que definirão padrões de reprodução e ou de mudança da sociedade e de suas instituições. (ABEL, 2007, p. 20)

No ano de 2010, por motivação pessoal e por desejo de retornar à prática docente, prestei concurso para professor na Secretaria de Educação de Rondônia, tendo sido aprovado para o cargo de professor da educação básica do estado e lotado no Município de Colorado do Oeste.

Nos anos seguintes 2012 e 2013, concomitante a atuação na rede estadual de educação, cursei especialização em docência no ensino superior e exerci por cinco anos o cargo de professor no ensino superior na Faculdade de Educação de Colorado do Oeste – FAEC, na qual lecionei as disciplinas de "filosofia e sociologia da Educação" nos cursos de pedagogia e letras, além de "iniciação à filosofia", "sociologia do trabalho" e "ética" no curso de administração, no período de 2012 a 2017. Sempre busquei apresentar aos meus alunos, em sua maioria futuros colegas de profissão, a importância de uma visão crítica em relação à Educação e à sociedade, bem como ter claro uma concepção do papel social da escola, que segundo Henry Giroux (1992), é o de transformar a realidade social a partir da transformação do sujeito.

Na educação básica, sou professor de "filosofia" e "sociologia", no ensino médio, e da disciplina de "História", no ensino fundamental e médio. Essas atividades de docência na educação básica, têm me proporcionado experiências significativas ao me relacionar com adolescentes e jovens nesse processo que se dá no dia a dia, na escola Manuel Bandeira, onde leciono há mais de 10 anos transitando na criticidade da filosofia, no método sociológico e na abordagem Histórica dos fatos do passado a partir do presente, que segundo Antoine Prost (2008), é o lugar da narrativa histórica, no intuito de construir conhecimentos.

Posso afirmar que nesse período em que minhas atividades profissionais estão, em suas totalidades relacionadas à docência (seja na educação básica da rede pública, ou atuando no ensino superior na iniciativa privada), tenho aprendido muito. Em minha perspectiva, educar é em si um processo contínuo de aprendizado que exige certos saberes para sua boa

prática, como afirma Freire (1999), e nessa prática, se faz necessário um processo de assimilação cultural, de enfrentamento político no cotidiano profissional e nas relações que se estabelecem no chamado “chão da escola”.

Minhas experiências, no ambiente escolar, em específico na sala de aula, não podem deixar de ser baseadas nos meus aprendizados que se deram no meio operário, na religião libertadora, na militância política, na gestão pública, com ênfase na discussão de políticas públicas direcionadas aos direitos e protagonismos dos jovens, tendo em vista a participação democrática e o exercício da cidadania, que segundo Carvalho (2012), é a partir da implementação de direitos de cunho social que essa se materializa. Portanto, a não existência desses direitos implicam na fragilização do cidadão e consequentemente da própria democracia.

Educar, sob tal perspectiva, pressupõe a busca de um mundo melhor, com inclusão de todos, onde os seres humanos possam se realizar em plenitude. Educar para que possamos ter utopias, no sentido de sonhar, como destaca Frei Betto (2005):

> Assim com dom Hélder Câmara, Martin Luther King e Jhon Lennon, nós também temos um sonho, sonho de um Brasil sem desigualdade social; sem criança de rua ou fora da escola; sem adulto desempregado; sem idoso humilhado por uma aposentadoria que se assemelha a esmola. Sonho de ver cada cidadão desse país com acesso a três refeições diárias, à saúde, à educação, ao lazer, à arte, ao riso solto, a festa. (BETTO, 2005, p. 63)

O ato de educar, no meu entendimento, é um ato de extrema ousadia para com o sistema no seu viés econômico, social e cultural. É um ato de liberdade, ou que provoca a busca pela liberdade, tanto no discente quanto no docente, e deve ter como um de seus objetivos, combater ideologias de classes sociais dominantes, a partir da compreensão que nos é oferecida por Marilena Chauí (1980) de que o agir social é quase sempre determinado por relações de classes, estas pautadas por determinações ideológicas, que segundo Paulo Freire (2019), representam, seja no bojo social, ou na relação de ensino e aprendizagem, uma relação desigual entre oprimido e opressor.

Abordar o ensino de História na educação básica como mera narrativa de fatos históricos que ocorrem de forma linear no tempo, dando destaque para os chamados “heróis”, desconectando assim o saber histórico do fazer cotidiano dos alunos, tem se mostrado uma prática que não contribui plenamente com o ideal de uma educação formadora para a vida cidadã.

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988 e a LDB 9394/96, a formação para a cidadania passa a ser apresentada, nos documentos produzidos em várias instâncias, desde o Ministério da Educação até o planejamento dos professores, como um dos objetivos fundamentais da educação e, em particular, do ensino de História. Porém, para que essa finalidade seja atingida nas salas de aula, é necessário, em primeiro plano, ter clareza a respeito do significado da cidadania no mundo contemporâneo e de suas relações com a educação escolar e com o processo de ensino-aprendizagem em História.

Uma questão fundamental presente no conceito de cidadania moderna é o exercício de direitos, que segundo Carvalho (2012), está dividido em: direitos civis (que são aqueles relacionados à liberdade individual, à manutenção da vida, da propriedade, igualdade perante a lei); direitos políticos (que se referem à participação política, ao direito de votar e de ser eleito.); e direitos sociais (como direito à Educação, ao trabalho, à saúde, à aposentadoria, entre outros).

De acordo com a teoria constitucional moderna, o cidadão é a pessoa humana que se vincula de forma legal com o Estado, seguindo e respeitando os preceitos da Lei, gozando de direitos e prerrogativas, como afirma Benevides (1994):

> O cidadão é caracterizado no mundo moderno como o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado. É portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal (constituições, leis), que lhe confere ainda, a nacionalidade. Cidadãos são, em tese, livres e iguais perante a lei. Nos regimes democráticos, entende-se que os cidadãos participaram ou aceitaram o pacto fundante da nação ou de uma nova ordem jurídica. (BENEVIDES, 1994, p. 7)

Na modernidade, segundo Benevides (1994), a relação do cidadão e o Estado é determinada por Leis que estabelecem direitos e também deveres. O conceito de cidadão inscreve-se na tradição fundada pelo liberalismo inglês e pela revolução francesa. Identifica-se com os princípios expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a democracia e, por ter se desenvolvido no interior de Estados nacionais, relaciona-se também com a ideia de nacionalidade.

Existem dois aspectos importantes a serem considerados no que se refere à cidadania. Se por um lado, há uma igualdade de direitos estabelecida juridicamente, por outro, as sociedades contemporâneas são marcadas por desigualdades e diferenças de vários tipos: de classe social, de identidade étnica, de gênero, de crenças religiosas, entre outras. As mudanças profundas que marcaram as últimas décadas, impulsionadas pela globalização e pela revolução tecnológica, geraram novas demandas, como o direito à memória, os direitos

específicos de grupos técnicos e etários (crianças, adolescentes, idosos) e o direito à liberdade de orientação social.

As diferenças existentes entre a visão de cidadania exposta acima e a experiência das sociedades contemporâneas, têm levado a uma contínua reavaliação e ampliação do próprio conceito de cidadania, o que implica reconhecer a diversidade entre os indivíduos e as culturas e garantir sua inclusão na coletividade política. Sendo que é no contexto de reconhecer a diversidade cultural, o protagonismo da pessoa humana na constituição da identidade social e sua condição de sujeito de direitos constitucionais, que o ensino de História pode contribuir para que as futuras gerações possam exercer uma cidadania participativa, democrática e inclusiva. Isso porque, segundo Prost (2008), o conhecimento histórico é produzido com base na investigação e no exame crítico das marcas da experiência humana, em todas as suas dimensões, construídas por uma multiplicidade de sujeitos em diferentes tempos e lugares.

Podemos afirmar, assim, que o estudo da disciplina História possibilita aprender as semelhanças e as diferenças entre as várias sociedades, bem como as permanências e mudanças no tempo, por meio da análise e da interrogação de fontes variadas, o que contribui para que as crianças e os adolescentes, dentro de suas possibilidades, desenvolvam um olhar crítico sobre o passado e o presente da sociedade em que vivem, adquirindo, construindo e reconstruindo conhecimentos que os ajudem a fazer opções conscientes e a elaborar projetos para o futuro pessoal e coletivo.

A partir da pesquisa empreendida, alicerçada na análise crítica sobre o ensino de História, no ambiente escolar da EEEFM Manuel Bandeira, na cidade de Colorado do Oeste, cone sul de Rondônia[1] e na contribuição dessa para a formação cidadã dos alunos, foi possível compreender a importância do processo formativo desenvolvido no ambiente escolar, em especial em relação ao ensino da disciplina História que tem como objetivo a preparação dos estudantes para o convívio social, em que esteja presente neste convívio, o exercício de direitos sociais, civis e políticos. Sendo dessa maneira, considera-se que os jovens estudantes poderão participar nas diversas instâncias de controle social, em que haja espaço para a atuação da sociedade civil, tendo em vista a aprendizagem que os permitirão perceber o fato temporal histórico nos seus contextos macrossocial e macrossocial, ou seja, no mundo e no

[1] Território Rural, conhecido como Cone Sul – RO, está localizado no extremo sul do Estado e é composto por 7 municípios: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena.

Brasil, a partir de suas dimensões culturais, econômicas, sociais e políticas nas esferas públicas e privadas.

A educação Pública no Brasil, a partir da Constituição de 1988 e da LDB 9394/96, tem intensificado sua proposta de formação ampla dando destaque para o papel das diversas disciplinas na formação do cidadão. Segundo os documentos oficiais que regulamentam objetivos da educação básica no Brasil, o planejamento de ensino dos professores deve priorizar atividades que proporcionem um ensino significativo para a formação geral dos estudantes, destacando a formação cidadã como objetivo imprescindível da educação dentro do Estado democrático de direito.

Bittencourt (2009) esclarece que as disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a Escola desempenha o papel de instruir alunos, buscando objetivos definidos por instâncias mais elevadas. Portanto as disciplinas escolares devem cumprir um objetivo político determinado a partir da Constituição, que se materializa na Lei da educação básica e nas diretrizes e referenciais elaborados a partir desta e, neste caso, a formação cidadã é uma prerrogativa das disciplinas escolares.

A História como disciplina escolar, segundo os documentos oficiais da Educação, tem como desígnio importante formar o cidadão a partir da valorização da memória social, do ensino e da valorização da História local, dos valores culturais e do protagonismo do estudante na construção do seu conhecimento, seja sobre o passado ou sobre a relação deste com o presente. Dessa forma, será possível valorizar a sua relação com a realidade vivenciada e reconhecer a sua identidade, ~~esta~~ considerada um aspecto preponderante para a formação cidadã, o que é de ampla relevância para a vida em sociedade e uma tarefa, em parte, delegada à escola, como afirma Bittencourt (2009, p.121): “a constituição de identidade associa-se a formação da cidadania, problema essencial na atualidade ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular.” A cidadania dos indivíduos, a partir do que diz a autora, pode ser compreendida como uma das questões essenciais para o existir social, sendo, portanto, um dos objetivos da educação e que, segundo ela, tem uma relação intrínseca com os entendimentos sobre identidade.

Nesse contexto de formar o cidadão, a partir de sua constituição identitária, o ensino de História tem como objetivo contribuir para tal formação, proporcionando aos estudantes um conhecimento que os desperte para uma conscientização sobre seu pertencimento a uma cultura local e da importância de sua participação nos canais democráticos da sociedade. Bittencourt (2009) compreende que a História como disciplina escolar, contribui diretamente para o despertar de uma cidadania política.

Os motivos que estimularam a realização da pesquisa e desta dissertação, estão relacionados às experiências de vida do pesquisador, como a participação em movimentos sociais e de juventude, que tiveram como bandeiras a luta por direitos sociais e pela busca de representatividade jovem nos espaços políticos e de controle social pela sociedade civil, como também, à sua percepção (em decorrência das experiências como professor de História na educação básica ao longo de dez anos) acerca da existência de uma expressiva lacuna no campo da educação, de caráter humano, no que se refere à educação para o exercício da cidadania, pois, ao longo de uma década, observou-se que a escola parecia não cumprir totalmente seu papel de formar o cidadão crítico, apto a cobrar e exercer direitos fundamentais nos campos civil, político e social, sendo ainda que tampouco a História, como disciplina escolar, conseguia desempenhar tal tarefa.

Portanto, investigar as relações existentes no processo de ensino e aprendizagem que ocorre na sala de aula e a concepção de alunos da educação básica sobre a cidadania e seu exercício, foi o caminho escolhido para entender um pouco sobre a formação cidadã, no nível de ensino acima referido e em especial, na contribuição do ensino de História para tal formação.

Delineou-se como objetivos da pesquisa: compreender historicamente as concepções sobre cidadania, em especial sua apropriação pelo Estado Nação e também seu significado dentro das chamadas democracias liberais, que na visão de Bobbio (2017), estão associadas ao campo das liberdades políticas, dos direitos e garantias individuais e não diretamente ao liberalismo econômico; pesquisar sobre o ensino de História e suas possibilidades de contribuir na formação para a cidadania, tendo como referência de cidadania as sociedades democráticas e o exercício de direitos fundamentais, partindo para tal, da análise de documentos que estabelecem e orientam a Educação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988; compreender o conhecimento dos alunos da educação básica de uma escola pública, no município de Colorado do Oeste, no estado de Rondônia, sobre cidadania, sua importância para a democracia e sobre o exercício de direitos por parte dos cidadãos. Em especial, identificar a contribuição do ensino de História, realizado na escola Manuel Bandeira, para a formação desses cidadãos.

Como metodologia, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Como instrumentos de coleta de dados, foi utilizado o fichamento, o questionário e a entrevista semiestruturada.

Luna (2002) considera que um dos principais objetivos da revisão de literatura é determinar o “estado da arte”, ou seja, ver e conhecer o tema da pesquisa a partir de outros

pesquisadores da área. Sob tal perspectiva, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo o levantamento e análise de livros, teses, dissertações, artigos e outros materiais, a fim de conhecer um pouco sobre a História da cidadania e as principais contribuições teóricas e metodológicas que orientam a prática do ensino da História na educação básica, na perspectiva da educação para o exercício da cidadania.

Como instrumento metodológico, foi utilizado o fichamento, no qual, após leitura, foram transcritos parcial/integralmente e referenciadas as informações relevantes para a pesquisa que serviram de consulta e fundamentação teórica num momento posterior.

A pesquisa bibliográfica sobre a História da cidadania e o ensino de História no Brasil, possibilitou uma melhor compreensão do conceito de cidadania ao longo do tempo histórico, sua relação com a democracia e com o exercício de direitos fundamentais dos seres humanos, bem como sobre o papel desempenhado pela História como disciplina escolar, principalmente após a Constituição de 1988.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, foi observada a concepção de cidadania como categoria de análise, em que as referências para a sua compreensão se encontram nas obras elaboradas pelos seguintes autores: Marshall (1963); Carvalho (2012); Benevides (1994); Pinsky e Pinsky (2003); Arroyo (1999); Nosella (1999, 2016) e Macedo (2014) tendo como aspectos definidores a conquista e o exercício de direitos, bem como a participação política na sociedade democrática.

No campo do ensino de História, da didática da História e da relação entre História ensinada e formação para a cidadania, os autores utilizados foram os seguintes: Bittencourt (1990, 1998, 2009); Guimarães (1993, 2016, 2012); Silva e Guimarães (2012); Campos (2012); Cerri (2011); Fonseca (2006); Karnal (2003) e Pinsky (2004).

No desenvolvimento da pesquisa em relação à Educação, autores como Freire (2004,2015, 2019); Giroux (1992); Saviani (2008) e Buffa (1999) também foram utilizados. A leitura desses autores, contribuiu significativamente para construir a problematização de questões referentes à Educação como política social, em uma sociedade marcada por fortes contradições entre os grupos sociais culturalmente e economicamente distintos.

No aspecto que se refere à teoria da História, alguns autores contribuíram de maneira expressiva na realização da pesquisa ao oferecer apoio teórico nas definições sobre o conhecimento histórico e seu papel social, sua validade (enquanto narrativa do passado) e seu papel no presente. Entre esses autores, podemos destacar os seguintes: Barros (2011, 2012, 2013, 2014, 2015); Prost (2008); Certeau (2005); Gramsci (2005); Burke (2004); Chartier (2002); Hobsbawm (2013).

Buscou-se também compreender, na pesquisa em documentos nacionais, estaduais e da própria escola, o que se atribui, de forma oficial, como sendo função social da Escola, no que se refere à formação para a cidadania. O que dizem as diretrizes nacionais sobre o ensino de História na educação básica e sobre o seu compromisso com a formação do cidadão.

Sobre a pesquisa documental, Macedo (2014) destaca que esta é muito próxima da pesquisa bibliográfica, no que se refere à obtenção de informações que se tornem fontes para referenciar e fundamentar a investigação. Assim, sua realização tem importância significativa. No percurso de preparação desta dissertação, a pesquisa documental consistiu em obtenção e estudo de documentos oficiais, referentes à educação básica, elaborados a partir da Constituição Federal de 1988, como já foi dito anteriormente.

Os documentos oficiais são de grande importância para compreender a relação entre o poder político representado pelo Estado e a educação institucional, em especial, o ensino de História na Educação básica que, segundo Bittencourt (1998), é caracterizado por desafios em relação aos critérios de escolha sobre o que se ensina.

Ao longo do processo de implementação e desenvolvimento do ensino de História no Brasil, a disciplina sempre foi utilizada como mecanismo a serviço do poder, seja para criar uma identidade de pertencimento, de comportamento ético religioso ou de um imaginário social patriótico e cívico. O ano de 1988 marcou a promulgação da atual constituição do Brasil, e desde então, a ideia de cidadania, caracterizada pelo exercício de direitos, se destaca em várias áreas e na Educação não é diferente. No seu artigo 205, a Constituição Federal aponta que:

> A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2015, p. 123)

A partir do marco constitucional, foi elaborada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como outros documentos com o objetivo de orientar e subsidiar a educação no país. No desenvolvimento da pesquisa documental, foram analisados os seguintes documentos: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação (2008), Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), Parâmetros Curriculares Nacionais História e Geografia (2001), Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (2002), Referencial Curricular de Rondônia Ensino fundamental (2013), Referencial Curricular de Rondônia Ensino Médio (2013), Referencial Curricular de Rondônia Educação de Jovens e Adultos

(2013), Base Nacional Curricular Comum Ensino Fundamental e Médio (2017) e Projeto Pedagógico da EEEMF Manuel Bandeira (2017).

A pesquisa de campo foi desenvolvida na EEEFM Manuel Bandeira, com alunos das turmas do terceiro ano da educação básica, com idade entre 16 e 18 anos e o critério para a participação na pesquisa foi o de interesse e disponibilidade, uma vez que o convite foi feito a toda a turma. Sob este aspecto, a pesquisa fica caracterizada como uma amostragem por acessibilidade e conivência, como assinala Gil (1999).

Participaram um total de dezesseis alunos, na fase de aplicação dos formulários, dos quais oito alunos participaram também de entrevistas semiestruturadas, tendo em vista a compreensão da relação do ensino de História com a formação para a cidadania.

A coleta de dados se deu a partir da elaboração e aplicação do formulário e de entrevistas semiestruturadas para alunos, tendo como objetivo levantar dados sobre as condições sociais desses estudantes e também sobre o seu conhecimento a respeito de direitos sociais, civis e políticos, direitos básicos para o exercício da cidadania. Como referencial metodológico, a História oral orientou quanto aos procedimentos de trabalho. A História cultural oferecerá condições para analisar as narrativas dos jovens estudantes, uma vez que esta é um campo da História propício à interpretação e análise de narrativas, como assinalou Burke (2005).

Outra contribuição para realizar a análise virá de Bardin (2011). Após a coleta de dados e sua sistematização, foi realizada a análise de conteúdo, que pode ser compreendida como: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37), a partir da qual as informações foram analisadas, interpretadas e discutidas ancorando-se em referenciais teóricos que possibilitaram uma compreensão sobre se o ensino de História na educação básica, possibilita aos alunos uma formação para a cidadania, como deliberam os documentos da educação analisados no decorrer da pesquisa.

Também foi empreendida uma análise sobre a compreensão dos alunos da educação básica, da escola Manuel Bandeira, sobre a cidadania e sua relação com o exercício de direitos e deveres, bem como sua importância para a democracia. Assim, foi possível uma compreensão sobre o processo de construção da consciência cidadã e histórica a partir de relações educacionais.

Para além desta dissertação, a pesquisa deu origem a um material em forma de um guia referencial teórico-pedagógico, sobre cidadania educação e ensino de História como produto da pesquisa. Este guia contém informações teóricas sobre cidadania e orientações sobre o ensino de História e a formação cidadã, além de apresentar uma breve visão dos

alunos envolvidos na pesquisa em relação ao tema. O produto pedagógico tem por finalidade subsidiar o planejamento dos professores de História do município de Colorado do Oeste – RO, em relação a concepção sobre a cidadania no campo histórico e sociológico e também no que se refere à formação cidadã e às práticas de cidadania em uma perspectiva do ensino de História.

O início de uma pesquisa científica aponta para algumas suposições em relação ao seu resultado. Assim, sob a inspiração de Barros (2015), supomos que a educação deveria ser um importante mecanismo, tanto para formar cidadãos, quanto para contribuir na superação de desigualdades sociais ao favorecer a autonomia dos sujeitos e seu desenvolvimento pleno. A História ensinada na escola tem papel preponderante para formar cidadãos e tornar-se um conhecimento imprescindível para o seu desenvolvimento social.

No início da pesquisa, partimos da hipótese de que o processo educacional, que envolve o ensino de História na educação básica, não cumpria sua prerrogativa legal de formar para o exercício da cidadania, deixando assim, a escola de realizar uma de suas funções determinadas pela legislação, o que caracterizaria uma lacuna entre o ensino de História e a formação para a cidadania. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que tal hipótese não se efetiva em sua totalidade, sendo que os resultados obtidos demonstraram que a formação vivenciada pelos estudantes durante sua vida escolar contribui para suas práticas cidadãs e também a História ensinada no espaço escolar, os auxilia para uma melhor compreensão sobre o mundo, sobre seus direitos e seus deveres.

A dissertação está organizada em três capítulos, nos quais estão apresentados os resultados da pesquisa, procurando sempre dialogar com os autores que proporcionaram o seu arcabouço teórico e metodológico.

O primeiro capítulo com o título: **a cidadania como tema formativo: aspectos históricos, políticos e sociais**, apresenta a cidadania em uma perspectiva histórica, dimensiona o seu sentido temporal e destaca também sua relação com a educação como política pública e direito social. Ainda outra abordagem diz respeito aos conceitos de consciência histórica e cidadã, como premissas de uma educação para o exercício da cidadania.

No segundo capítulo, **o ensino de História e suas interfaces com a cidadania,** buscou-se promover um diálogo com os documentos que normatizam e orientam a educação básica no Brasil e que dão destaque à formação cidadã dos estudantes, além de uma breve contextualização histórica do município de Colorado do Oeste, dentro do cenário político e social da formação do estado de Rondônia. Destacou-se também o ambiente e o cotidiano da

escola Manuel Bandeira e de seus alunos, apresentando algumas de suas peculiaridades no seu processo de aprendizagem no ambiente escolar e no convívio social.

Com o terceiro capítulo intitulado: **falam os estudantes: representação de alunos da educação básica sobre cidadania**, buscou-se demonstrar os caminhos metodológicos percorridos no processo de coleta de dados por meio das entrevistas realizadas com os participantes, bem como os principais referenciais teóricos utilizados para a análise. O capítulo traz também, as conclusões da pesquisa em relação à concepção de cidadania presente na representação desses estudantes, manifestadas nos relatos sobre o tema e também em relação ao ensino escolar e em especial ao ensino de História.

O produto pedagógico foi pensado como um guia referencial teórico-pedagógico e apresentado em separado do texto da dissertação. Ele traz, de forma breve, os resultados da pesquisa, bem como informações a respeito da História da cidadania, sua relação com educação e com o ensino de História, além de destacar, a partir de trechos de entrevistas, a concepção dos alunos sobre a temática da pesquisa. O referencial visa auxiliar os professores em seu planejamento de aulas com destaque para formação cidadã dos estudantes.

1 A CIDADANIA COMO TEMA FORMATIVO: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS

Em evidência neste capítulo, diversos elementos referentes à cidadania desde sua relação com a educação, em especial a ênfase dada por autores que analisam o contexto sócio-político de sua inserção como prerrogativa escolar para formação dos jovens estudantes. Neste sentido, abordamos algumas de suas concepções identificadas durante as leituras.

A cidadania também está abordada dentro de uma perspectiva histórica, buscando-se assim, possibilitar uma visão sobre sua compreensão ao longo do tempo, em diversas sociedades e distintas culturas.

1.1 A CIDADANIA NO HORIZONTE ESCOLAR: UMA NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA

Abordar a cidadania como um tema formativo relacionado ao processo educacional é algo que nos possibilita pensar sobre o papel social da educação. Logo, que educação e cidadania são de forma recorrente associadas, seja pelo discurso político governamental, ou mesmo nas referências de documentos que normatizam ou buscam estabelecer diretrizes para o Currículo da educação básica e o ensino das diversas áreas e disciplinas.

Legitimar um modelo de cidadão ou de cidadania por vezes associado a uma ideologia, convicção doutrinária ou a valores políticos, dentro de uma certa visão universal, contribuindo, assim, para formação destes, tem sido atribuições dos sistemas educacionais mundo afora que utilizam o ensino de História política e da formação do Estado Nação como elementos Históricos fundantes da cidadania. Sobre este aspecto, o Historiador francês François Audigier (2016) destaca que: “a mais de um século, a história escolar é pensada como uma contribuição de peso para a formação do cidadão. O que foi levado ao apogeu na cultura e na tradição políticas francesas se encontrava em larga escala noutras formações nacionais” (AUDIGIER, 2006, p. 25).

Audigier (2016) comenta sobre os propósitos da Nação francesa, a partir do final do século XIX, em utilizar o ensino escolar e a História ensinada nas escolas da França como instrumento destinado à formação do cidadão. Segundo o autor, tal prática se encontra na contemporaneidade disseminada em diversos países, demonstrando, assim, como o Estado apropria-se do ensino escolar para a formação dos indivíduos que compartilham o espaço físico e cultural do Estado Nação.

Educação e cidadania tem sido objeto de análises por parte de diversos pesquisadores, ao longo dos períodos históricos, marcados por situações políticas distintas em que as relações de poder determinadas por conjunturas sociais autoritárias e arbitrárias relegaram aos indivíduos uma condição de passividade e obediência, encampadas por um ideal de Educação para a prática de uma subserviência cívica incontestável.

Uma das concepções sobre cidadania, defendida por Carvalho (2012), considera que se trata de uma questão complexa em relação ao seu sentido Histórico e que possibilita diversas abordagens sobre o tema. Para o autor, no caso do Brasil, a cidadania só atingiu contornos de realidade no final do século XIX com a abolição da escravidão, sendo que é impossível falar de cidadania em uma Nação que admita a possibilidade de indivíduos escravizados, pois essa situação configura o contraponto genuíno do "indivíduo" cidadão.

Autores como Audigier (2016) e Carvalho (2012) abordam a cidadania em uma perspectiva histórica, mas destacando sua compreensão na modernidade em que a cidadania foi o resultado das revoluções burguesas liberais, surgida a partir da consolidação do Estado Nação, tendo assim uma característica bem peculiar.

Uma abordagem de importância relevante, no que se refere a concepção moderna de cidadania é sua relação com os direitos exercidos pelos cidadãos, que de acordo com Carvalho (2012) e Benevides (1994), constitui-se a partir dos direitos civis, políticos e sociais, sendo ainda inerente ao cidadão dentro do Estado democrático de direito, um vínculo institucional entre o indivíduo cidadão e o Estado, através da legislação que estabelece seus direitos e seus deveres.

O conceito de cidadania aceito pela modernidade tem relação direta com a democracia liberal, fundada pelos ideais do liberalismo inglês e pela tradição humanista inaugurada pela Revolução Francesa, que tem como princípio normativo a declaração dos direitos do homem e do cidadão. Texto que deixou sua marca nas principais declarações de independências ocorridas nos fins do século XVIII e também no século XIX, marcando da mesma forma as cartas constitucionais dos novos Estados nacionais.

Os elementos que caracterizaram a cidadania na modernidade apontaram para a importância da existência de um sistema de Educação que promovesse a formação cidadã, em que se incorporasse os valores tidos como fundamentais para as relações entendidas como de cidadania.

No Brasil, a relação entre educação e cidadania adquiriu contornos novos, mais precisamente a partir do ano de 1988, devido a promulgação da carta constitucional, que de

forma emblemática, marcou o fim de um período de ditadura civil militar, que durou vinte e um anos[2].

A Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, que traz em seu texto a garantia de direitos fundamentais, às liberdades individuais no campo civil, político e social, foi bastante inspirada nas famosas declarações dos direitos do homem e do cidadão, ligadas diretamente à revolução francesa no século XVIII.

A cidadania garantida no texto constitucional contém, assim, os ideais de universalidade dos direitos. Reconhecendo, mesmo que de maneira retórica, a cada brasileiro como fazendo parte da nação, e por isso, protegido pelo Estado. Neste contexto, a educação como instituição pública (e mesmo quando ofertada pela iniciativa privada), protagoniza um papel de destaque no texto constitucional e em documentos surgidos a partir deste.

A carta constitucional deixa explícito o papel formativo da educação em suas várias modalidades e por suas diversas disciplinas: formar para o mundo do trabalho, assim como formar para cidadania com todas as suas implicações.

A educação, como política social permanente, tem como uma das suas funções contribuir de forma clara para o exercício da cidadania. Isso levando em consideração as características da Constituição de 1988, que reconhece como aspectos básicos da cidadania as liberdades civis e os direitos políticos e sociais do brasileiro ou cidadão brasileiro.

O objetivo de educar os estudantes e futuros cidadãos para a vida democrática, não somente como cumpridor dos deveres cívicos para com a pátria, ou para a obediência à autoridade, torna-se uma prerrogativa do sistema educacional brasileiro pós Constituição Federal de 1988. A formação de sujeitos autônomos, capazes de problematizar e contextualizar sua realidade social e cultural e exercer seus direitos individuais no campo civil e político, torna-se um dos aspectos abordados nos objetivos da Educação referendada pela carta constitucional.

A formação para a cidadania é contemplada nos documentos que norteiam as estruturas educacionais do país, sendo atribuído ao ensino das diversas disciplinas, a prerrogativa de formar o cidadão. A LDB 9.394/96, no seu Título II, que estabelece os princípios e fins da educação nacional, reforça as garantias reconhecidas na Constituição Federal de 1988, ao destacar o papel da educação com a formação integral dos estudantes. Em relação à Educação, encontramos assim descrito:

[2] Iniciou-se com o golpe militar entre 31 de março e 1° de abril de 1964 e teve o fim decretado com a eleição indireta, através do colégio eleitoral de um Presidente civil, Tancredo Neves, no dia 15 de março de 1985.

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 08)

A educação que se configura como um dos direitos sociais é segundo a LDB/9394/96, uma responsabilidade do poder público e também dos familiares de crianças e adolescentes que devem contribuir para a sua formação plena. Tanto o texto contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, quanto nos demais documentos elaborados sob sua orientação, encontramos a formação para cidadania contemplada em todas as fases da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio.

Aspectos referentes à garantia de acesso à escola e de vagas em creches e na pré-escola, direitos (de forma geral) de crianças e de adolescentes fazem parte dos direitos sociais inclusos nas políticas educacionais que no Brasil, pós Constituição de 1988, atribuiu como prerrogativa do sistema educacional a formação para a cidadania como possibilidade de exercício pleno dos direitos de todos que fazem parte da sociedade.

Cortella (2008) analisa a relação entre educação e conhecimento no ambiente escolar em uma perspectiva política e epistemológica, relaciona essas áreas com o desenvolvimento de cultura e também de sua apropriação e aponta um sentido social para as práticas educativas. O autor refere-se em especial à educação como política pública que surgiu após a redemocratização, orientada, assim, pela Constituição Federal de 1988, entendendo o espaço escolar como campo propício à democratização do saber, fator imprescindível para difusão do conhecimento científico e da formação solidária e cidadã. A este respeito, afirma que:

> [...] é preciso pensar uma nova qualidade para uma nova escola, em uma sociedade que começa, paulatinamente, a erigir a educação como um direito subjetivo de cidadania e, portanto, inerente a cada sujeito, a cada pessoa. [...] A democratização do saber deve revelar-se, então objetivo último da escola pública, na educação da classe trabalhadora (agora a frequentando em maior número) com uma sólida base científica, formação crítica de cidadania e solidariedade de classe social. (CORTELLA, 2008, p. 15)

Assim, a escola, orientada pela nova Constituição, assume um caráter de universalização no sentido de deter o acesso garantido a todos, independente da classe social, e também democrática, tendo a função de promover o aprendizado dos diversos campos do conhecimento científico, de uma cultura de cidadania e de solidariedade igualmente a todos sem distinção.

As considerações encontradas na carta constitucional de 1988, as diversas emendas constituídas ao longo dos 32 anos de sua promulgação, bem como as legislações provenientes de suas diretrizes em relação a educação como política social de Estado, em detrimento de sua condição de direito social do cidadão, reforçam sua vocação de ser garantidora de uma cidadania inspirada em um modelo de sociedade fundamentada nos valores da democracia liberal com suas conquistas e contradições.

Buffa (1999) aponta para a necessidade de superação de uma visão idealista na relação entre educação e cidadania, ao abordar o tema e, em especial, os aspectos referentes à realidade social e educacional brasileira sob influência da Constituição Federal de 1988. Assinala para as contradições de sociedades que tem como modelo de organização políticas, a democracia liberal e como modo de produção econômico, o capitalismo, em que os sistemas educacionais estabelecem modelos diferenciados, organizados a partir do papel social desempenhado pelas distintas classes.

A compreensão de cidadania, manifestada pela burguesia, é problematizada por Buffa (1999). Para a autora, as revoluções burguesas estabelecem como prerrogativa legal o status de cidadão de direitos, tendo em vista garantir de forma universal o direto às liberdades civis, como o direito à propriedade, à participação política, como também políticas públicas de bem-estar social. Sendo estes os fundamentos jurídicos da cidadania moderna.

Buffa (1999) ressalta o papel revolucionário do discurso da burguesia nos momentos iniciais do capitalismo quando defendia a universalização da cidadania e suas garantias, entre elas, o direito à educação, mas destaca que tal atitude foi em decorrência de certas necessidades instrumentais em relação à capacitação para o trabalho e da obediência às leis por parte da classe operária.

Porém, dentro da lógica da produção capitalista, a realidade da maioria dos indivíduos não condiz com tal proposição, pois é legado aos proprietários de bens de produção e econômicos o exercício pleno da cidadania. A autora afirma que: “Há, pois no pensamento burguês, uma nítida separação entre proprietários e não proprietários. Só o proprietário é que tem direito à plena liberdade e à plena cidadania. Aos não proprietários cabe uma cidadania de segunda ordem”. (BUFFA, 1999, p. 27). Partindo da compreensão da autora em relação a sociedade capitalista e seu modelo de cidadania, é possível perceber que existe uma Educação para os proprietários, cidadãos de primeira classe, e uma educação para os não proprietários, cidadãos de segunda classe.

Para Buffa (1999), no Brasil, um país capitalista e com uma acentuada desigualdade nas relações sociais, a Educação reproduz as condições de desigualdades entre os cidadãos

pertencentes a grupos sociais distintos, sendo que na maioria das vezes, os direitos fundamentais referentes à vida, como saúde, educação, moradia são negligenciados, caracterizando assim, uma condição de não cidadania.

Arroyo (1999) aborda o papel da educação na formação do cidadão, no Brasil, como algo inexistente, do ponto de vista prático. Seja pela exclusão das pessoas do processo educacional, seja pelo controle ideológico do sistema educacional, por parte dos grupos economicamente dominantes, dentro de uma sociedade determinada pelas relações desiguais entre capital e trabalho e pelo determinismo do consumo alienado tão presentes em países da periferia do capitalismo contemporâneo. Em relação a tais aspectos, o autor afirma que: "O projeto burguês passa pela transformação da propriedade, pela libertação das forças produtivas e pelo estabelecimento de formas de organização social e política que limpem qualquer entrave ao processo econômico" (ARROYO, 1999, p. 52).

O controle da educação destinada ao povo e em especial à classe trabalhadora. Segundo Arroyo (1999), é fundamental para o projeto de Estado da burguesia, o processo econômico não pode encontrar barreiras. Os sistemas educacionais por força deste controle não conseguem potencializar, na totalidade, um processo de formação cidadã que promova a emancipação dos sujeitos, limitando assim, a plenitude da cidadania.

Sobre a relação formativa entre ensino escolar e cidadania, Arroyo (1999), ao estabelecer os limites do alcance da educação oferecida pela sociedade burguesa para a formação do cidadão, relativiza tal responsabilidade ao falar de uma "cidadania dada" pautada nas concessões de direitos estabelecidos pelo Estado e também nos deveres imputados aos cidadãos e em uma "cidadania conquistada" que representa os direitos sociais e políticos, que só passaram a existir a partir de movimentos reivindicatórios e de lutas políticas, fruto da mobilização da classe trabalhadora, de grupos de minorias e dos excluídos em geral.

A questão da cidadania, a partir da concepção de Arroyo (1999), está de forma direta ligada à politização dos grupos sociais, através de uma conscientização de pertencimento de classe. Exercer a cidadania passa pela conquista de espaços sociais e da hegemonia cultural, capacidades que também exigem um processo de educação, mas que acontecem geralmente fora da educação escolar, junto aos movimentos sociais, sindicatos de classes e ambientes de cultura proletária. O espaço escolar é entendido como um campo de conflitos de singular importância para a formação dos sujeitos sociais, destacando-se de igual maneira as experiências sociais e a formação política como componentes essenciais para a formação do cidadão.

A partir da compreensão de que existe uma limitação na capacidade de formação cidadã por parte do sistema educacional, se faz necessário ater-se sobre a contribuição dada por Nosella (1999), que aponta como necessária uma educação que possibilite ao sujeito uma nova representação cultural sobre a sociedade, suas relações econômicas, sociais e políticas.

Nosella (1999) utiliza-se das contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci, em especial seu conceito de revolução e hegemonia cultural, para estabelecer um paralelo entre educação e cidadania.

A educação, enquanto sistema nesta perspectiva, contribui com a formação dos sujeitos, dando a estes as capacidades técnicas relacionadas à instrumentalização para o trabalho e também possibilitando o contato com a produção das artes e da cultura em geral. Mas, a cidadania promovida para estes sujeitos dentro do espaço escolar representa os ideais da classe hegemônica, limitando assim, o processo de autonomia e protagonismo necessários a uma cidadania plena, que só pode acontecer a partir de um processo que envolva uma mudança radical na compreensão das relações de poder dentro do tecido social. Essas relações compreendem o processo produtivo e as visões de mundo decorrentes deste. Nosella (1999) entende este processo como uma revolução cultural que pode promover a mudança de um tipo de cidadão, com um imaginário social burguês, para um novo cidadão de imaginário social socialista.

Os debates em relação a cidadania e sua abordagem pela educação, tem sido fato corriqueiro no Brasil, em especial durante e após o período da redemocratização. Essas abordagens, por parte de diversos autores, são de grande importância para uma melhor compreensão da cidadania enquanto condição dos sujeitos sociais e também do papel da educação institucional como possível promotora de cidadania e geradora de cidadãos.

Para Freire (2004), uma educação que promova a cidadania das pessoas também pode ser entendida como uma educação que vá além dos aspectos técnicos dos conhecimentos já estabelecidos, transmitidos de forma tradicional em uma “educação bancária” ao educando, que nesse sentido, não é sujeito no processo de educação. E sim, promovendo uma conscientização deste para que possa requerer sua própria transformação em relação a si e ao mundo.

Nessa concepção, o autor estabelece, em suas diversas obras, em relação à temática educação, a capacidade que essa tem de formar para a cidadania, entendendo que o ensino escolar pode possibilitar a autonomia para conhecer e atuar politicamente no mundo. O autor, no entanto, não deixa de pontuar críticas aos sistemas de educação que se limitam a reproduzir conhecimentos, sem significá-los socialmente e através de métodos autoritários.

Freire (2004, 2015) aponta caminhos para uma educação cidadã que possa transformar o espaço escolar em local de aprendizado das práxis, que na sua visão, permitem uma vivência pautada nas experiências de democracia, liberdade e cidadania através do engajamento do educando em ações que busquem promover as mudanças no mundo.

Outra contribuição no sentido de valorizar o espaço escolar como campo de formação cidadã, pode ser compreendido a partir de Saviani (2008) que apresenta os caminhos da educação brasileira em uma perspectiva histórica e desenvolve a ideia de que a escola tem de tornar possível uma educação que permita aos alunos a intervenção e a transformação de seu contexto social nas suas dimensões materiais e culturais. Para tanto, o processo de educação deve estar focado no educando, despertando-lhe o senso crítico e a conscientização a despeito das relações de poder que permeiam o existir social.

Em ambas as abordagens, elaboradas por Freire (2004, 2015) e Saviani (2008), há o apontamento para uma cidadania de aspectos políticos e sociais que possibilite ao estudante superar o pensamento ingênuo e alcançar uma visão crítica em relação ao mundo, tendo assim, a Educação um papel fundamental para garantir que o cidadão possa intervir em sua realidade social e buscar seu protagonismo na construção de espaços de cidadania, identificado com a luta por direitos em uma sociedade de excluídos, fortalecendo com isso, a democracia participativa.

Pensar a educação e a formação para a cidadania como uma questão que se esgota no texto constitucional de 1988, não parece ser a forma de equacionar o tema, pois, a cidadania é, antes de tudo, um exercício que envolve mobilização dentro de uma sociedade que busca a conquista de direitos no campo das garantias individuais, da participação política e das proteções sociais. Ou seja, o exercício da cidadania incomoda a ordem estabelecida.

A partir das abordagens realizadas pelos diversos autores no âmbito da educação como política de Estado e como processo social, evidencia-se que o ser cidadão, do ponto de vista legal, parece ser, na sociedade contemporânea, algo simples e fácil. Porém, constituir-se cidadão, em sua plenitude, requer um processo de aprendizado e de transformação, tanto dos sujeitos sociais quanto dos sistemas de educação.

1.2 A CIDADANIA NA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Abordar o conceito de cidadania, ou mesmo definir o que é ser cidadão, é necessariamente um exercício árduo. As representações de tais conceitos são historicamente datadas e representam um imaginário coletivo que abrange o nosso entendimento

contemporâneo sobre o tema, marcado por acontecimentos históricos ocorridos entre os séculos XVIII e XXI.

Historicamente, o conceito de cidadania remonta o mundo antigo, destacando-se em diversos autores as experiências gregas vivenciadas nas chamadas pólis, as cidades gregas formadas a partir da apropriação e ampliação das relações familiares que organizavam o cotidiano social em torno de certos códigos éticos, da cultura religiosa fundadora da comunidade e de seus valores. Para Libanio (1995):

> O conceito de cidadania paga, logo no seu início inegável tributo religioso. As cidades originam-se, do movimento de pequenas células que se unem: famílias em fratrias, fratrias em tribos, tribos em cidades. Cada novo momento não anula a individualidade nem a independência da célula anterior em seus cultos, sacerdócios, direitos de propriedades, justiça interna, reuniões, festas, chefes, etc. (LIBANIO, 1995, p. 17)

O autor apresenta a relação existente entre o ideário de cidadania, vivenciado nas cidades gregas, com a cultura de pertencimento a uma família e uma prática religiosa como elemento de identidade referente à vida comunitária.

O tema cidadania, e aqui se destaca sua relação com a Política e com as experiências da democracia experimentada pelos gregos, também é tratado em textos de dois dos grandes Filósofos do período clássico da filosofia antiga - Platão e Aristóteles - nas respectivas obras, “A República” e “Política” produzidas entre os anos de 380 e 350 a.C. e contribuem para uma compreensão sobre o entendimento da importância dada à vida em sociedade e ao conceito de cidadania.

Platão (2004), nos textos que compõe sua obra ‘A República’, aponta para uma ideia de cidadania que está relacionada com a concepção de cidade, em que se encontra o campo de exercício da Política. Sendo assim, a cidadania é o autêntico exercício do ser político do homem e significa a convivência entre os homens na cidade, ou seja, a necessidade de coletividade, onde cada indivíduo tem a ver com o destino do todo e de cada um. É o compromisso de cada homem, na medida em que cabe a cada um a obrigação humana de exercê-la pela participação.

Aristóteles (2004), nos escritos de seu texto ‘Política’, relaciona a natureza do indivíduo à natureza da cidade, destacando que essa seria a condição natural do homem, pois, representa a ampliação do estado de ser individual para a vida em coletividade. Neste sentido, o filósofo concebia o indivíduo em função da cidade, entendida também como uma sociedade política ou local pertinente ao exercício da política. Assim, o homem da cidade, o cidadão não

se restringia a vida em sociedade, mas uma vida de cidadania política. O cidadão, sob tal concepção, é um homem Político.

O historiador José Murilo de Carvalho, ao analisar aspectos do comportamento político e social dos cidadãos da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República brasileira, no início do século XX, destaca que:

> As cidades foram tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania. O cidadão era, até etimologicamente, o habitante da cidade. Nela se tornou possível a libertação do poder privado dos senhores feudais. Nelas foi que aos poucos se desenvolveram a noção e a prática de um sistema de governo montado sobre o pertencimento individual a uma coletividade. (CARVALHO, 1998, p. 12)

O autor relaciona diretamente o surgimento do cidadão ao espaço público materializado na cidade, espaço do bem comum, que representa a coletividade em oposição ao espaço privado onde sobrepõem-se, de forma soberana, a figura do monarca. O espaço público, como campo necessário para o exercício da cidadania, é um fator comum que se encontra presente nas experiências vivenciadas por gregos, romanos e na cidadania concebida nos Estados modernos, a partir do século XVIII.

Sobre as experiências de cidadania na antiguidade, Libanio (1995) demonstra o papel desempenhado pelos romanos, que por meio de suas regras jurídicas, contribuíram para ampliação e melhor definição do conceito de cidadania, sobretudo quando afirma que:

> O conceito de cidadania vai ampliar-se para além das cidades e ligar-se ao Estado. Nasce na cidade e torna-se mais amplo e vasto em seus direitos e deveres. Os romanos, com sua mentalidade jurídica, vão dar a esse conceito um sentido mais preciso. (LIBANIO, 1995, p. 18)

Pode-se observar que o autor destaca o aspecto jurídico da cidadania como a contribuição dos romanos à vida em sociedade, tendo como base a ideia de direitos e deveres garantidos de forma legal, através de leis escritas, garantidas por um modelo de Estado cosmopolita, que era assim, uma forma de organização mais ampla e representativa do que a polis grega.

Ainda sobre as experiências de cidadania na antiguidade, outro aspecto a ser considerado, seria o que se desenvolveu a partir do reconhecimento de certo grau de igualdade entre os que compartilhavam a mesma crença religiosa, partilhando seus costumes, estabelecendo um imperativo ético dentro de uma etnicidade.

Pinsky (2012) destaca que já nas antigas civilizações, mais precisamente no período da formulação da religião monoteísta dos hebreus, fundadores do judaísmo que o autor denomina de “monoteísmo ético”, por meio dos chamados “profetas sociais”. Já havia uma manifestação de valor sobre as relações entre os membros da comunidade, que deveriam se pautar na solidariedade, no respeito e no reconhecimento do outro, do próximo, como igual e, portanto, merecedor dos mesmos direitos dentro da comunidade. Sendo assim, tais acontecimentos são considerados pelo autor, como a gênese de um ideário de cidadania na antiguidade. Segundo ele:

> A doutrina dos chamados profetas sociais estabelece os fundamentos do monoteísmo ético, que é, por sua vez, a base das grandes religiões ocidentais (cristianismo e islamismo, além do judaísmo) e se constitui provavelmente, na primeira expressão documentada e politicamente relevante (até por suas consequências históricas) do que poderíamos chamar de pré-história da cidadania. (PINSKY, 2012, p. 17)

Tal afirmação do autor reforça o entendimento sobre o papel unificador da cidadania, mesmo se tratando de aspetos étnicos e religiosos.

Para Couvre (1995), as referências sobre cidadania, ao longo da História das civilizações, têm servido de sinônimo para diversas condições em que se encontram os indivíduos, em relação à vida em sociedade, mais precisamente em relação a algum tipo de organização estatal, a qual passe a pertencer exercendo certos direitos e deveres e incorporando os valores, marcando assim, a delimitação entre o que é privado, relativo ao indivíduo, e ao espaço público que diz respeito ao cidadão. Nesse sentido, a autora nos afirma que:

> A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, a capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). (COUVRE, 1995, p. 16)

Essa concepção sobre cidadania permitiu compreendê-la como uma conquista do indivíduo ao logo do tempo histórico, marcada por aspectos inerentes a cada experiência de cada cultura humana, mas preservando aspectos comuns, como a ideia de pertencimento a uma forma de organização estatal e o exercício de certos direitos e de certas condutas, que contribuíram para a organização do Estado moderno e sua concepção de cidadania.

Carvalho (2012) relata que a cidadania no mundo contemporâneo foi o resultado dos acontecimentos históricos, em especial os desdobramentos da revolução industrial e

principalmente a revolução francesa, que marcaram de forma significativa as relações econômicas e políticas das sociedades que surgiram a partir do século XVIII, em que o embrião ideário do chamado Estado-Nação foi forjado. Segundo o autor:

> Outro aspecto importante, derivado da natureza histórica da cidadania, é que ela se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que chamamos de Estado-Nação e que data da revolução francesa, de 1789. A luta pelos direitos, todos eles, sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-Nação. Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isso quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e a Nação. (CARVALHO, 2012, p. 12)

Os direitos que caracterizaram a existência cidadã foram frutos de diversas batalhas políticas que buscavam fundar na modernidade o Estado-Nação, sendo explícita a relação do homem cidadão moderno com a ideia de nacionalidade e de pertencimento. Ou seja, os indivíduos se tornavam cidadãos a partir do momento que passavam a se se sentir como parte de um Estado, de uma Nação.

Segundo ainda Carvalho (2012), a identificação de pertencimento com o (ao) Estado e à nação nem sempre se configuram como uma só coisa, sendo que para o autor, a identificação com a nação tende a ser mais forte do que a submissão ao Estado, pois a identificação com a nação envolve aspectos relacionados às práticas culturais. Já com relação ao Estado, a submissão do indivíduo depende do grau de participação e envolvimento político que lhe é proporcionado pelo Estado. Segundo o autor:

> Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-Nação condiciona assim a construção da cidadania. (CARVALHO, 2012, p. 12)

O conceito moderno de cidadania, assim, se insere no modelo histórico de formação dos chamados Estados-Nação, tendo como aspecto característico a atribuição de direitos básicos aos cidadãos.

Para Gomes (2003), a vinculação do conceito de cidadania na modernidade, em muito se associa ao exercício de direitos básicos, divididos em áreas que permitem ao cidadão ter plena liberdade, participar das decisões políticas e ter condições materiais de existência. A autora destacou a importância da abordagem dada ao tema pelo sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall.

Marshall (1963) analisou a sociedade, a partir da relação de diferenças sociais estabelecidas pela existência de classes diferentes e até antagônicas, promovendo, assim, as desigualdades e as injustiças dentro da sociedade.

Classe social, nesse sentido, tem relação com o fator econômico. Já a cidadania é entendida como um status atribuído a cada indivíduo independente de sua posição econômica e social, atribuindo assim, aos cidadãos, direitos e deveres iguais no campo civil, político e social, sendo, segundo o autor, instrumento de superação de desigualdades. Nessa perspectiva Marshall afirma que:

> A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades onde a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração não pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria prima do status e um aumento do número daqueles a quem é conferido o status. A classe social por outro lado, é um sistema de desigualdades. E esta também como a cidadania pode estar baseada num conjunto de ideias, crenças e valores. (MARSHALL, 1963, p. 76)

Para demonstrar o desenvolvimento da cidadania, a partir de certos elementos surgidos e constituídos, cada qual em um século diferente, o autor usou uma abordagem política e sociológica tendo como referência, para isso, as experiências históricas da Inglaterra. Partiu da compreensão histórica e política da sociedade inglesa e destacou que os direitos civis teriam se formado no século XVIII, os direitos políticos no século XIX, e os direitos sociais teriam se destacado no século XX.

Em uma análise da importância dos distintos direitos, o autor estabelece o direito civil como a base para os outros dois, afirmando a possibilidade da existência em uma sociedade do direito civil sem os demais, mas a não possibilidade de existirem direitos políticos e sociais em plenitude, sem o direito civil. O autor considera que é por meio dessa construção histórica, que se estabelece a ideia contemporânea de cidadania.

Marshall (1963) discorre sobre o processo de construção da cidadania na Inglaterra, afirmando, sobretudo, o movimento de institucionalidade da cidadania, a partir do título de direito que cada cidadão possui e demonstra o surgimento dos direitos civis, em um primeiro momento, alinhado à conquista da liberdade.

Os direitos políticos se seguiram aos direitos civis e sua ampliação ocorreu no século XIX, mas o seu princípio de cidadania foi mais amplamente reconhecido em 1918, com o sufrágio universal.

Já os direitos sociais, como condição de existência de cidadania na sociedade inglesa, não estavam presentes nos séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, apesar do surgimento desse direito começar com o desenvolvimento da educação primária no final do século XIX, foi somente no século XX que ele alcançou uma dimensão de igualdade com os outros dois direitos, contemplando a dimensão da cidadania social.

Carvalho (2012) apresenta um estudo sobre o "longo caminho" da cidadania no Brasil entendendo que existiu diferentes maneiras nas quais a cidadania se estabeleceu nos diversos países, mas tendo como modelo comparativo, o elaborado por Marshall (1963) na Inglaterra. Para o autor:

> Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. (CARVALHO, 2012, p. 11-12)

A História política e social do Brasil seguiu caminhos distintos em relação à formação do Estado moderno inglês, como de outros países europeus, dando assim contornos diferentes também à construção de nossos fundamentos de cidadania, como a valorização dos direitos sociais em relação aos outros e também na ordem de conquista desses direitos em relação aos acontecimentos históricos.

Autores como Carvalho (2012) e Gomes (2003) analisam a complexidade do tema cidadania e, assim como Marshall (1963), partem da compreensão da cidadania como um *status* atribuído ao indivíduo dentro do fenômeno moderno do Estado-Nação e alicerçado na capacidade de exercer direitos e cumprir deveres. Em relação aos direitos, esses também são entendidos como sendo civil, político e social.

Podemos destacar que o modelo elaborado por Marshall (1963), tendo em vista demonstrar o caminho histórico desenvolvido para que a cidadania pudesse se estabelecer como ponto fundante do Estado moderno na Inglaterra, não pode ser atribuído a todas as sociedades de forma linear, sendo que alguns aspectos são comuns, mas não iguais.

Nas palavras de Carvalho:

> O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental onde nos movemos, mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem a linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall, o percurso inglês foi apenas um entre outros. (CARVALHO, 2012, p. 11)

No Brasil, pesquisadores sobre o tema cidadania, como Carvalho (2013) e Gomes (2003), entendem que o processo de construção da cidadania não seguiu a sequência clássica elaborada por Marshall. Os autores também utilizam a liberdade civil e os direitos sociais e políticos como categorias de análise e entendem que o modelo de cidadania experimentado na Europa e América do Norte sempre serviu de referência na compreensão das experiências brasileiras.

Luca (2003) destaca, como ponto de partida para a construção de uma cidadania no Brasil, a independência política em relação a Portugal - período de muitas limitações devido ao regime de escravidão. Neste sentido, é importante ressaltar aspectos referentes ao período republicano, que teve início no final do século XIX, e que marcou, de forma singular, acontecimentos da História política e social do século XX.

A História do Brasil, durante o século XX, contemplou o desenvolver do processo de construção da cidadania brasileira em que alguns direitos sociais, como a legislação, consolidaram direitos trabalhistas, proteção previdenciária, educação pública. Tais direitos, concedidos pelo Estado, muitas vezes em tempos de governos autoritários (que restringiam ou manipulavam a participação política da população e atacavam seus direitos civis), marcaram o crescer de uma cidadania caracterizada por contradições.

1.3 SER CIDADÃO: PERTENCER, TER E EXERCER DIREITOS

A partir das abordagens históricas sobre o tema cidadania, podemos compreender que ser cidadão, independente do período, tem uma relação profunda com a ideia de identificação cultural e de pertencimento social e étnico caracterizando, assim, grupos sociais compostos por pessoas que se reconhecem e são reconhecidas como parte de um todo.

Nesse sentido, as experiências históricas de cidadania são identificadas em sociedades que estabeleceram algum tipo de igualdade em relação aos indivíduos que as compunham. Seja por meio de leis que garantissem essa igualdade, relacionadas a certos direitos e deveres exercidos no campo da política para o exercício do poder, ou na organização militar, para defesa do grupo contra inimigos que ameaçassem a comunidade, ou através de práticas culturais no campo religioso.

A importância da cidadania para as populações ao longo da História, está no fato de que através de seu conceito peculiar de reconhecer e dar importância ao indivíduo, torna possível a este, ter uma história própria reconhecendo-se como parte das conquistas, exercendo protagonismo.

Segundo Pinsky e Pinsky (2003), o estudo da disciplina "História", na educação Básica, tem de promover entre outras, a capacidade de compreender os fatos e os processos históricos como construções humanas, que envolve a todos os sujeitos sociais, garantindo ao aluno, a capacidade de se sentir protagonista na construção da História, contribuindo no seu papel social de cidadania.

Para Macedo (2014), ser cidadão no mundo contemporâneo tem como base o reconhecimento, pelo Estado, do indivíduo investido de garantias individuais e coletivas, no campo dos direitos fundamentais, como a proteção e a integridade física, como a liberdade de palavra, do livre pensamento de manifestação religiosa, de ir e vir, de propriedade e de justiça, de organização e participação política e cultural, de trabalho, de saúde e educação.

Tal compreensão remonta o ideal de cidadania oriundo dos acontecimentos históricos responsáveis pela formação dos Estados nacionais e das experiências vivenciadas pelas democracias liberais, fundamentadas a partir do Estado democrático de direito, pela maioria dos países ocidentais, tendo como base a declaração dos direitos do homem e do cidadão, texto documental que teve sua origem na revolução francesa no final do século XVIII.

A compreensão de cidadania na modernidade tem relação com um modelo de organização social que se pauta sobre pilares jurídicos que reconhecem direitos e atribuem deveres aos seus cidadãos, estes que dentro dos limites da democracia representativa, também têm a possibilidade de ampliar seus direitos através de mobilizações reivindicatórias da sociedade civil e do poder legislativo representativo.

Para os autores Luca (2003) e Singer (2003), o exercício da cidadania é caracterizado pelo reconhecimento, por parte do Estado, da existência de direitos e deveres inerentes ao indivíduo e pelo seu protagonismo em relação à vida política; aspecto que implica diretamente nos arranjos sociais, resultando em experiências concretas de ações, como o estado de bem-estar social e os diversos mecanismos de participação direta em que o cidadão usufrui e compartilha com seus iguais dentro de um grupo social.

A cidadania como condição do indivíduo e como prática social é de suma importância para proporcionar conquistas, seja na consolidação e ampliação dos direitos já estabelecidos, seja para superar situações de segregação e opressão, sofridas por segmentos da sociedade. Nesse sentido, a educação como política pública e como direito social, e que segundo

Marshall (1963), também se caracteriza como um direito civil, é imprescindível para o exercício de uma cidadania plena.

Na atualidade brasileira, a formação para o exercício da cidadania é contemplada em diversos documentos que organizam a educação básica nacional, sendo atribuição também das várias disciplinas que compõem o currículo oficial. A História, enquanto disciplina escolar ensinada aos estudantes brasileiros, tem como um dos seus diversos objetivos contribuir para esse processo formativo.

O ensino de História, no contexto da educação formal que é orientada para formar o cidadão, pode desempenhar um importante papel e contribuir para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia em um processo de aprendizado histórico com significância e inclusão dos indivíduos concretos que passam a fazer parte do conhecimento e, portanto, da História. Nesse sentido, Guimarães (2016) destaca também o papel dos educadores:

> As contribuições para a educação cidadã dos jovens dependem da nossa postura ética (dos educadores) dos sujeitos, dos saberes históricos, da sociedade e do mundo. É nossa tarefa cidadã trabalhar para que a escola possa, de fato, desempenhar o seu papel de socialização, de inclusão e respeito às diferenças, de produção e apropriação de saberes, reflexão e exercício dos direitos de cidadania. (GUIMARÃES, 2016, p. 103)

A autora aborda a responsabilidade formativa do professor que se faz sujeito no processo de ensino, sendo também cidadão que tem a prerrogativa profissional e o papel social de contribuir na formação cidadã dos estudantes, dimensionando uma função do ensino de História em relação à promoção da cidadania.

Ainda para Guimarães (2016), a ideia de um ensino de História que contribua na formação do cidadão, não é algo recente na história da disciplina, mas deve ser problematizada tendo em vista os desafios do mundo contemporâneo.

Bittencourt (2009), por sua vez, destaca que uma das finalidades do ensino de História, especificados em documentos da Educação, seria a sua contribuição na constituição de identidades, a partir das representações construídas socialmente.

Ao analisar a função do ensino de História como promotor de cidadania e de fomento à democracia não só representativa, mas que caminhe sempre na direção da democracia direta, a partir de instrumentos que permitam a participação do cidadão nas decisões mais fundamentais da vida em sociedade, Bezerra (2003) destaca a importância de que os conhecimentos históricos possibilitem a formação do cidadão autônomo, crítico e participativo.

A partir das perspectivas relatadas por Bezerra (2003), Bittencourt (2009) e Guimarães (2016) em relação ao ensino de História, desenvolvido na educação básica, propomos a análise de alguns dados coletados na pesquisa que realizamos sobre a percepção de alunos da educação básica em relação a cidadania.

A pesquisa foi realizada com estudantes dos terceiros anos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira, com o objetivo de conhecer a representação dos alunos em relação ao tema cidadania e o exercício de direitos diversos, e ainda, a importância da escola e, em especial do ensino de História, para um melhor aprendizado do tema e para a própria formação cidadã.

Os estudantes dos terceiros anos (A e B) colaboraram respondendo a um formulário com questões referentes ao tema. O primeiro contato com os alunos foi feito através de um aplicativo de comunicação devido ao distanciamento social recomendado em função da pandemia causada pelo corona vírus SARS CoV 2 – COVID – 19 e, consequentemente, a impossibilidade de encontros presenciais na escola. Nesse contato por aplicativo remoto, foi realizada uma explicação individualizada e metódica a respeito do funcionamento, dos objetivos e da relevância social da pesquisa.

O critério de escolha dos estudantes participantes se deu pela disponibilidade e interesse direto em colaborar, sendo que após a apresentação dos objetivos da pesquisa foi encaminhado o formulário para o e-mail de cada um dos quarenta e seis alunos matriculados nas duas turmas de terceiro ano da escola, destes, dezesseis alunos participaram respondendo as questões do formulário, caracterizando-se, assim, o método de amostragem por acessibilidade ou conveniência, que na visão de Gil (1999), tem a capacidade, dentro de uma abordagem qualitativa, de representar um determinado universo.

Os 16 alunos, que colaboraram de forma voluntária com a pesquisa, são todos moradores da cidade de Colorado do Oeste – RO, mais especificamente na área urbana da cidade, e tem entre 16 e 18 anos, sendo nove do sexo feminino e sete do sexo masculino. Destes, um total de seis alunos trabalham em turno contrário ao que estudam; todos os alunos informaram que são civilmente solteiros.

O formulário[3] apresentado aos alunos constituiu-se a partir de um cabeçalho com informações genéricas, seguido por cinco questões que buscavam capturar a compreensão dos alunos sobre o tema cidadania, o exercício de direitos, a escola e o ensino de História, em que

[3] O modelo de formulário utilizado na pesquisa está disponibilizado na seção de apêndice.

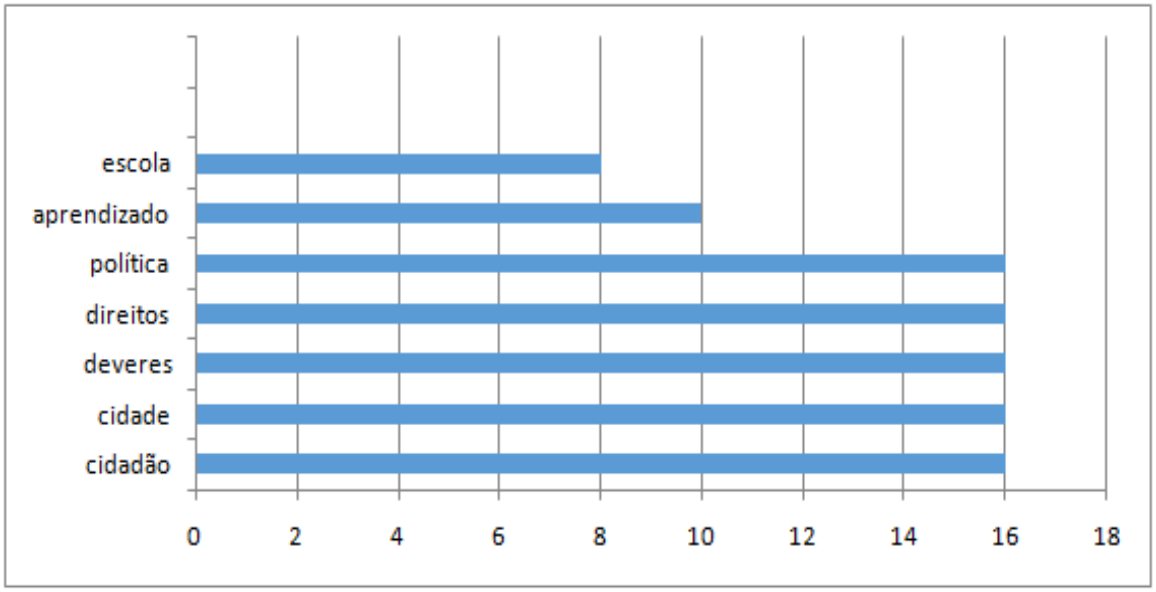
o colaborador participava escolhendo uma das opções apresentadas e justificava a sua escolha, podendo, assim, argumentar a partir do tema proposto.

Não foi considerado necessária a identificação do colaborador no formulário da pesquisa. Foi citado apenas o gênero, a idade e a condição de estudante do 3° ano, nos excertos utilizados no texto que identificam a/o estudante.

Sobre a apresentação das respostas dadas pelos alunos ao questionário de pesquisa, cabe informar que foi realizada a correção ortográfica e gramatical das escritas, pela razão do interesse da pesquisa ser focado no conteúdo das respostas e não se tratar de um estudo sociolinguístico.

Dos 16 alunos que responderam as questões propostas nos formulários, quando solicitado que escrevessem um conjunto no total de 10 palavras, que em suas compreensões estavam diretamente ligadas ao significado de cidadania, destacaram-se como as mais lembradas as seguintes palavras: (direitos) (deveres) (política) (cidade) e (cidadão) lembradas por todos os participantes, (aprendizado) citada por 10 alunos, e (escola) citada por 08 dos participantes, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais palavras que expressam o que é cidadania para os alunos



Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados coletados, 2020.

O gráfico (como a sistematização das respostas dos alunos) apontam para uma forma de compreender a cidadania a partir dos estudos históricos e sociológicos que relacionam o cidadão com os compromissos para com a coletividade e as garantias legais de seus direitos, seja no campo da participação nas eleições, destinada ao exercício do poder político, ou

usufruindo de políticas sociais nos campos da educação, saúde, cultura e das diversas áreas de atuação do poder público.

A análise do gráfico acima (Quadro 1) demonstra que existe uma compreensão por parte dos alunos sobre o tema cidadania que a relaciona, a princípio, com o exercício, por parte do cidadão, de diretos e do cumprimento de deveres dentro de um quadro de vida em sociedade marcado pela existência do Estado.

Um outro aspecto de relevância da pesquisa foi em relação ao entendimento dos alunos sobre cidadania. Foi proposto a estes que descrevessem o que para eles significava cidadania, de forma livre e pessoal. Assim, buscou-se observar a coerência em relação à escolha das palavras, que na compreensão dos participantes, tinham relação com a cidadania, e também a capacidade de síntese sobre o tema, na tentativa de identificar uma melhor percepção dos conhecimentos e das perspectivas desses alunos.

Ao analisar as respostas, sobre “o que é cidadania para você? ”, pôde-se perceber certa coerência com as palavras citadas na resposta anterior, mostrando que os alunos colaboradores têm em relação à cidadania uma visão que a associa com a existência de direitos e deveres. Um outro aspecto percebido nas respostas, diz respeito ao protagonismo desses jovens estudantes em relação à busca pela condição de cidadão e remete ao que diz Libanio (1995), que destaca o protagonismo juvenil, mesmo que muitas vezes de forma velada, ou incompreendida pela sociedade, como um importante instrumento para a formação de um tipo de cidadania caracterizada pela participação política, por reivindicações sociais e pala solidariedade.

Abaixo, apresentamos a resposta de quatro alunos participantes, que foram escolhidas por melhor sintetizarem a representação do grupo dos 16 participantes, sobre o tema cidadania, sendo que as respostas, no geral, versaram sobre o exercício de direitos e cumprimento de deveres, como base do entendimento dos participantes a respeito da cidadania e de seu aprendizado.

> Cidadania para mim é a garantia dos meus direitos perante a sociedade, como um indivíduo da mesma, mas também é saber exercer os nossos deveres, uma vez que se nós estivermos exercendo nossos deveres poderemos cobrar os nossos direitos. (Aluna do 3°ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Acho que está ligado aos direitos e deveres que temos, essas duas coisas andam juntas e devem ser praticadas por todos os cidadãos, pois é isso que nos caracteriza como tal, além de vivermos dentro de um Estado. Acho que cidadania vai muito além daquilo que nos proporcionam hoje, então temos que ter consciência daquilo que devemos fazer, que devemos buscar. (Aluno do 3°ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Quando uma pessoa é reconhecida como cidadão de uma sociedade ele passa a possuir direitos e deveres, devemos buscar sempre em todos os espaços da sociedade estes direitos que representam a nossa cidadania, dessa forma praticar a cidadania é fazer uso dos direitos e deveres que são reconhecidos por lei. Votar por exemplo é praticar a cidadania. (Aluno do 3°ano, 16 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Cidadania para mim é um conjunto de direitos conquistados pelo povo que proporcionam uma vida melhor, além de um conjunto de deveres que existem para organizar a vida em sociedade, o cidadão é aquele que vive em uma cidade que oferece tanto os direitos quanto os deveres. Devemos sempre buscar nossos direitos é nosso papel. Participar da política escolhendo melhor nossos representantes, nos ajuda a melhorar nossa cidadania. (Aluna do 3°ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

As respostas dos estudantes colaboradores na questão proposta demonstram que conceitos, como direitos e deveres, são representações existentes no universo cultural desses alunos. Outro aspecto importante que pode ser notado, diz respeito ao papel social do cidadão, que além de exercer direitos e cumprir deveres, deve participar na sua construção, através das reivindicações, ou seja, buscar esses direitos indo assim, ao encontro do que afirma a socióloga Maria de Lourdes Manzine Couvre sobre cidadania: “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (COUVRE, 1995, p. 10). Assim, compreende-se que cidadania não é somente ter e exercer direitos, mas como conquista, ou pelo menos como direito de reivindicar melhores condições de existência, sendo que cidadania, como categoria que expressa a condição do indivíduo historicamente em relação ao Estado e à vida em sociedade, se constituiu de forma desigual nos diversos países que vivenciaram a democracia liberal.

Em especial no Brasil, a cidadania abrange aspectos referentes a conquistas de certos direitos ao longo da História, em campos diversos, mas de certa forma nunca alcançando uma totalidade, por diversas vezes contemplando somente uma parcela da população e sempre sendo fruto de mobilizações populares e de intensa luta Política, tendo em vista sua efetivação como direito.

Pode-se afirmar, assim, que o estudo da História enquanto disciplina escolar, tem contribuído para uma compreensão de cidadania de alunos da Educação Básica, que durante o processo de escolarização institucional, têm desenvolvido aprendizados sobre as diversas sociedades, suas semelhanças e diferenças, suas contradições do passado em relação ao tempo presente e os processos históricos que operam a temporalidade.

O processo formativo realizado no ambiente escolar, em especial referente ao ensino de História, tem sido importante para que esses estudantes, dentro das limitações pertinentes à complexidade que envolve as experiências de educação do Brasil, possam desenvolver uma conscientização crítica em relação as bases sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade em que vivem, promovendo, assim, uma compreensão e uma prática, mesmo que de forma parcial de cidadania, pautada na busca de direitos que possam contribuir para um convívio em bases sociais mais solidárias e humanas.

1.4 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA CIDADÃ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação como política pública é de grande importância para a formação do cidadão, sendo que é no período de sua vida escolar que o estudante passa por diversos processos de desenvolvimento, sejam físicos ou cognitivos, que incorporam aspectos relevantes da cultura humana relativos aos conhecimentos científicos, aos valores e aos costumes que fazem parte da História humana na sua abrangência macro e micro. Nesse sentido, a História, como disciplina escolar, pode proporcionar aos estudantes conhecimentos diversos sobre as sociedades, descrevendo suas formações e significando as ações que são desenvolvidas nos cotidianos.

Abordamos o ensino de História dentro do contexto escolar e o associamos à função social da Educação, de contribuir para a formação dos cidadãos. Assim, entendemos cidadãos como indivíduos que têm consciência de seus direitos e deveres dentro do quadro social, além de participar da vida política e se colocarem como agentes de transformação da realidade.

A disciplina de História, no espaço escolar, tem a condição de contribuir para que o estudante entenda o processo de formação das diversidades culturais e sociais existentes entre as muitas civilizações ao longo dos diferentes tempos históricos.

Autores, como Guimarães (2016) e Aldigier (2016), ao abordarem o papel do ensino de História na educação Básica e sua relação com a formação para o exercício da cidadania, indagam o seguinte: qual o cidadão a se formar? Sendo que este entendimento é de grande importância para se saber qual a História a se ensinar nas escolas.

Os autores destacam o papel fundamental do ensino escolar para formação dos sujeitos em suas práticas cotidianas, que dizem respeito ao convívio social, em todas as suas dimensões. Dentro de tal compreensão, apontam para o desenvolvimento de certas capacidades intelectuais que orientam as ações. Aldigier (2016) classifica de “consciências”

tais capacidades e as separa em “histórica, cidadã e política” destacando, assim, a capacidade de historicizar os fatos do presente e do passado, de participação coletiva nas decisões que estabelecem leis e regras sociais, além de um entendimento de pertencimento a um grupo identitário.

Na maioria das abordagens feitas e que tem como objetivo ter conhecimento sobre a formação cidadã dos sujeitos, em especial a partir de um ensino de História que proporcione essa formação, o desenvolver de uma “consciência histórica” tem sido relatada por diversos autores como um ponto importante. Nesse sentido, o desafio que se coloca para o ensino de História no espaço escolar, é o de tornar significativo o passado, a ponto de poder orientar o agir presente dos sujeitos históricos, valorizando para tal, não apenas o conceito de consciência histórica, mas também apontando a necessidade de se pensar uma didática para o ensino de História que possibilite tal processo.

Rüsen (2001) traz como desafio principal para o ensino de História, organizar o conhecimento de forma a aproveitar os dados referentes ao passado, que nem sempre nos chegam através da História ensinada no espaço escolar que é entendida como uma derivada da chamada “ciência histórica”, sendo seu papel dar um sentido inteligível para tornar esse passado consciente, no processo de formação entendido como didática da história. A esse respeito, o autor afirma que:

> A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido, sua capacidade específica consiste em (re) elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida. Essa capacidade de aprendizado histórico precisa, por sua vez, ser aprendida. (RÜSEN, 2007, p. 94)

O autor destaca a formação histórica como um processo que valoriza aspectos subjetivos ao sujeito, como as experiências em relação ao cotidiano e aos fatos do passado, a sua capacidade interpretativa, que se associa às orientações que o permitem interpretar e construir narrativas que irão orientar as ações desses sujeitos, de forma individual ou coletiva, pois serão a base epistêmica de sua visão de mundo.

A consciência histórica desempenha um importante papel em relação ao imaginário social, sendo assim responsável pelo agir cotidiano dos indivíduos, para autores como Cerri (2011), o ensino de História deve ter como objetivo o desenvolver de uma consciência histórica nos sujeitos, a partir de suas experiências no ensino escolar. O autor destaca a

existência de uma disputa pela memória no meio social, que perpassa os espaços de poder dando sentidos e significados diversos aos fatos do passado.

Assim, o conceito de consciência histórica, consciência cidadã e política, pode ser entendido como um fenômeno humano que se dá no desenvolver das culturas através do meio social e é de fundamental importância para podermos contextualizar a formação cidadã dos indivíduos no interior das democracias liberais modernas e também como mecanismo que contribui para o processo de reconhecimento, por parte do indivíduo, de sua identidade cultural e dos embates travados pelos distintos grupos sociais.

A relação existente entre a educação oficial, com destaque o ensino de História e a formação para a cidadania, tem promovido diversos debates e sido tema de amplas pesquisas, seja no campo da educação ou do ensino de História. Seja na educação escolar, de forma geral e, em especial no ensino de História, tem-se dado ênfase à capacidade do ensino de História, em promover o surgir de uma consciência em relação à condição Histórica da sociedade e do próprio indivíduo, sendo que tal realização pode possibilitar um agir diferenciado em relação aos acontecimentos que envolvem os sujeitos.

O entendimento de que seja necessário ao processo de educação, promover uma tomada de consciência, por parte dos sujeitos sociais em relação a historicidade das sociedades humanas, e também em relação ao seu papel como pertencente a uma coletividade, de participar das ações políticas que promovem mudanças nas relações de poder e de convívio e que gerem melhores condições de existir dos grupos excluídos e menos favorecidos, também se encontram presentes em autores críticos da Educação.

Fiori (2019), ao prefaciar a obra “Pedagogia do Oprimido” do educador Paulo Freire, reflete sobre a importância de uma prática libertadora de educação para a tomada de consciência, ou conscientização, que possibilita que o mundo seja percebido como elaboração humana e, a partir de tal percepção, o atribuir-lhe um histórico tornando-o humanizado. A autora afirma que:

> A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos como consciência do mundo, constitui-se dialeticamente num mesmo movimento – numa mesma história. Em outros termos: objetivar o mundo e historicizá-lo, humanizá-lo. Então o mundo da consciência não é criação, mas sim elaboração humana. Esse mundo não se constitui na contemplação, mas no trabalho. (FIORI, 1987, p. 23)

Nesse sentido, a compreensão sobre a consciência humana tem uma dimensão histórica; tem a capacidade de dar um sentido humano às experiências sociais e reconhecer a importância das ações empreendidas na construção do mundo; A consciência abre caminho

para a conscientização. Freire (2019) afirma que a educação é um ato também político, logo, a conscientização, fruto desse ato, também o é.

A compreensão dada à consciência como sendo consciência histórica, e com uma abordagem crítica em relação a História humana, nos leva a considerar que tal consciência sobre a realidade é necessária ao agir sobre ela.

A consciência almejada a partir do processo de educação possibilita, assim, um novo entendimento sobre a realidade vivida, pois leva o ser humano a perceber, a partir de sua dimensão histórica, caracterizada pelas suas experiências sociais e coletivas, que somente como sujeito de suas ações é que pode significá-la. A historiadora Marizete Lucini, ao analisar aspectos sobre tal entendimento, destaca que:

> Realidade que é histórica, se entendermos que o presente é uma composição temporal que reúne as experiências humanas em movimento. Experiências humanas que congregam uma historicidade constituída e constituinte de uma mundanidade vivida por diferentes sujeitos individuais e coletivos. Sujeitos que se colocam em movimento a partir de uma consciência histórica que resulta e produz uma inserção crítica na história. (LUCINI, 2018, p. 65)

Ao compreender a realidade social como histórica e, portanto, criada a partir do agir humano, os sujeitos tornam-se conscientes de seu papel transformador, sendo a partir de então possível o processo de mobilização política, no sentido de modificar a realidade existente.

As mobilizações, as lutas por melhorias de vida, de condições de trabalho, por acesso a diretos sociais são frutos desse processo de educação geradora de conscientização, que caracteriza o entendimento sobre consciências histórica, política e cidadã. É nesse entendimento que podemos relacionar a conscientização ou a consciência histórica, política e cidadã dentro de uma educação libertadora.

Para autores como Audigier (2016) e Cerri (2011), a categoria consciência é de suma importância nas análises sobre o processo de formação para a cidadania na contemporaneidade, dentro do aprendizado escolar e em especial na contribuição do ensino de História para esse fim. Os autores descrevem a ação cidadã como sendo o resultado de certa capacidade do indivíduo e que envolve a percepção histórica em relação ao mundo, o sentimento de pertencimento em relação à cultura e o engajamento nas questões políticas.

O ensino de História ofertado nas escolas de educação básica, através de seus referenciais, tem como uma de suas prerrogativas a formação para o exercício da cidadania. Pesquisadores, como por exemplo, Bittencourt (1988), Cerri (2011), (conjunção **e** em vez de vírgula) Guimarães (2016), que se debruçam sobre o ensino de História, levantam a questão

em relação à qual o modelo de cidadania objetiva formar a partir da educação básica e das aulas de História. Tal questão encontra relevância no fato de que, ao longo das diversas experiências políticas vivenciadas por diferentes governos em todo o mundo, o papel social atribuído aos cidadãos sofreu e sofre mudanças. A cidadania e o modelo de cidadão apresentam-se como uma categoria em um processo de construção, ou que ao longo do tempo histórico foi concebida de forma distinta, tendo como baliza as relações de poder.

No Brasil, em especial em sua História recente marcada por governos autoritários, a cidadania resumia-se ao cumprimento de deveres civis e ao exercício de alguns diretos sociais, concedidos como se estes fossem favores dos governantes para a população, muitas vezes não atendendo a demanda real desta, sendo ainda que qualquer forma de reivindicação e mobilização da sociedade civil não eram toleradas, e os canais de participação política e de controle social, característicos de democracias liberais, foram interrompidos pelos governantes.

A promulgação da carta constitucional de 1988 estabeleceu, do ponto de vista jurídico, a cidadania como condição de igualdade legal entre os indivíduos, reconhecendo garantias de direitos fundamentais a todos, tendo como base a condição de pessoa humana, portadora de direitos e deveres inalienáveis. O texto reconhece todo brasileiro como cidadão e funda um paradigma jurídico de cidadão e cidadania. O ensino básico, e como parte dele, a História como disciplina escolar, direcionado a partir da carta constitucional de 1988, tem como uma de suas atribuições a formação desse cidadão, condição indispensável para a vida democrática.

O ensino de História realizado dentro do espaço escolar tem a condição de desenvolver nos estudantes certas capacidades que podem colaborar para que possam exercer sua cidadania no espaço democrático, sendo de grande importância para o desenvolver de uma educação que promova a autonomia dos estudantes, estimulando o conhecimento e práticas libertadoras dentro do contexto social através de ações políticas (FREIRE, 2017). Nessa perspectiva, o desenvolvimento da capacidade de historicizar a realidade vivida, de se sentir pertencente a determinada cultura inserida em determinado grupo e se envolver nas ações políticas dentro desse grupo, caracteriza esse processo formativo.

A concepção abordada de consciência cidadã parte do princípio de que o indivíduo possa sentir-se como parte de uma comunidade ou grupo social que seja organizado a partir de regras estabelecidas através de uma legislação comum a todos os membros desse grupo, que reconheça sua individualidade e que haja igualdade de tratamento perante a lei, que possibilite a participação de todos no exercício do poder e nas escolhas para que este seja exercido.

A consciência cidadã caracteriza-se como uma capacidade inerente aos sujeitos pertencentes às sociedades modernas e que tem como base de sua organização social a democracia e o Estado democrático de direito. Audigier (2016) caracteriza, assim, tais condições referentes à consciência cidadã:

> Por consciência cidadã, nós entendemos o fato de "ter plenamente consciência de sua inserção, de seu pertencimento a uma comunidade política baseada hoje na igual dignidade de seus membros, na igualdade jurídica e na soberania que eles exercem conjuntamente, em particular sobre o fato de que os cidadãos controlam os poderes públicos que exercem no seio dessa comunidade". (AUDIGIER, 2016, p. 27)

O ensino de História escolar ao ser pensado como espaço que possibilite a formação cidadã tem de ser capaz de possibilitar aos estudantes a formação da consciência cidadã, essa é de suma importância para motivar as ações de cidadania nas sociedades democráticas.

A consciência cidadã abarca elementos diversos de conhecimento, não necessariamente conteúdos exclusivos da História, mas se valendo também desta; principalmente ao proporcionar aprendizados em relação a conquista de uma identidade, seja no campo das diferenças étnicas ou culturais ou na problematização das questões que envolvem diferenças de gênero, da sexualidade e das relações de trabalho. Sobre a importância do desenvolvimento da consciência cidadã, Lucini afirma que:

> No desenvolvimento da consciência cidadã estão presentes elementos que não são necessariamente abordados como conteúdo histórico, mas que circundam as temáticas em diferentes acontecimentos históricos ou atores sociais com os quais seja possível estabelecer relações de identificação, seja por pertencimento étnico, de gênero, de classe, de cultura, de profissão, de geração, etc. (LUCINI, 2018, p. 66)

Para o autor, a consciência cidadã extrapola o campo do conhecimento promovido pelo ensino de História na escola. Nesse sentido, valoriza as experiências sociais que também contribuem para a formação dos estudantes. Ao analisar algumas respostas de alunos participantes da pesquisa sobre ensino de História e cidadania na escola Manuel Bandeira, podemos perceber alguns posicionamentos desses alunos em relação as questões que envolvem a História ensinada e os problemas sociais que tem uma relação próxima com os conceitos apresentados sobre consciência cidadã, como a solidariedade, as relações conflituosas e os interesses e condições distintas que envolvem o imaginário.

Um dos estudantes do sexo masculino de 18 anos que colaborou com a pesquisa respondendo o formulário, ao relatar sua compreensão sobre cidadania, destacou a importância da solidariedade para a existência da cidadania. Ele abordou os problemas sociais

vivenciados dentro da comunidade e apontou a necessidade de superação coletiva destes, tendo em vista proporcionar um estado de bem-estar para todos. Sobre tais considerações, esse aluno declarou o seguinte:

> A cidadania tem relação com convivência, para mim o cidadão é aquele que pensa nos outros, nos problemas que temos que enfrentar para sobreviver, trabalhar, pagar as contas, ter assistência médica. É pensar não só em si, mas no coletivo, a cidadania tem que ser para todos, acho que é isso, é brigar para que todos possam viver bem. (Aluno do 3°ano, 18 anos, resposta ao formulário de pesquisa)

A estudante, do sexo feminino de 17 anos, do terceiro ano, mesmo que de forma parcial, reconheceu a importância das aulas de História para uma melhor compreensão sobre as relações de conflitos na sociedade. Já um outro estudante do sexo masculino, de 16 anos, destacou o papel dos professores, que nem sempre conseguem ensinar toda a abrangência do conceito de cidadania. O jovem abordou aspectos sobre as desigualdades na sociedade e a importância de lutar por direitos e sobre a necessidade de a própria família contribuir para o aprendizado de cidadania. Segue, abaixo, os relatos dos dois estudantes, respectivamente:

> Em parte, nas aulas de História as discussões sobre política e sociedade e também as desigualdades existentes, além da violência, nos mostram que precisamos sempre lutar pelos direitos e nos fazer entender sobre cidadania. Mas acho que por ser um tema um pouco mais difícil, não ajuda totalmente, apenas em parte. (Aluna do 3°ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Na Escola os professores tentam, mas nem sempre conseguem nos ensinar várias coisas sobre a cidadania, como a escolha do voto certo ou entender as injustiças e coisas ruins que acontecem, lutar pelos direitos e respeitar os outros, mas algumas coisas é dever da família, e muitas vezes por mais que tentem, a família não consegue ensinar, e em alguns casos não são presentes. (Aluno do 3°ano, 16 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

É possível identificar na representação desses estudantes elementos que, segundo Adigier (2016), caracterizam a chamada consciência cidadã, como sentir-se pertencente a um grupo social, sendo solidário no que diz respeito às dificuldades em relação às questões sociais, e que se fazem presentes nos entendimentos desses alunos da educação básica. Sendo ainda que nos relatos dos participantes da pesquisa, pode-se perceber uma relação estabelecida entre o ensino de História realizado na Escola e a manifestação dessa consciência.

No processo de formação para a cidadania, a consciência cidadã é de suma importância, pois permite o pensar coletivamente sobre a luta por direitos, através de projetos

políticos mais solidários. Juntamente a ela, também se faz necessário a formação de uma consciência histórica que permita que os jovens estudantes possam ter uma percepção em relação à sociedade que dimensione os acontecimentos da História ao campo das intencionalidades, tendo relação com as questões culturais, políticas e também econômicas, sendo assim, impossíveis de serem neutras.

A consciência histórica a ser desenvolvida a partir do ensino de História, destaca Cerri (2011), deve permitir que os estudantes, em algum grau, tenham capacidade de historicizar sua realidade social, relativizar as diferenças culturais e de forma crítica, considerar a existência de uma diversidade de narrativas que fazem parte da própria história, possibilitando que esses estudantes possam se posicionar frente a essas narrativas e valorizar a História do grupo social a que pertencem.

A ideia de pertencimento cultural e de existência social marcada pelo coletivo, também é contemplada nesse conceito de consciência histórica que aponta para a possibilidade de constituição de identidades que visam aprofundar os laços solidários e de ligações afetivas dentro da coletividade. Sobre esses aspectos da consciência histórica, Cerri destaca que:

> O espaço que a consciência histórica ocupa nas relações humanas pode ser percebido por diversos elementos, mas o principal (e provavelmente aquele do qual os demais derivam) é a identidade coletiva, ou seja, tudo aquilo que possibilita que digamos nós e (eles). (CERRI, 2011, p. 41)

Pensar então em um ensino de História que possa contribuir para aquisição dessa consciência é uma das formas de contribuir para a formação cidadã dos alunos, pois o exercício da cidadania em uma perspectiva de conquistar e exercer direitos diversos, está relacionado com a capacidade de se sentir parte de um grupo social em seus múltiplos aspectos, dentre eles, a identificação com o que há de peculiar em sua História.

A cidadania, assim constituída, tendo como ponto de partida as consciências cidadã e histórica, também passa a contemplar o que Lucini (2018) chama de ação ou consciência política, que é a capacidade que o cidadão tem de se organizar, a partir de seu meio social e cultural, para reivindicar seus direitos, participar de mobilizações coletivas, de campanhas políticas eleitorais tendo em vista a disputa de poder e ocupar os espaços de controle da sociedade civil, tendo em vista a correlação de forças e a representatividade de seu grupo identitário nesses espaços de poder.

Arendt (2004) destaca a importância da política no espaço público, principalmente em relação ao exercício da cidadania. A autora entende cidadania como uma condição do indivíduo a ter direitos e a política como instrumento para superar as diferenças no campo social e pessoal. Nas palavras da filósofa:

> A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. [...] A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e na verdade, tanto para a do indivíduo como da sociedade. (ARENDT, 2004, p. 21, 45-46)

A partir das palavras da autora, depreende-se que a formação política é imprescindível para a vida em sociedade, que pode ser considerada como um lugar em que as relações humanas carecem de ser pautadas pelo respeito às diversidades que caracterizam os grupos humanos.

A consciência e a ação política destacadas não são realizadas diretamente dentro do espaço escolar, em especial na educação básica, mas o ensino de História pode fomentar, através dos conhecimentos proporcionados aos estudantes, a prática dessas, a partir do desenvolver de suas consciências histórica e cidadã.

2 - O ENSINO DE HISTÓRIA E SUAS INTERFACES COM A CIDADANIA

No decorrer desse capítulo, realizamos um diálogo com os documentos que orientam a educação básica sobre a formação para a cidadania, abordando a Constituição Federal de 1988, a LDB/1996, os PCNs para o ensino de História, bem como o Referencial Curricular do Estado de Rondônia para o ensino de História. Apresenta-se também, um breve histórico da cidade e da Escola Manuel Bandeira, uma pequena contextualização social dos alunos da Escola relacionando-os à formação da cidade, sua vocação econômica e cultural.

O capítulo traz também um pequeno estudo do projeto político pedagógico da Escola, um ensaio sobre ensino de História, referenciado por autores do ensino de História e depoimento dos alunos, que possam relacionar-se com as ideias de uma cidadania pautada nos diretos, nos deveres, na democracia, no protagonismo e no pertencimento cultural. Apresenta algumas considerações sobre as representações culturais de alunos da Escola Manuel Bandeira em relação à cidadania e suas abrangências, utilizando-se do relatório sobre o formulário submetido aos alunos, incluindo autores que escrevem sobre o tema, "Ensino de História e cidadania". Também aborda, em última instância, os temas (dois pontos) cidadania, cultura escolar e História local, tecendo algumas considerações, referenciadas por autores dos três temas demostrando algumas convergências entre eles.

2.1 A CIDADANIA COMO FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Refletir a respeito do ensino de História e suas interfaces com a cidadania é levar em consideração o papel desempenhado pela Educação escolar pública na formação geral dos estudantes. O que nos remete a um problema presente nas diversas realidades educacionais encontradas em tempos e espaços diversos, principalmente a questão das finalidades do ensino e, em especial aqui, do ensino e da aprendizagem de História no ambiente escolar.

Guimarães (2016) destaca que o problema da finalidade do ensino de História não é recente e perpassa pela História do ensino de História no Brasil e na última década do século XX (e no contexto sociocultural e político do século XXI), a necessidade de compreender essas finalidades tem se intensificado.

A Constituição Federal de 1988, no que se refere à educação, estabelece pontos importantes quanto a sua função social. A formação cidadã é destacada como uma das metas

da educação e, assim, o ensino escolar em suas diversas etapas tem de contribuir para que os estudantes desenvolvam certas capacidades de convivência social e de participação nas instâncias políticas do Estado e também nos instrumentos de controle da sociedade civil que caracterizam o modelo de cidadania referendado pela carta constitucional.

Outro ponto que merece destaque, é em relação aos direitos básicos garantidos aos cidadãos pela Constituição. A formação cidadã é mais eficiente quando consegue capacitar os estudantes para exercerem esses direitos, além de buscar sua consolidação dentro da sociedade e até mesmo fomentar a criação de novos direitos devido a novas demandas. A promulgação da atual Constituição demarca um período de mudanças na perspectiva, não só da educação, mas também de toda sociedade, trazendo à tona diversos anseios contidos em bandeiras de lutas sociais. Sobre esses aspectos, a historiadora Selva Guimarães comenta que:

> A Constituição da república Federativa do Brasil, promulgada em 1988, constituiu-se uma marca jurídico-político na educação dos cidadãos Brasileiros. Traduz conquistas das forças políticas democráticas, das lutas históricas do movimento social dos professores e dos estudantes brasileiros. (GUIMARÃES, 2016, p. 84)

Assim, a Constituição, também chamada de cidadã, representou, em parte, uma diversidade de ideias no campo do ensino, materializando conquista de movimentos de lutas de educadores e estudantes, como os destacados no seu artigo 206, que segundo Bittencourt (1988), garante os princípios de uma educação democrática e cidadã.

Entre os valores garantidos pelo artigo 206, estão aqueles que asseguram a igualdade de condição no acesso e permanência ~~à~~ na escola, a liberdade para aprender, ensinar e divulgar as ideias, o conhecimento e as produções artísticas, a pluralidade de ideias, de concepções pedagógicas e a própria existência de escolas públicas e privadas, a gratuidade do ensino público nas escolas oficiais, e também estabeleceu como princípio, políticas públicas de valorização dos professores, plano de carreira, posteriormente piso salarial, ingresso no cargo através de concurso público e com formação específica para função. Sobre o assunto, Guimarães (2016) afirma que:

> A carta magna garante os princípios de igualdade, liberdade, pluralismo e gratuidade do ensino nas instituições públicas, pilares constitucionais para a ampliação e a gratuidade do direito ao acesso à educação, aos saberes, à arte de forma plural. Outrossim, reconhece que, para assegurar esse direito, é fundamental a valorização do professor como um profissional e, nesse sentido, afiança o tripé: ingresso por concurso público, plano de carreira e piso salarial nacional. (GUIMARÃES, 2016, p. 85)

Tais garantias em relação à condição da educação, bem como em relação aos professores, atores sociais dessa, caracteriza-se pela adoção de um conjunto de direitos e deveres que passam a fazer parte da condição de cidadania inaugurada pela carta constitucional. O modelo de educação, desde então, visa colaborar com a formação desses cidadãos e busca estruturar um tipo de escola que possa responder ao momento vivido, tendo como regime político a democracia e uma sociedade pautada no Estado democrático de direito.

Guimarães (2016), ao abordar o ensino de História no contexto da redemocratização aponta para a necessidade de pensar a formação dos professores de História da educação básica em uma perspectiva de cidadania, sendo esses, sujeitos de direitos e deveres, profissionais e cidadãos que tenham um compromisso com a educação do ponto de vista político e social.

A educação no Brasil, com a promulgação do texto constitucional, passou a ter uma proposta pautada em valores democráticos, uma de suas finalidades. A partir de então, é contribuir para a formação cidadã dos estudantes. Nesse contexto, compete às disciplinas escolares colaborar com tal processo formativo, a História na condição de disciplina escolar passou a ter também atribuições no processo de formação que venham permitir o exercício da cidadania por parte dos estudantes, levando-se em conta as garantias em relação aos direitos e deveres do cidadão, contidos na Constituição Federal de 1988, em que a educação se configura como um direito universal, que tem como uma de suas funções contribuir na formação de um cidadão que possa exercer tais direitos e deveres.

No texto constitucional, encontra-se a fundamentação legal dessa nova proposta educacional a ser elaborada no Brasil redemocratizado. Tal proposta envolve o poder público e a família como agentes sociais responsáveis pelo processo de educação de crianças e jovens brasileiros. A esse respeito, Macedo (2014) afirma que:

> No que concerne à educação como direito de todos, esta só veio se efetivar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, artigo 205, onde envolve agora a família e o Estado como os responsáveis pela realização da educação das crianças e jovens. (MACEDO, 2014, p. 26)

A educação como direito estabelecido, será exercida a partir de políticas públicas, tornando-se um compromisso legal assumido pelo Estado e também uma atribuição da família para com as crianças e jovens em idade escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 foi elaborada a partir das orientações da carta constitucional e nesse sentido apresenta uma concepção da educação pautada em uma ética solidária, que acentua os valores de liberdade, de justiça social e sustentabilidade, tendo como finalidade o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça o caráter universal da educação institucional e também a concebe como um direito básico, essencial para a formação do cidadão e o exercício da cidadania. Ela regulamenta e amplia os direitos relacionados ao acesso à escola e também ao seu financiamento, bem como as formas de organização do ensino oficial e as responsabilidades de cada ente federado para sua realização. Assegurando também, direitos relacionados à formação docente, bem como a carreira do magistério, apontando para a regulamentação profissional dos professores, como assegurou a Constituição Federal.

Guimarães (2016) destaca que a LDB 9.394/96 regulamentou e ampliou os direitos consolidados na Constituição, dando um caráter profissional à atividade docente, estabelecendo compromisso no sentido de construção de planos de carreiras para o magistério da Educação básica, bem como a obrigatoriedade de formação específica e ingresso no magistério, através de concurso público e ainda, a elaboração de lei que estabelecesse o piso salarial para a categoria.

A formação para o exercício da cidadania encontra-se em destaque ao longo do texto que compõe a LDB. Ao abordar as finalidades da educação básica, este, ratifica ser um de seus importantes objetivos a tarefa de contribuir para sua formação cidadão. A esse respeito nos afirma o artigo 22° da referida Lei que "tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 1996, art. 22º).

Sob a perspectiva acima apontada, é competência de a educação básica promover uma formação que além de capacitar o estudante para o trabalho e o prosseguimento nos estudos, também contribua para uma formação de caráter universal que lhe permita exercer a cidadania. A LDB, também apresenta aspectos relacionados à cidadania quando trata do ensino fundamental e destaca que o aprendizado de temas como sociedade, política, conhecimentos de diversas natureza e valores, que balizam a vida em sociedade são objetivos dessa modalidade de ensino, como destaca no seu artigo 32°:

> Terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: [...] a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das Artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...] o fortalecimento dos vínculos de família, dos

> laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 24)

Os aspectos presentes no texto da LDB dão ênfase a uma formação que possibilite ao estudante uma melhor compreensão do seu papel social como cidadão, da importância da reflexão sobre a diversidade cultural e sobre os valores que marcam a vida em sociedade. Confere destaque à importância dos alicerces consolidados na família e da prática solidária no convívio social.

A etapa final da educação básica também foi destacada pela LDB como sendo um espaço de formação para a cidadania. Com relação ao ensino médio, o texto destaca como sendo sua finalidade, além de preparar para o mundo do trabalho, a ~~sua~~ contribuição para a formação cidadã dos estudantes. A esse respeito, o artigo 35 da LDB diz o seguinte:

> O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: [...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores [...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 1996, p. 25-26)

Destaca-se ainda a formação ética direcionada a questões que dizem respeito aos direitos humanos, à liberdade de pensamento e à capacidade e autonomia para se posicionar de forma crítica em relação à sociedade e a seus problemas econômicos e políticos.

A escola, pensada na perspectiva de um espaço formador e a educação como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, tornou-se um importante lugar para a formação cidadã de estudantes[4]. Essa cidadania, como já foi dito, pauta-se nos valores democráticos que marcam a nova Constituição e no exercício de direitos e deveres, por parte dos indivíduos, respaldados pelas liberdades individuais e pelo chamado à participação política.

[4] No contexto discutido por Certeau (2005), o espaço é modificado pelas transformações devido a proximidades sucessivas. Não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um lugar. Dessa forma, espaço é o lugar praticado. E sob a perspectiva do autor, parece pertinente considerar que há dois tipos de comportamento: o estratégico e o tático. Certeau (2005) retira esses termos do seu contexto militar e lhes atribui novos significados. Ele descreve as instituições em geral como "estratégicas" e as ações das pessoas comuns, não-produtoras, como "táticas". No contexto desta dissertação, compreendemos que professores e alunos/alunas fazem da escola (espaço) um ‘lugar praticado’ nas vivências cotidianas.

2.1.1 O ensino de História e a formação para a cidadania na educação básica: prerrogativas e orientações

A educação básica, como política pública, é o campo em que a formação cidadã dos estudantes encontra espaço a partir das diretrizes e normas que a regulamentam. O texto constitucional de 1988 direciona a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares no sentido de estabelecer os objetivos formativos da educação, dando destaque para, entre outros, a formação para a cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos a partir do ano de 1998, reafirmam a direção da educação nacional no sentido de estabelecer uma formação que enfatize os valores relacionados à cidadania, destacando o exercício de direitos e o protagonismo dos cidadãos no direcionamento da vida social e na participação política.

Guimarães (2016) aponta para a centralidade dada à cidadania na proposta formativa da educação contida nos PCNs, destacando a organização de conhecimentos e valores a serem utilizados no processo de ensino, envolvendo as diversas disciplinas que através de temas transversais comum a todas, visava contribuir para com a formação para cidadania. A este respeito, Guimarães afirma que "no contexto da reforma educacional dos anos 1990 a aprendizagem dos valores democráticos e da cidadania passa a ser tarefa de cada uma das áreas/disciplinas, e de todas na proposta dos temas transversais". (GUIMARÃES, 2016, p. 95)

A autora destaca a importância dos temas transversais que fariam parte do processo formativo das diversas disciplinas do ensino fundamental, tendo como objetivo fomentar a propagação dos valores democráticos.

Em relação à História como disciplina escolar e sua contribuição para a formação cidadã dos estudantes, os PCNs de História para o ensino fundamental, implantados a partir de 1997, trouxeram uma organização curricular demarcada por eixos temáticos que se desdobravam em subtemas ao longo dos anos iniciais e finais dessa modalidade de ensino.

Os eixos temáticos e subtemas, contidos nas propostas dos PCNs de História para o ensino fundamental, traziam como sugestão para os quatro primeiros anos dessa modalidade, o ensino da História local e do cotidiano, abordando, assim, a História da localidade e de comunidades indígenas, História das organizações populacionais, abordando os deslocamentos populacionais, organização e lutas de grupos sociais e étnicos e também, a organização histórica e temporal.

Já para os quatro anos finais do ensino fundamental, os PCNs propuseram como temas e subtemas o ensino da História das relações sociais, da cultura e do trabalho que abordava

questões referentes às relações sociais, relações com a natureza, com a terra e também com o trabalho, a História das representações e das relações de poder com foco no estudo dos significados de Nação, povos, lutas, guerras e revoluções, além de conceitos como o de cidadania e cultura no mundo contemporâneo.

Dessa forma, com o modelo de organização curricular proposto nos PCNs, o ensino de História no ensino fundamental buscou contribuir para um aprendizado que possibilitasse a construção de uma identidade do estudante a partir do conhecimento das realidades vivenciadas por ele, valorizando a localidade e sua cultura, além de promover sua cidadania. Em relação à contribuição do ensino de História à formação dos estudantes no ensino fundamental, o texto dos PCNs destaca que:

> Contribui, assim, para desenvolver sua formação intelectual, para fortalecer seus laços de identidade com o presente e com gerações passadas e para orientar suas atitudes como cidadão no mundo de hoje. [...] A seu modo, o ensino de História pode favorecer a formação do estudante como cidadão, para que assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante da realidade atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica na qual se insere. (BRASIL, 1998, p. 36)

O estado de Rondônia, em relação à educação básica, elaborou e implementou, de forma participativa, o seu referencial curricular no ano de 2013, no qual, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010), passou a orientar a organização curricular nas escolas públicas do estado. O referencial curricular do estado destaca, assim como nos PCNs, a formação cidadã dos estudantes, como é possível conferir em parte do texto de apresentação:

> O conceito fundamental do referencial curricular para as Escolas do Estado é que a educação seja vivida no dia a dia das pessoas, para que se incorporem no aluno os princípios da cidadania. Este referencial foi elaborado pelos professores, técnicos educacionais e coordenadores pedagógicos, dentro da nossa realidade e necessidade. É o nosso modelo. Atende ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA. (RONDÔNIA, 2013, p. 3)

Como é possível observar no fragmento acima citado, o documento elaborado destacou a importância das especificidades locais no seu processo de construção, sendo a partir de então, referência para a Educação do estado

O Referencial Curricular de Rondônia orientou-se na sua formulação pela Resolução n° 04, de 13/07/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que sugeriu a organização do currículo por áreas do conhecimento, abrangendo os conteúdos

obrigatórios e os temas transversais, além de práticas interdisciplinares como processo de ensino. No referido documento, essa forma de organização também é destaque em relação às ciências humanas, em que aponta como objetivo desse campo do conhecimento a capacidade de contribuir com a formação de um cidadão atento à sua condição social e que tenha uma postura crítica frente a esta. Como demonstra o excerto abaixo:

> Esse conjunto de objetivos revela as intenções de formação de um cidadão que, instrumentalizado pelo conhecimento, possa se desenvolver como sujeito capaz de compreender as inter-relações dos elementos que constituem sua realidade social e atue criticamente em seu meio. (RONDÔNIA, 2013, p. 11)

No que se refere ao ensino de História e a formação para a cidadania no ensino fundamental, o texto do Referencial Curricular de Rondônia busca valorizar aspectos relacionados a História local e aponta para um possível desenvolvimento de conhecimentos que abordem, além dos aspectos históricos das localidades, também uma compreensão histórica sobre a formação do estado, articulada à História do Brasil e do Mundo. Além desses aspectos, privilegia os acontecimentos políticos, sociais e culturais, e também para uma ampla compreensão sobre o exercício de direitos básicos essenciais para o exercício da cidadania por parte dos estudantes. Nesse entendimento, o referencial destaca os seguintes objetivos do ensino de História para o ensino fundamental:

> Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades conflitos e contradições sociais; [...] conhecer e valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades. (RONDÔNIA, 2013, p. 219)

O documento que orienta o currículo, também reforça a necessidade de reconhecimento de cidadania dos diferentes grupos sociais para o fortalecimento da democracia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (PCNEM), no campo referente às ciências humanas e suas tecnologias, destacam que o ensino e o aprendizado de História teriam a capacidade de desempenhar um papel de suma importância em relação à concepção da identidade dos estudantes, bem como promover a reflexão sobre a ação do sujeito nas suas práticas e relações interpessoais com o seu grupo de convívio cotidiano, com

as suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro.

Sob a perspectiva acima apontada, os PCNEM indicam que o estudo da História na etapa final da educação básica, alargaria os conhecimentos adquiridos na fase inicial, contribuindo no processo de identificação cultural necessários para uma formação consolidada de cidadania por parte dos estudantes. Como destacou o documento:

> A História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do ensino fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidades e consolidação da formação da cidadania. (BRASIL, 2002, p. 301)

No Referencial Curricular de Rondônia para o ensino médio, o tema cidadania está relacionado com a temática dos direitos humanos, abordado de forma geral nos chamados temas transversais e também são destacados os aspectos referentes aos direitos básicos da pessoa humana e as relações de gênero e ~~da~~ diversidade sexual, como se pode ver no fragmento abaixo:

> O compromisso com os Direitos humanos e a cidadania deve estar presente nas ações educativas, promotoras de abordagens articuladas dentre Educação para Relações de gênero e diversidade sexual. O reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero trazem à tona uma Escola pluralista que ensina a convivência em uma sociedade heterogênea, e trabalha a educação de forma igualitária, não discriminatória e democrática. (RONDÔNIA, 2013, p. 21)

Os aspectos destacados no documento encontram-se relacionados a todas as áreas de conhecimento que fazem parte do ensino médio, entre elas as ciências humanas e suas tecnologias.

Em relação à disciplina de História no ensino médio, o referencial curricular de Rondônia aponta como uma área de suma relevância para formação da memória social e coletiva, dando significado ao conhecimento histórico.

O documento aponta também como um de seus objetivos, contribuir para uma formação que valorize a compreensão por parte dos alunos do caráter histórico dos grupos e instituições sociais, bem como dos valores que devem orientar a vida em uma sociedade democrática pautada nos direitos e deveres do cidadão. Assim, o texto do documento destaca como uma das competências para estudantes do 1° ao 3° ano do ensino médio na área de História:

> Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, relacionando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios e valores que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, e à justiça. (RONDÔNIA, 2013, p. 159)

Dessa forma, o documento de referência curricular do estado de Rondônia reforça o compromisso da formação para a cidadania da educação básica, em especial o papel da História enquanto disciplina escolar com essa formação, no sentido de possibilitar uma compreensão histórica das instituições sociais e dos sujeitos, tendo capacidade de análise crítica de sua realidade e buscando reconhecer-se como um indivíduo de direitos que caracterizam sua cidadania.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que foi homologada em 2017 para a educação infantil e ensino fundamental, e em 2018 para o ensino médio, tem como objetivo definir as competências gerais a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação básica a partir de aprendizagens realizadas no cotidiano escolar através de conteúdos das disciplinas escolares. Sob essa perspectiva, a BNCC destaca como uma de suas competências gerais o seguinte pressuposto:

> Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p. 9)

A construção de uma Base Nacional Comum Curricular foi uma ação que levou em consideração as determinações contidas já na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 210, como também no artigo 26 da LDB/1996, nesse sentido, suas orientações em relação à formação dos estudantes se pautam pelos mesmos valores, entendendo a educação básica como um processo que deve possibilitar a formação integral do estudante e contribuir para seu desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento, como também na sua capacidade de vivência social. A esse respeito, o texto da BNCC diz o seguinte:

> Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. (BRASIL, 2017, p. 14)

Nas suas orientações, o texto da BNCC aponta como caminho para as atividades educacionais desenvolvidas no decorrer da Educação básica, o aprendizado de competências por parte dos estudantes, a partir dos saberes escolares contidos nas disciplinas, contribuindo para que estes alunos possam desempenhar atividades que envolvam tanto o saber teórico, quanto as práticas referentes à vida em sociedade. Assim destaca o texto da BNCC, em relação às competências gerais da educação básica:

> Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 13)

As orientações contidas na BNCC estabelecem uma relação entre o saber e o fazer, caracterizando o aprendizado escolar como uma importante etapa para o preparo para a vida, em relação ao trabalho e também no que se refere ao exercício da cidadania dos estudantes.

No texto da BNCC, os ensinos fundamentais e médios são abordados a partir de áreas do conhecimento, dessa forma, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs, em relação ao ensino de História, esse é contemplado na área de Ciências Humanas no ensino fundamental e Ciências Humanas e Sociais aplicadas no ensino médio.

No decorrer do ensino fundamental, a BNCC destaca como objetivo da área de Ciências Humanas, a capacitação dos estudantes em relação a uma compreensão ampliada sobre o mundo, que possibilite a interação com os acontecimentos de sua localidade, que promova seu processo de reconhecimento identitário, proporcionando a valorização da vida coletiva. Sobre a área de Ciências Humanas no ensino fundamental, a BNCC destaca que:

> O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. [...] A Geografia e a História, ao longo dessa etapa, trabalham o reconhecimento do Eu e o sentimento de pertencimento dos alunos à vida da família e da comunidade. (BRASIL, 2017, p. 353-354)

Ao abordar o ensino de História no período fundamental, a BNCC enfatiza o aspecto peculiar desse conhecimento no trato de questões relacionadas à temporalidade, a sua capacidade de proporcionar aos estudantes entendimentos sobre as diversidades da cultura

humana, colaborando assim, para uma compreensão mais plural e crítica da vida em sociedade. Como destaca o texto:

> [...] espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive. (BRASIL, 2017, p. 401)

Para o ensino médio, o texto da BNCC procura destacar um papel de continuidade e complementação em relação ao ensino de História, como também da área de conhecimento das ciências Humanas, que nessa etapa do ensino, envolve também as Ciências Sociais aplicadas. Aspectos relacionados ao agir ético que possa promover o diálogo entre os diversos grupos que compõem a sociedade, pautados no respeito à diversidade e no reconhecimento das diferenças, fazem parte dos objetivos do ensino de História, bem como das demais disciplinas escolares que fazem parte desse campo do conhecimento. A esse respeito, a BNCC diz o seguinte:

> A BNCC na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental, sempre orientada para uma educação ética. [...], portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. (BRASIL, 2017, p. 561)

A partir dos objetivos da educação básica apresentados no texto da BNCC, seja em relação ao ensino das Ciências Humanas, ou especificamente ao de História, pode-se perceber uma afinidade com as determinações contidas nos demais documentos, que orientam a educação no Brasil, no que diz respeito a formação para a cidadania, entendida a partir de preceitos democráticos, de participação política e de exercícios de direitos sociais e civis garantidos por lei.

Na sequência, apresentamos algumas considerações históricas, geográficas e econômicas sobre Rondônia e sobre Colorado do Oeste.

2.2 ESTADO DE RONDÔNIA E MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

O estado de Rondônia foi instituído pela Lei complementar n° 41 de 22 de dezembro de 1981, elevando, assim, o até então Território Federal de mesmo nome, à categoria de estado. Segundo Oliveira (2004), a lei n°41/81 estabeleceu as ações políticas e administrativas necessárias para a criação do estado, como a eleição dos deputados para compor a assembleia constituinte. No ano de 1982, deu-se início aos trabalhos de elaboração da carta magna, que foi promulgada em agosto de 1987.

O estado de Rondônia está localizado na região Norte e faz divisas com os estados de Mato Grosso, Amazonas e Acre. Além de ser uma região de fronteira nacional com a República da Bolívia e também área de fronteira agrícola[5], onde a floresta tem sido empurrada pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada e da pecuária.

O mapa a seguir nos apresenta a localização de Rondônia em relação ao Brasil e à América do sul.

Mapa 1: Rondônia no Brasil: fronteira internacional



Fonte:https://www.britannica.com/place/Rondonia, 2017.

[5] A fronteira agrícola representa uma área mais ou menos definida de expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural. Geralmente, é nessa zona que se registram casos de desmatamento ilegal e de conflitos que envolvem a posse e o uso da terra sobre as chamadas terras devolutas, espaços sociais pertencentes à União e que não são delimitados por propriedades legais. Servem de moradia para grupos sociais diversos com seus familiares, comunidades indígenas e comunidades tradicionais. (PENA, 2021)

Segundo dados do IBGE (2016), Rondônia possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.590 km². Sua capital e município mais populoso é Porto Velho, localizado às margens do Rio Madeira. O estado é o 3° mais populoso da Região Norte com 1.787.279 habitantes, sendo superado pelo Amazonas com 4.207.714 habitantes e pelo Pará com 8.690.745 habitantes.

Rondônia tornou-se estado a partir de 1982, e teve sua história marcada por ciclos econômicos que remontam aos séculos XVII, XVIII, XIX e XX que determinaram a formação de seus municípios e a condição social em que vive sua população. Oliveira (2004) afirma que a população rondoniense se caracteriza pela diversificação, sendo composta de migrantes oriundos de todas as regiões do país, em seus vários ciclos migratórios que tiveram início no século XVII.

O ano de 1870 marcou o começo, na região amazônica, da exploração do látex possibilitando uma onda de desenvolvimento e de fluxo migratório para a região do atual estado de Rondônia. Este período marcou as providências para o início das obras de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, obra que teve sua construção concluída em 1912.

Segundo Peres (2015), a obra de construção da ferrovia foi caracterizada por "bondades econômicas" ao Estado brasileiro, por parte do capital inglês e norte americano, que visavam impor um projeto de desenvolvimento para a região, que atendesse seus interesses, o que causou o endividamento do país e atingiu, significativamente, o bem-estar da população local.

As empresas estrangeiras, além de consumir milhares de vidas de trabalhadores, promoveu o deslocamento e o desaparecimento de um número incalculável de populações indígenas e não chegou a ter a finalidade concluída pelo projeto inicial devido ao fim do primeiro ciclo da borracha na região amazônica. Tal acontecimento pode ser abordado no ensino da história regional como exemplo de projeto de desenvolvimento econômico que não tivera êxito na região, tendo em vista a forte conotação predatória e o descaso com o desenvolvimento social da população local.

A primeira década do século XX marcou também o começo da implementação da linha telegráfica Cuiabá – Porto Velho. No ano de 1907, sob o comando do Marechal Cândido Rondon, nomeado chefe da comissão que deu início a construção da linha. Seus trabalhos desenvolveram-se de 1907 a 1915. Segundo Lima (1991), este empreendimento estatal colaborou para o aumento no fluxo de pessoas para a região que hoje é o estado de Rondônia, demarcando o seu formato geográfico atual.

O chamado primeiro ciclo da borracha, na região amazônica, entrou em colapso já na metade da segunda década do século XX. Para Lima (1991), esse ciclo econômico possibilitou a consolidação do norte do país como parte efetiva do Brasil, devido à importância estratégica e econômica da produção de borracha. A região voltou a ter um segundo ciclo econômico ligado à produção de borracha durante a segunda guerra mundial, em decorrência da impossibilidade de a produção asiática chegar aos países aliados.

Segundo Oliveira (2004), a valorização da borracha, nas décadas de 30 e 40 do século XX, foi, mais uma vez, responsável pelo desenvolvimento econômico e por um intenso fluxo migratório, organizado e promovido pelo poder público, como no estímulo às migrações de nordestinos à região amazônica para o trabalho nos seringais.

Uma medida determinante para a ocupação do Território Federal de Rondônia, que até o ano de 1956 era denominado Território Federal do Guaporé, foi a idealização e construção da BR 364, um projeto iniciado no ano de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, sendo concluído o seu asfaltamento total no ano de 1984. Peres (2015) acredita que a estrada, em especial nos anos 1970 e 1980, influenciou de forma significativa os modelos de distribuição de terras, bem como a estruturação das cidades surgidas ao longo da rodovia e suas adjacências.

Durante o governo do General presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), foi desenvolvida uma campanha midiática pela migração de populações do nordeste, sul e sudeste para a região amazônica. Peres (2015) esclarece que o governo dos militares tinha como objetivo resolver problemas sociais nos grandes centros do País, tendo em vista que, pela primeira vez, o número de habitantes das cidades era maior que os do campo e as tensões sociais fervilhavam nas grandes cidades.

O governo dos militares nos anos 70 e 80 do século XX, através de políticas controversas de reforma agrária, em que foi prometida distribuição de terras e apoio financeiro às famílias que se dispusessem em migrar para a região amazônica, com o propósito de ocupar a terra, buscou promover a ocupação populacional da região Norte, bem como aliviar as questões sociais referentes ao aumento da população urbana e dos conflitos por terra nas regiões Sul e Sudeste do país. Porém, o ‘apoio financeiro’ não foi algo consolidado, efetivamente, conforme o anunciado nas propagandas governamentais, o que provocou degradação ambiental e miséria social.

A economia, até o final da década de 70 do século XX, tinha como ponto forte a indústria madeireira. Segundo Oliveira (2004), apesar de todo prejuízo ambiental e miséria

social, a indústria madeireira foi responsável pelo surgimento da maioria de povoados que foram os embriões dos atuais 52 municípios de Rondônia.

O fim da década de 70 e início da década de 80 do século XX, marcou o começo do ciclo econômico da agropecuária fomentado pela política de ocupação do INCRA. Tal atividade econômica foi a responsável pelo último ciclo migratório para a região, sendo ainda a principal atividade econômica do Estado.

Foi a partir do final dos anos 1970, através do INCRA, que tiveram início os grandes Projetos de Integração e Colonização, os PIC, no então Território Federal de Rondônia. Esses projetos foram responsáveis pela formação de núcleos urbanos e posteriormente, deu origem aos municípios do atual estado de Rondônia, dentre estes, o município de Colorado do Oeste.

Os projetos integrados de colonização (PICs)[6], segundo Peres (2015), foram formulados em consonância com a política de ocupação da região amazônica, implementada pelo governo militar, que tinham como objetivos resolver conflitos agrários e da alta densidade demográfica dos grandes centros urbanos, estimulando assim, através da propaganda de reforma agrária, a imigração de populações das regiões sul e sudeste do país. A esses acontecimentos em relação à cidade de Colorado do Oeste, os autores Nunes e Custódio afirmam que:

> A cidade de Colorado do Oeste tem sua fundação ligada a Projetos de Colonização criados pelos governos militares, nos anos 70 e 80 do século XX, que tinham como intenção resolver o problema da superlotação de capitais do Sudeste, calar as reivindicações por reforma agrária, e ocupar espaços na região amazônica. (NUNES; CUSTÓDIO, 2021, p. 177)

Colorado do Oeste é um dos 52 municípios de Rondônia, criado pela lei Federal n° 6.921 de 16 de junho de 1981. Foi estabelecido a partir de um, dentre os diversos Projetos de Colonização, Assentamento e Integração realizados, em Rondônia, durante a política de ocupação desenvolvida na ditadura civil militar.

O mapa, a seguir, apresenta a localização de Colorado do Oeste. O município nasceu a partir do Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro o (PIC-PAR) e está

[6] Modalidade de projeto de colonização oficial, que foi implantada ao longo dos anos de 1970 e representa a primeira forma de apropriação de áreas rurais por colonos sem-terra, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Terra. Nessa modalidade, o Estado assumia todas as etapas de implantação e instalação da infraestrutura socioeconômica do projeto, tendo sido o INCRA o responsável pela seleção e assentamento das famílias, implantação das estruturas físicas de demarcação das parcelas, abertura de estradas, construção das escolas e postos de saúde, fornecimento de assistência técnica, creditícia e social, inclusive, com a organização das famílias em associações e cooperativas. (LOUZADA, 2011, p. 13-14).

localizado no sul do estado. Estima-se que sua população atual, segundo dados do IBGE (2019), é de 15.882 habitantes.

Mapa 2: Localização de Colorado do Oeste – RO



Fonte: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/colorado-do-oeste.html com adaptações do pesquisador, 2021.

O mapa acima possibilita uma visão da localização geográfica do município em relação à capital do estado, à fronteira com a Bolívia e em relação ao estado vizinho Mato Grosso. Na imagem seguinte, é possível observar uma paisagem aérea do município, no ano de 1976, no início de sua colonização.

Imagem 1: Colorado do Oeste 1976



Fonte: Acervo EEEFM Manuel Bandeira

A partir da imagem de 1976, é possível ter uma ideia do início do processo de povoamento de Colorado D'Oeste, com a abertura das primeiras ruas e a construção das primeiras residências, em meio a derrubada recente da floresta.

Entre os anos de 1976 e 1980 ocorreu o processo de ocupação da área urbana do município, através da abertura de ruas, construção de casas residenciais, lojas comerciais, construções de prédios públicos e espaços para práticas religiosas. Em destaque, à esquerda da imagem, a Avenida Marechal Rondon, que atualmente, 2021, é o centro comercial do município.

Lima (1991) destaca que a população de colorado do Oeste, no ano de 1981, era de aproximadamente 36.320 habitantes, sendo o município neste período um dos principais conglomerados populacionais da região do cone sul de Rondônia. A cidade era destino de milhares de famílias de migrantes oriundas principalmente das regiões sul e sudeste do país.

O Município de Colorado do Oeste desenvolveu-se a partir da política agrária do INCRA, estabelecida pelo governo, com o objetivo de realizar assentamentos para famílias de agricultores que se dispusessem ao trabalho de derrubar a floresta para trabalhar a terra; tarefa que se mostrou, muita das vezes, impraticáveis devido à difícil realidade encontrada, bem diferente da propaganda oficial do governo, que prometia terra e apoio financeiro, além de estruturas como construção de escolas, de postos médicos e abertura de estradas essenciais para o desenvolvimento dos locais de assentamento. E, a partir da segunda metade de 1980, o

município teve sua população diminuída com o fim da política de assentamentos e da propaganda oficial do governo brasileiro visando à ocupação da região amazônica.

Para Peres (2015), o município de Colorado do Oeste tem uma estrutura física que pode ser considerada de boa qualidade para os padrões da região, contando com estradas pavimentadas que dão acesso aos municípios vizinhos, com destaque para a cidade de Vilhena, polo regional[7], e a BR 364. Boa parte de suas ruas, no perímetro urbano, também são pavimentadas. A cidade dispõe de um centro comercial que supre as demandas básicas da população, além de serviços de saúde pública que prestam atendimento de baixa complexidade. A seguir, uma imagem que permite ter uma vista parcial do município no ano 2020.

Imagem 2: Colorado do Oeste 2020



Fonte: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste

A fotografia, que apresenta uma visão panorâmica do município no ano de 2020, foi construída a partir de uma peça publicitária do poder público municipal tendo como objetivo a divulgação de suas realizações. A referida imagem então, tinha como objetivo reforçar uma ideia de progresso caracterizado pela progressiva urbanização. Destaca-se, assim, ruas e avenidas pavimentadas, à esquerda da imagem, em especial a avenida Marechal Rondon em seu trajeto de via dupla separadas por canteiro. À direita, o parque ecológico municipal com

[7] A condição de polo regional, aqui destacada, está relacionada à descrição feita por Peres (2015) que aponta tal condição por Vilhena possuir, em relação às cidades vizinhas, um amplo e diversificado polo comercial, maior infraestrutura de saúde, educação e transporte (incluindo aeroporto regional com voos diários) e diversas seccionais de órgãos administrativos do poder público estadual e federal.

um lago e um pista de caminhada, bem como o prédio da rodoviária, construída de forma circular, além de residências e lojas de comércio.

Parece pertinente destacar a intencionalidade da imagem. Seu objetivo é apresentar o município como um local de progresso e desenvolvimento, como se o fora, em sua totalidade. No entanto, para além do que está posto na imagem, há outros ângulos que a imagem não contempla e, que estando fora das lentes do fotógrafo, de algum modo, não permite que outros aspectos sejam dados a conhecer. Sob essa perspectiva de enquadramento, o município, ou pelo menos uma parte dele, não se encontra representado nessa imagem.

Em relação à educação básica, Colorado do Oeste conta em 2021 com uma creche municipal urbana, que oferece educação infantil, quatro escolas urbanas, também do município, que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental, quatro escolas municipais rurais, que atendem séries iniciais e finais do ensino fundamental e duas escolas estaduais, que atendem ao ensino fundamental, nas suas séries finais e o ensino médio. No município não, é ofertada a Educação em tempo integral pelas redes municipal e estadual.

Também no município de Colorado do Oeste, encontra-se um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, onde é ofertada educação em tempo integral para alunos do ensino médio integrado ao ensino técnico, além de cursos de graduação.

Na sequência, apresentamos algumas questões sobre a cidadania no contexto da escola Manuel Bandeira.

2.3 ESCOLA MANUEL BANDEIRA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A CIDADANIA

O Projeto Pedagógico (PP) da Escola de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira (E.E.F.M.M.B.), destaca que o município de Colorado do Oeste, até o final dos anos 70 do século XX, oferecia o segundo grau, modalidade equivalente, hoje, ao ensino médio em uma única escola, situação que se tornou incompatível com a demanda por vagas, tendo em vista o fluxo migratório expressivo para o município durante o período, existindo ainda a necessidade de formar professores no curso de magistério para resolver o problema da escassez de profissionais na cidade. Houve então, a possibilidade de criar uma nova escola no Município, assim como se encontra registrado no Projeto Pedagógico (PP) da escola:

> Além do grande número de alunos também havia necessidade de cursos profissionalizantes, principalmente na área de formação de professores. Esta problemática fundamentou a construção desta escola. Em 1980 foi implantado o

> curso magistério, formando os primeiros profissionais habilitados para atuar de 1ª a 4ª série, se estendendo esse direito nas 5ª e 6ª séries, caso houvesse necessidade. Participaram desta 1ª turma 13 (treze) alunos, onde 12 concluíram o curso, e hoje pertencem ao quadro de funcionários do Estado de Rondônia, alguns lotados nesta escola. (PP, 2020, p. 08)

A escola Manuel Bandeira foi criada com a finalidade de resolver a falta de vagas no antigo segundo grau em decorrência de alta demanda para essa modalidade de ensino, passando a contribuir na formação de novos professores, através do curso do magistério, inclusive, do seu próprio quadro profissional, sendo muitos profissionais, que hoje estão lotados na escola, foram alunos da escola nas décadas de 80 e 90 do século XX.

A escola, encontra-se situada à Rua Mato Grosso nº 4298, na cidade de Colorado do Oeste – RO. Foi criada pelo Decreto nº 1.222 de 16 de fevereiro de 1981, estando em atividades desde março de 1980, sendo aprovado seu funcionamento definitivo pelo Conselho Estadual de Educação em 15 de outubro de 1982, na pessoa de seu Presidente Álvaro Lustosa Pires.

Segundo o histórico apresentado no Projeto Pedagógico da escola, o nome Manuel Bandeira foi escolhido em homenagem ao emérito escritor e poeta modernista brasileiro que muito contribuiu com o seu trabalho e obras para a formação e o aprimoramento literário da juventude brasileira tornando-se, assim, exemplo para a posteridade.

A escola funciona nos dias atuais (2021) em um prédio de alvenaria, que ao longo dos seus quarenta anos passou por algumas reformas e adequações destinadas a contemplar suas demandas educacionais. Abaixo, uma imagem mostra o espaço do pátio da escola em 1983 e em 2020:

Imagem 3: Escola Manuel Bandeira 1983 e 2020



Fonte: Arquivo Escola Manuel Bandeira

Na imagem anterior, no ano de 1983, destaca-se à esquerda funcionários e alunos do magistério posicionados na parte frontal da escola, tendo ao fundo, o pátio que nesse período era também utilizado como local de práticas esportivas dos alunos nas aulas de educação física. Na parte direita da imagem, o mesmo local no ano de 2020, mas com algumas transformações na estrutura física, agora provida de piso de cimento e ampliação da cobertura, quadro de avisos e um equipamento para prática de tênis de mesa utilizado pelos alunos. A imagem a seguir, foi registrada na ocasião de uma reunião entre estudantes e professores, no pátio principal da Escola, para a realização do momento cívico.

Imagem 4: EEEFM Manuel Bandeira 2019



Fonte: Acervo da EEEFM Manuel Bandeira

Em 2021, a escola dispõe da seguinte estrutura: 17 salas de aulas, organizadas em ambientes temáticos de ensino. Sendo: 03 salas de Língua Portuguesa; 03 salas de Matemática; 02 salas de Geografia; 02 salas de História; 01 de Ciências; 01 de Biologia; 01 de Inglês; 01 de Arte; 01 de Física; 01 de Filosofia e Sociologia e 01 de Química.

A escola também disponibiliza salas para o laboratório de Ciências/Física, para o grêmio estudantil[8], para Biblioteca, salas de convivência dos funcionários, para o serviço de orientação educacional (SOE) e supervisão escolar (SUE), para rádio escola, que é um espaço

[8] O grêmio estudantil da escola Manuel Bandeira foi criado no ano de 2013 por iniciativa dos alunos do ensino médio. Foi reconhecido e incentivado pela comunidade escolar como espaço de representação dos estudantes junto à escola. Desde então, a organização estudantil tem realizado atividades diversas, visando o bem-estar dos estudantes, bem como, representando e reivindicando, junto ao conselho escolar, os anseios dos estudantes. Outra atividade significativa do grêmio estudantil é em relação a organização de atividades culturais e esportivas dentro do espaço escolar, buscando propiciar entretenimento e lazer para os estudantes.

de comunicação interna e que permite a participação dos alunos em eventos culturais e festivos, além de experimentos de caráter pedagógico, também para o atendimento educacional especializado (AEE) e para o laboratório de informática educacional (LIE). Conta, ainda, com pátio coberto e duas quadras de esporte, sendo uma coberta. Todas as dependências estão equipadas com móveis, instalações e utensílios adequados às suas finalidades, inclusive, climatização.

A escola Manuel Bandeira atende no ano de 2021, 583 estudantes divididos entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, tem como diretora a Professora Tânia Terezinha Fiametti e Vice-diretora a Professora Margarete Carvalho dos Santos.

A escola está inserida no contexto sociocultural do município de Colorado do Oeste, promovendo e incentivando a participação de seus estudantes e de seus funcionários nas atividades festivas e culturais que são realizadas. Assim, promove apresentações artísticas, participa de competições esportivas, ações estas que envolvem toda comunidade escolar.

As atividades culturais, festivas e esportivas realizadas no ambiente escolar, com a participação da comunidade e também aquelas realizadas pelo município com a participação da comunidade escolar, são muito valorizadas pelos estudantes. A esse respeito dois alunos que cursam o terceiro ano do ensino médio e que colaboraram com a pesquisa, ao responder o formulário, destacaram o seguinte:

> Também são importantes para nosso aprendizado as atividades culturais, as festividades, o lazer. Isso tudo também nos ajudam no aprendizado de cidadania e de vida, além do mais a Escola tem que participar na vida da sociedade tem que sair para rua ou abrir os portões para a comunidade, isso também é cidadania. (Aluna do 3° ano, 17 anos resposta ao questionário de pesquisa, 2020)

> Uma das coisas que ocorrem aqui no MB (Manoel Bandeira) que eu vejo muito positivo é a participação dos alunos nas atividades que acontecem, seja nas festas ou nos eventos esportivos, temos poucos espaços na cidade, então é importante participar, eu acho que ajuda no nosso conhecimento, ajuda na união dos alunos, nossa Escola é a que mais participa. (Aluno, do 3°ano,16 anos, resposta ao questionário de pesquisa, 2020)

A estudante aponta que a integração dos alunos da escola com as atividades culturais, festivas e esportivas possibilita uma ampliação sobre o conhecimento de cidadania destacando ainda a importância que recebe a escola ao promover a participação da comunidade nas atividades realizadas no espaço da escola. O estudante valoriza aspectos referentes à união entre os alunos como ponto positivo, dá ênfase na participação e incentivo por parte da direção da escola em atividades culturais e esportivas ocorridas no município.

A escola Manuel Bandeira está localizada no centro do município de Colorado do Oeste, e tem como ponto referencial a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, estando entre 02 e 04 quilômetros das principais áreas de moradia popular e também dos bairros de classe média do município. A localização central da escola, a torna próxima aos bairros residenciais e permite, assim, acolher de forma mais abrangente os estudantes.

O fato de não haver escolas particulares que ofereçam serviços educacionais para os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio para a população de alta renda, permite supor que a comunidade discente da escola apresente uma representatividade em relação aos grupos socioeconômicos que compõem a população da cidade de Colorado do Oeste.

A escola Manuel Bandeira faz parte da rede estadual de educação e tem, como órgão mantenedor a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-RO. Está subordinada à Coordenadoria Regional de Educação do município de Vilhena – CRE Vilhena.

A escola, através de suas atividades educacionais, tem por intenção oferecer uma educação que proporcione formação sólida nos conhecimentos científicos e culturais que compõem o currículo da educação básica, além de contribuir para a formação de cidadãos, que tenham autonomia nas ações, que visem participar do meio social. Assim, encontra-se em destaque no seu Projeto Pedagógico, no que se refere à sua missão, o seguinte:

> A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira tem como missão: Formar cidadãos autônomos, com capacidade de participar ativamente na sociedade em que vive e assegurar uma educação de qualidade proporcionando uma base educativa eficiente, ser uma escola reconhecida por sua excelência de desempenho, comprometida com a melhoria da qualidade de ensino dos alunos, oportunizando a troca de experiências e desempenho através do trabalho participativo e responsável. (PP, 2020, p. 12)

Destaca-se como missão da escola primar pela melhoria na qualidade da educação oferecida, bem como estimular a participação e a valorização das experiências dos alunos nas atividades pedagógicas.

Ao participarem da pesquisa sobre cidadania realizada na escola Manuel Bandeira, concedendo entrevistas[9], os alunos trouxeram em suas falas[10] um reforço sobre a importância

[9] Os detalhes sobre a metodologia utilizada e o processo de realização das entrevistas com os estudantes dos 3° anos A e B da escola Manuel Bandeira, foram apresentados no terceiro capítulo que trata especificamente desses temas.

[10] Nota metodológica: os excertos adicionados ao texto da dissertação, que resultam das transcrições das entrevistas realizadas com os alunos participantes da pesquisa, seguiram um padrão diferente em relação às citações bibliográficas e das respostas transcritas dos formulários de pesquisa. No caso das entrevistas, ao inseri-las na dissertação, não se utilizou a margem recuada, adotou-se o tamanho 11 para a fonte e optou-se pelo

de a escola valorizar as experiências culturais e a participação dos alunos em atividades promovidas por ela.

> Tem sim muita coisa importante dentro da Escola, ela vai além de estudar as matérias, ler e copiar. Tem os momentos de participação, quando a gente sai da sala, e trabalha em conjunto, conscientizando sobre o meio ambiente, manter a cidade limpa para combater a dengue, nas feiras de conhecimento também, nós mesmos construímos coisas, acho que a gente ensina na Escola as coisas que sabemos de casa, muita História que aprendemos com os avós ou com os pais, a gente escreve e conta, coisas que se comia aqui, bem antes, como era a vida das pessoas, acho muito legal a gente fazer parte destes acontecimentos. (Karol, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

> Todos sabemos da importância de se dedicar, de tirar boas notas, os professores sempre cobram a nossa dedicação, tem que fazer as tarefas, ler, tudo isso é normal. O que eu destaco como muito importante na Escola para ser cidadão seria as atividades que fazemos juntos, são várias palestras sobre os problemas da sociedade, a violência, e a questão da pobreza muita coisa e a gente participa, ajuda, se mobiliza, nas apresentações culturais falamos sobre os problemas através de teatro ou música, arrecadamos dinheiro para ajudar pessoas, às vezes colegas nossos da Escola. Na feira do conhecimento, ano passado, foi importante também mostrar um pouco da História das pessoas que chegaram aqui no começo. Isso aí valoriza o que aprendemos durante nossa vida. (Jairo, aluno do 3°ano A, entrevista concedida ao pesquisador)

As respostas dos estudantes Karol e Jairo, concedidas à questão sobre a contribuição da experiência escolar para a compreensão sobre cidadania e ser cidadão, apontam para uma valorização de atividades que possibilitem a participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Eles destacam atividades, como feira do conhecimento e mobilizações que envolvem a comunidade escolar para ações práticas como um espaço que permite a valorização do conhecimento deles nas áreas de cultura e memória e mesmo, da História local.

2.3.1. Cidadania e suas abrangências: representações culturais de alunos da Escola Manuel Bandeira

Ao abordar as representações culturais dos estudantes da escola Manuel Bandeira em relação a cidadania, nos deparamos com diversos temas e temáticas que envolvem o papel da família na formação para a cidadania, bem como o papel do ensino escolar e o ensino de História para tais representações.

Nas diversas respostas dadas pelos estudantes às questões propostas no formulário submetido aos participantes da pesquisa, temas como valores familiares, respeito ao próximo,

---

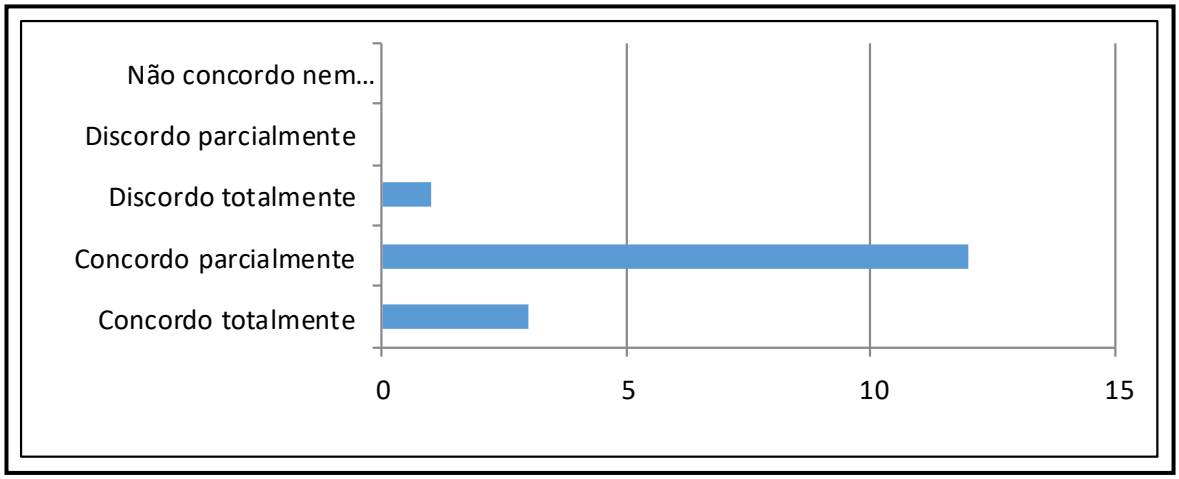
espaçamento simples. Tais procedimentos tiveram como objetivo destacar, no corpo do texto, a participação mais ampla dos jovens estudantes.

civismo, conhecimento histórico e participação política foram abordados dando, assim, a compreensão das múltiplas visões sobre cidadania que fazem parte do universo cultural dos estudantes.

O cotidiano, os costumes, assuntos referentes aos conteúdos escolares **e** ao conhecimento histórico são apresentados pelos estudantes como pontos que se relacionam com o ideal de cidadania ou com ações práticas que eles entendem como pertinentes aos cidadãos.

Ao serem questionados se o que se ensina na Escola os ajuda a se sentirem cidadãos, doze alunos responderam concordar, em partes com tal colocação, três responderam concordar totalmente e um aluno respondeu discordar totalmente.

Quadro 2: O que é ensinado na Escola ajuda a se sentir cidadãos



Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados coletados, 2020.

Ao analisar algumas justificativas dadas pelos participantes da pesquisa em relação à resposta acima percebemos uma relação feita por eles entre o aprendizado sobre cidadania e o papel desempenhado pela família para este aprendizado, dando ênfase na divisão de responsabilidade do ensino para o que eles entendem como sendo cidadania. Nesse sentido, destacamos o relato de uma estudante de 17 anos.

> Eu acho que cidadania é ensinada dentro de casa com a própria família, coisas como respeito, solidariedade e disciplina aprendemos em casa. Acho que as famílias falham ao não ensinar educação para os filhos. Mas, há também uma parcela em que a escola faz parte desses ensinamentos nas questões sociais e para votar melhor. (Aluna do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Em sua justificativa para a questão proposta, a estudante estabelece uma clara distinção entre o papel da família e da Escola no ensino sobre cidadania, destacando questões

relacionadas ao convívio e à disciplina como tarefa educativa atribuída à família e entendendo a educação escolar como responsável por questões de ordem social e de participação política.

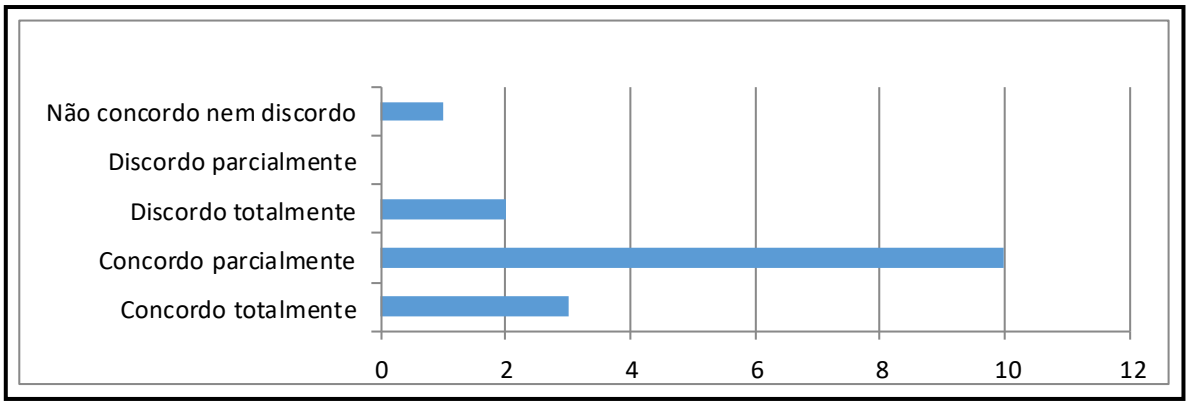
As justificativas possibilitaram perceber também, que os estudantes associam as práticas de cidadania com o civismo e com práticas de higiene pessoal e coletiva; também no respeito às regras de convívio, geralmente contidas no regimento escolar. Na perspectiva dos alunos, tais práticas parecem representar a ideia de cumprimento de deveres que, para estes estudantes, é parte do conceito geral sobre cidadania. Como evidencia a justificativa de duas participantes de 17 e 18 anos, do 3° ano:

> A Escola não consegue fazer com que todos aprendam o nacionalismo como cantar o hino, fazer gesto de respeito e afins. A questão dos uniformes das regras no uso de roupas e também a questão do respeito à hierarquia. Acho que falta a participação da família, infelizmente a questão da limpeza, do respeito e da cooperação deixa a desejar, talvez poderíamos ter um papel mais ativo para nos tornamos mais humildes e mais cidadãos também para podermos buscar condições melhores juntos. (Aluna do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> A escola tem uma grande importância para a formação de cidadãos, mas nem tudo que é aplicado em sala é algo que nos faz sentir como cidadão, muita coisa deveria ser ensinada em casa, mas não é, e na Escola não tem espaço, temos colegas sem conhecimento de higiene pessoal, falta limpeza, não respeitam o ambiente escolar nem as pessoas, ou seja, não seguem as regras, existe também machismo e homofobia ou seja deviam ter aprendido uma parte da cidadania em casa. (Aluna do 3° ano, 18 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Em outra abordagem feita pela pesquisa aos estudantes, foi apresentada uma questão referente ao ensino e aprendizado da disciplina de História realizada na escola, questionando-os sobre a contribuição dessa para melhor compreensão do tema cidadania e o papel do cidadão, onde dez alunos responderam que concordavam parcialmente que o ensino e o aprendizado da História ensinada na escola cumpria o papel proposto pela questão, três estudantes concordaram totalmente com a questão, dois discordaram totalmente e um participante não concordou e nem discordou. Mostrando um cenário análogo às respostas em relação ao papel da escola para o aprendizado de cidadania.

Quadro 3: Referente à importância do ensino e aprendizado da disciplina história para melhor compreensão do tema cidadania e o papel do cidadão



Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados coletados, 2020.

Nas justificativas, redigidas pelos estudantes, encontramos argumentos que apontam como ponto positivo para a compreensão sobre cidadania e o papel do cidadão, o ensino de temas relacionados a questões sociais e direitos humanos abordados nas aulas de História.

Também foram destacados aspectos da História política do Brasil, do conhecimento histórico adquirido, sobre o surgimento da cidadania e da própria civilização, além de também dar destaque à contribuição das outras disciplinas de Ciências humanas. Foram feitos apontamentos também sobre a fragilidade da compreensão sobre cidadania por parte da sociedade. A seguir, a íntegra das respostas de dois participantes, de 17 anos, do 3° ano:

> Nos estudos sobre a História do Brasil acho que contribuiu muito para perceber como os direitos foram conquistados, foi com muita luta e muito sangue, aprender a forma como estes foram conquistados nos faz valorizá-los muito. Principalmente os direitos que garantem coisas básicas, não só relacionadas a ajuda social, mas garantir trabalho, moradia e respeito, eu acho que também é preciso de outras disciplinas para compreender melhor tudo isso, como Sociologia e a Filosofia. (Aluno do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Quando estudamos História podemos observar o quanto foi sofrido chegar ao conceito de cidadania e mesmo de ser um cidadão que existe hoje, um conceito que foi elaborado na Grécia antiga vemos isso e estudamos sobre isso, mas não tenho certeza de que nossa sociedade apesar de ter mudado muito ao longo dos anos, sabe o que é cidadania, já que a ideia de cidadania e cidadão parece não ser tão respeitada. (Aluna do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Pontos como o civismo e a postura do professor na organização das aulas e também na cobrança de disciplina e respeito às regras, foram citados, além de alusões à participação cívica e ao culto a símbolos nacionais, reforçando a ideia apresentada, no item anterior, sobre a relação feita pelos estudantes entre cidadania e a ideia de respeito às regras, disciplina e

organização, referentes a deveres dentro do espaço escolar. Como podemos observar nas seguintes justificativas:

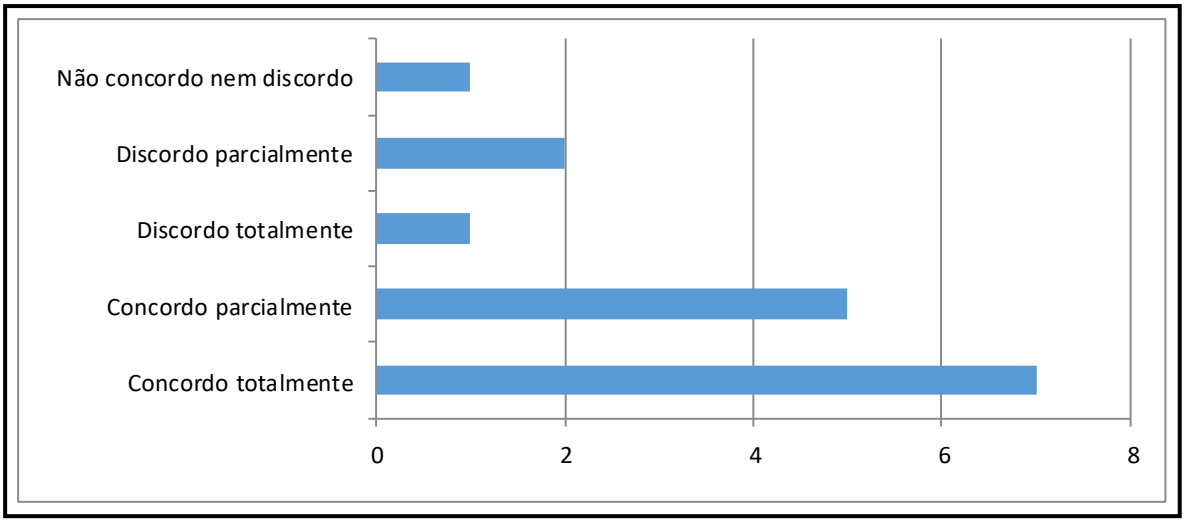
> Concordo parcialmente, pois em relação a disciplina de História posso dizer que a professora que ministra as aulas foi a única que nos falou sobre a História do hino, qual a postura certa que devemos ter no momento cívico, e também sobre a bandeira, não só do País, mas do Estado e da Cidade. Na questão do comportamento cidadão apenas nas aulas de História mantínhamos a sala limpa e seguíamos regras em relação aos chapéus e gorros. Também dividíamos livros e fazíamos atividades em grupos. Mas, ainda credito que isso poderia ser mais enfatizado. (Aluna do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

> Aprender História nos mostra que apesar de termos evoluídos muito ao longo dos anos, ainda assim existe muita dúvida e questionamentos sobre o papel do cidadão e também sobre a cidadania. As famílias muitas vezes não ensinam a seguir as regras e respeitar e se comportar seja na hora do Hino Nacional, no momento das aulas ou no convívio com os outros, coisas como o machismo, feminicidio, racismo e a homofobia mostram que por mais que as aulas de História na Escola ajudem não é o suficiente. Mas isso não significa que ela não ajude. (Aluna do 3° ano, 18 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Assim como em relação ao papel da escola, no aprendizado para a cidadania, a disciplina de História tem, na ampla maioria dos alunos participantes, um reconhecimento positivo, dando a entender que essa disciplina colabora para sua formação. Nos apontamentos feitos pelos alunos podemos perceber que estes relativizam ou parcializam esse papel, atribuindo também ao aprendizado adquiridos na educação familiar, ou na falta desse aprendizado, aspectos relacionados ao que eles compreendem como cidadania.

Ao indagar, através do formulário, se estudar História na Escola ajuda ao estudante compreender o que é uma pessoa que tem direitos e deveres e a compreender o que é ser cidadão, sete dos participantes concordaram totalmente que estudar História na escola ajuda na compreensão do que é ser uma pessoa que tem direitos e deveres, cinco concordaram parcialmente com o enunciado, dois discordaram parcialmente, um discordou totalmente e um estudante não concordou nem discordou, podendo ser considerado positivo o estudo da História na escola para o objetivo proposto no enunciado da pesquisa.

Quadro 4: Quadro 4 Sobre a importância de se estudar história para compreender o que é ser uma pessoa com direitos e deveres



Fonte Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados coletados, 2020.

Nas justificativas das respostas dadas pelos estudantes destacam-se conteúdos que marcam o início do período contemporâneo, onde surgiram os movimentos que deram origem ao Estado-Nação, baseado na democracia representativa e no Estado de direito como forma de regular a vida social, acontecimentos marcantes na concepção de cidadania moderna. Como podemos perceber na justificativa de uma estudante participante:

> Concordo porque na História podemos ver muitas fases que nos ajudam a entender como aconteceu os direitos, como por exemplo a revolução francesa e o que ela acarretou, com essa revolução temos a derrubada da monarquia e a instalação de um Estado de direito para todos, é onde surge também o conceito de liberdade, igualdade e fraternidade, por essa revolução começamos a entender o que são direitos e deveres. (Aluna do 3° ano, 16 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Em outra justificativa, o participante destaca a sua compreensão de que nem todos são cidadãos iguais, referindo-se à falta de abrangência de certos direitos a todos os indivíduos.

> Ajuda muito, pois estudar História nos leva a compreensão de como foram construídos os direitos e os deveres. Dá para entender como era antes e o depois, e que muita coisa que temos hoje nem sempre existiu, só aconteceu através de conquista de muita luta no mundo e no Brasil, conquistar os direitos básicos foi muito difícil, mais nem todos tem os mesmos direitos não somos todos cidadãos iguais. (Aluno do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Na sua colaboração, a participante de 17 anos destaca a prática do civismo e a exigência de disciplina no ambiente escolar, tido como um dever, e destaca uma espécie de violação de direitos dos alunos dentro da escola, onde a aluna cobra uma prática por parte dos

professores, na concepção de direitos e deveres, parecendo sugerir que o aprendizado teórico não condiz com a vivência dentro da sala de aula.

> Quando estudamos a História passamos a conhecer os acontecimentos que fizeram os direitos e os deveres. No Brasil com o fim da ditadura isso ficou muito claro, mas nem sempre isso acontece, na Escola o nacionalismo entra como um dever, bem como o comportamento cidadão, acho que é certo, mas infelizmente às vezes é só o que se faz. A questão dos direitos é pouquíssimo comentado, pois a maioria dos professores quer mostrar autoridade e soberania e nos faz pensar que não temos direitos. Nem mesmo nos horários reservados para água e banheiro, há professores que selecionam quem pode ir ou não. Quando há algum trabalho que não pode ser concluído por falta de tempo alguns professores seguram os alunos para que o mesmo se encerre, fazendo com que perdêssemos o intervalo e a merenda, merenda essa que acaba frequentemente ao fim dos intervalos, acabando também o lanche da cantina, isso acontece inclusive na disciplina de História bem como em outras. Então tínhamos pouco conhecimento sobre os direitos e eram corrompidos de certa forma. (Aluna do 3° ano, 17 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

Na sua justificativa, a estudante expõe aspectos importantes na relação estabelecida no ambiente escolar, de suma importância para o aprendizado de determinado conteúdo, o aprendizado exige também experiências práticas que possam dar significado aos conceitos teóricos. A aluna percebeu a incoerência existente entre abordar direitos e deveres, como princípio de cidadania e de processos democráticos estudados nas aulas de História, e um ambiente onde os deveres dos alunos são cobrados de forma taxativa, mas seus direitos são negligenciados pelos professores.

Em mais uma justificativa dada por uma participante, encontramos uma referência em relação ao papel da família na compreensão de se ter direitos e deveres, mostrando a importância atribuída à família para o aprendizado sobre as questões referentes à cidadania e aos direitos e deveres.

> Estudar História ajuda sim, mas não se limita a História ou mesmo a Escola. Os direitos e os deveres que nós temos tem a ver com o que aprendemos na nossa família, pois lá aprendemos os valores e são estes que vão nos ajudar ser um cidadão melhor cumprindo nossos deveres, e buscando nossos direitos. Muitos não têm direitos pois são negados e não acontece nada, mas se não cumpri os deveres você é punido. (Aluna do 3° ano, 18 anos, resposta ao formulário de pesquisa, 2020)

.

Outro aspecto abordado é o fato de que nem todos os indivíduos, dentro de uma sociedade, são contemplados com seus direitos, mesmo que estes estejam garantidos na lei. A estudante aborda, também, a questão de haver punições quando os deveres de uma pessoa deixam de ser cumpridos por ela.

Tais aspectos, presentes no imaginário e nas práticas diárias dos alunos, demonstram a diversidade de entendimento sobre esse tema e como ele se insere no universo abrangente da

cultura escolar. Nesse sentido, Campos (2012) afirma que também faz parte da educação para a cidadania os acontecimentos e experiências presente em cada vivência do cotidiano escolar, sendo que a escola se destaca como o espaço privilegiado para a socialização.

A partir da análise das respostas dadas pelos estudantes participantes da pesquisa, em especial das justificativas nas quais apresentaram pequenas narrativas de suas experiências. Narrativas que, dentro do quadro teórico da História cultural, deu suporte à pesquisa e que, segundo Burke (2005), é um campo da História propício ~~o~~ (ao) uso das narrativas, foi possível algumas observações importantes em relação às representações dos jovens estudantes sobre educação, ensino de História e formação para a cidadania.

Palavras como direitos, deveres, sociedade, responsabilidade, participação e política foram citadas por boa parte dos alunos quando pedido que escrevessem palavras que relacionavam a concepção que tinham de cidadania. Na definição de cidadania descrita pelos participantes, a relação de cidadania com exercício de direitos e deveres também esteve presente.

Um outro fato que merece destaque é a percepção dos deveres, pelos estudantes, que fazem referência ao civismo justificado pelas realizações ocorridas dentro da escola, como o momento cívico, com exibição do Hino Nacional e de símbolos da pátria, como a bandeira, e as questões relativas à disciplina escolar e às regras de convivências sociais relacionadas a palavras como educação, respeito, solidariedade.

Em relação ao papel da escola, as respostas demostraram que os estudantes apresentam uma ideia positiva na importância da mesma para o aprendizado sobre cidadania, mas também dão importância e destaque ao papel da família neste processo, principalmente em relação aos deveres que abrangem, na representação dos alunos, certos valores do campo ético, da disciplina e do civismo.

2.4 CIDADANIA, CULTURA ESCOLAR E HISTÓRIA LOCAL

O tema cidadania tem se apresentado de forma diversa ao longo da História das civilizações. No que se refere ao mundo contemporâneo, sua concepção geralmente é identificada com garantias contidas em cartas constitucionais direcionadas aos indivíduos, agora cidadãos e nesse sentido, Carvalho (2012) aponta que cidadania, principalmente na sua concepção contemporânea, está intrinsecamente relacionada com a ideia de cumprir deveres e exercer direitos no campo das liberdades civis, da participação política e dos direitos sociais.

No campo da educação, entendida como um dos direitos sociais necessários para o processo formativo, é de fundamental importância para vida em sociedade. Além disso, destaca-se também a formação cidadã. Para Romão (2004), uma educação que proporcione a formação cidadã dos estudantes deve ser pensada a partir de um projeto de escola cidadã, tendo como base as diversidades que marcam os grupos sociais e o protagonismo dos educandos frente aos processos formativos.

Guimarães (2016) nos afirma que, assim como a própria concepção de cidadania, a educação para o seu exercício também é uma questão ampla e complexa, historicamente determinada e que envolve diversos atores e instituições sociais. Segundo a autora, em relação à Educação para o exercício da cidadania: "não há um único caminho a seguir, uma única proposta, nem uma única resposta". (GUIMARÃES, 2016, p.12)

Ao problematizar a contribuição, não só da escola como também do ensino de História na formação cidadã dos estudantes, faz-se necessário refletir sobre as práticas relativas ao ambiente escolar e a todo o conjunto de representações manifestadas na linguagem, nos valores e nas vivências do cotidiano de uma comunidade escolar.

A escola, pensada como espaço de aprendizado e de diversas manifestações, exige, de forma própria, um conjunto de comportamentos por parte de sua comunidade que caracterizam um modo de convivência próprio a ela, moldando uma cultura específica ao seu ambiente.

Pensar a existência de uma cultura escolar nos leva a compreensão de que o ambiente escolar, mesmo integrando um meio social com maior amplitude, desenvolve de forma paralela uma cultura própria, que aborda as atividades formativas desenvolvidas pela escola, no campo técnico-científico, com a intenção de formação educacional dos alunos e também os comportamentos diversos e as linguagens que orientam o convívio em seu interior. Nesse sentido, o historiador francês Dominique Julia, descreve a cultura escolar como:

> Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. (JULIA, 2001, p. 10)

O autor, assim também destaca que a cultura escolar é afetada por diversos fatores externos ao espaço escolar, como o modelo de sociedade, os valores religiosos e sociais presentes na organização social de épocas distintas.

Ainda segundo Julia (2001), a escola, mesmo que sendo influenciada pelos aspectos externos a ela, tem sua própria dinâmica e, independente do modelo de organização administrativa das diversas escolas serem semelhantes, cada ambiente escolar produz de forma única suas características de sociabilidade, que representam as relações de ensino e de convivência no seu cotidiano.

Sendo uma instituição, a escola não está isolada da sociedade que pertence, dos valores e contradições inerentes a essa sociedade. Ela desenvolve junto a sua comunidade um jeito próprio de organização, incorpora, mesmo que de maneira involuntária, as práticas e representações dos sujeitos que fazem parte dessa comunidade e estes são protagonistas na construção de sua cultura específica. Em relação a essa cultura escolar, a pesquisadora Fabiany de Cássia Tavares Silva destaca que:

> A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer de sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aulas e nos pátios e corredores em todo e qualquer tempo, segmentado, fraccionado ou não. (SILVA, 2006, p. 206)

Assim, a compreensão sobre os conteúdos referentes à cultura escolar se torna importante para um melhor entendimento das relações de aprendizado que se dão dentro da escola, pois este processo está, de forma direta, relacionado ao universo cultural criado no seu ambiente, manifestando-se na sua linguagem específica e nas suas práticas cotidianas. Representações elaboradas a partir dos diversos temas tratados nas disciplinas escolares e nas atividades culturais, esportivas e políticas realizadas no espaço escolar.

Aprender sobre cidadania e seu exercício dentro dos canais democráticos que existem na sociedade, ou mesmo sobre o papel a se desempenhar, seja como estudante no ambiente escolar, ou como sujeito de direito dentro da sociedade, passa pelo crivo das experiências de aprendizado na Escola e, assim, os elementos formativos e reguladores do cotidiano escolar têm um papel significativo nesse aprendizado.

Um caminho importante no processo formativo, que visa o despertar de uma consciência cidadã nos estudantes da educação básica, em relação ao ensino de História, é a utilização do local como espaço de construção histórico, destacando o protagonismo da comunidade local na construção de sua História a partir de suas experiências do cotidiano.

A História local, como possibilidade para o ensino de História na escola, pode modificar a percepção de alunos da educação básica em relação aos fatos e acontecimentos

históricos, mostrando que estes não se relacionam somente aos chamados grandes feitos, aos grandes centros econômicos, políticos e sociais, mas estão presentes nos espaços regionais onde se desenvolve sua vida cotidiana.

Entender o espaço local como o campo do fazer histórico, contribui também para um entendimento em relação à História e a espacialidade, levando os estudantes a perceberem que, tanto os acontecimentos históricos quanto a própria pesquisa em relação a esta se dão dentro de uma localidade. Sobre a importância de compreender a espacialidade da História, o Historiador Erinaldo Cavalcanti destaca o seguinte:

> Não podemos esquecer que toda experiência é espacial. As pesquisas que desenvolvemos analisam objetos sobre acontecimentos diversos que ocorreram em algum local, independentemente do conceito que adotemos. Os temas que trabalhamos em sala de aula, os assuntos/conteúdos que ensinamos, versam sobre representações acerca de acontecimentos que ocorreram em algum espaço, em algum local. (CAVALCANTI, 2018, p. 282)

A valorização do espaço, que segundo Certeau (2005), é transformado pelas práticas cotidianas dos sujeitos, e, portanto, o ambiente onde se constrói a História, contribui para uma percepção de proximidade dos alunos em relação aos acontecimentos e suas respectivas interpretações.

Barros (2013) esclarece que o estudo dos acontecimentos, a partir de suas espacialidades regionais, não se condiciona meramente às questões territoriais ou de governo, mas aos aspectos humanos, em relação à cultura, à memória e aos costumes, permitindo uma valorização dos fatos que fazem parte das condições de existência das pessoas em uma determinada localidade. O autor esclarece que:

> O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (BARROS, 2013, p.152)

Aspectos relacionados, assim, às práticas do cotidiano e das representações culturais da comunidade local, fazem parte da abordagem histórica sobre o espaço regional contribuindo para o processo de pesquisa e o ensino de História.

O trabalho com a História local tem sido bastante comum em propostas curriculares e em produções destinadas ao ensino de História em que se procura tratar das questões relacionadas ao cotidiano, e às marcas do passado presentes nos espaços de vivência dos alunos. Bittencourt (2009) ao tratar do tema, aponta que:

> A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2009, p. 168)

Outro aspecto de relevância, destacado pela autora, é a possibilidade de historicizar de forma abrangente os acontecimentos do presente, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão dos alunos sobre as relações existentes entre passado e presente.

Ainda sobre o uso da História local como metodologia de ensino e pesquisa no ambiente escolar, destaca-se a possibilidade do trabalho com memórias, seja dos próprios estudantes ou da comunidade, tornando-se assim, tais memórias, fonte documental no processo de aprendizado histórico. O historiador Erinaldo Cavalcanti (2018), ao escrever sobre esse tema, destaca o seguinte:

> Os trabalhos que versam acerca da chamada história local – no ensino ou na pesquisa (ou em ambos) – fazem uso recorrente da memória. Nessa perspectiva, demonstram que a história local e a memória se encontram interconectadas, sobretudo quando esta se constitui como fonte documental e ou objeto de pesquisa daquela. (CAVALCANTI, 2018, p. 279)

A contribuição dada na constituição da História local pelo uso das memórias de moradores da localidade foi importante para a promoção de um sentimento de pertencimento e de identificação social, tornando-se a memória não só fonte documental, mas também parte presente da História da localidade, possibilitado a inserção dessas experiências na sociedade, de modo a promover a integração de uma história individual com uma história coletiva.

Custódio (2014) compreende a memória como uma importante fonte documental na produção da narrativa histórica pelo historiador, possibilitando a este, diversas leituras em relação às experiências do passado vivenciadas pelos sujeitos. A autora, porém, destaca as especificidades relativas à memória e à História, enfatizando a necessidade de entendê-las como coisas distintas. Assim, afirma que:

> Um ponto em destaque das pesquisas históricas que se ocupam do estudo da memória diz respeito à compreensão de que embora estejam sensivelmente imbricadas, história e memória possuem características bastante específicas, guardando cada uma delas suas idiossincrasias. (CUSTÓDIO, 2014, p. 62)

Ao tratar do tema História local e memória, Bittencourt (2009) aponta para uma relação entre memória e identidade e destaca para existência, não só da memória dos sujeitos históricos, como também dos locais de memória que guardam também fragmentos do passado. A autora afirma que:

> A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os "lugares da memória", expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo. (BITTENCOURT, 2009, p. 169)

O local, seja uma cidade, um bairro ou uma escola, como espaço de vivência de pessoas, de experiências, seja individual ou coletiva, possibilita o aprendizado histórico, a partir do estudo das memórias narradas pelos seus membros, além da possibilidade do aprendizado através de seus lugares de memórias. Esses feitos são de suma importância para o processo de construção da identidade dos indivíduos, para valorização, por partes destes, de valores relacionados à cultura do local e de uma ressignificação do conhecimento histórico.

3 FALAM OS ESTUDANTES: REPRESENTAÇÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE CIDADANIA

Este capítulo aborda aspectos metodológicos e teóricos sobre a pesquisa empírica, destacando-se os passos metodológicos das entrevistas, bem como suas referências teóricas. Também neste capítulo estão apresentados os perfis dos jovens estudantes que participaram das entrevistas, bem como o local de fala dos mesmos, dando destaque para temas como direitos, deveres, pertencimento e identidade juvenil.

Outras abordagens feitas neste capítulo dizem respeito às concepções de cidadania presentes nas representações culturais dos alunos da escola Manuel Bandeira, promovendo um diálogo entre as narrativas dos estudantes e os autores do ensino de História, da educação, da História cultural, da História oral e da História local.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS SOBRE A PESQUISA EMPÍRICA

O trabalho de pesquisa empírica, realizado com os estudantes da educação básica, teve seu início a partir da aplicação de um formulário com questões referentes à educação e ao ensino de História e cidadania, como já foi explicado anteriormente.

Os estudantes participantes preencheram um cabeçalho inicial com informações sobre o gênero, idade, ano escolar e turma, além de informar sobre o exercício de alguma atividade de trabalho fora do ambiente escolar e também em relação ao seu estado civil, em que não foi necessário a identificação nominal do participante.

O formulário para coleta de dados foi organizado com 05 questões referentes ao tema da pesquisa, sendo 02 questões abertas com respostas objetivas e 03 questões fechadas, essas com espaço para que os participantes justificassem sua resposta e, como isso, buscou-se uma melhor qualificação e ampliação dos dados coletados. A respeito desse modelo de questionário, as autoras Gareth Terry e Virginia Braun afirmam que:

> Em geral, perguntas fechadas (respostas sim/não) devem ser usadas com moderação e quase sempre sendo acompanhadas de uma pergunta aberta para gerar dados qualitativos ricos conduzidos pelos participantes que deem mais ideias para a resposta. Por exemplo, no levantamento PCRA[11], costumávamos pedir aos participantes para explicar sua resposta a perguntas fechadas. (TERRY; BRAUN, 2019, p.52)

[11] Refere-se ao tipo de levantamento realizado pelas autoras a partir de formulário de pesquisa. “Pelo corporal sua remoção e alteração (PCRA)”. (TERRY; BRAUN, 2019, p.41)

A possibilidade de comentar e justificar sua resposta objetiva no formulário, garantiu ao participante expor seus motivos e um pouco de sua experiência sobre o tema proposto, bem como uma maior capacidade de análise por parte do pesquisador.

Parece ser pertinente comentar que os dados coletados a partir do formulário, bem como as abordagens e reflexões teóricas sobre esses, foram apresentados no decorrer desta dissertação ao longo do primeiro e segundo capítulos.

Ao definir o critério para a participação dos estudantes, optou-se por selecionar para a coleta de dados, através do formulário, os alunos cursistas do terceiro ano do ensino médio da escola Manuel Bandeira, essa escolha teve como motivo o ponto crucial de que tais alunos, estando concluindo o último ano da educação básica, teriam melhores condições de representar o processo de formação oferecido pela escola, nas suas diversas competências, inclusive aquelas referentes à formação cidadã.

A pesquisa aconteceu durante o ano letivo de 2020, no mês de agosto, período em que a escola contava com duas turmas de terceiros anos, totalizando um número de 46 estudantes matriculados. Após a apresentação dos objetivos e caminhos da pesquisa a ser desenvolvida, todos foram convidados a responder às questões do formulário. Assim, cada estudante recebeu, por meio de endereço eletrônico, um arquivo do formulário, com as instruções necessárias ao seu preenchimento e o prazo para sua devolução. Do total de estudantes que receberam o formulário, apenas dezesseis devolveram o arquivo com as respostas.

A partir da análise dos dados coletados nos formulários, em relação à percepção dos participantes sobre o tema da pesquisa, teve início a segunda parte de coleta de dados, que consistiu na realização de uma entrevista com os estudantes participantes que se dispusessem a contribuir nesta fase.

No que diz respeito à entrevista, dos 16 estudantes que responderam ao formulário, apenas 8 contribuíram participando da entrevista.

Em relação ao uso da entrevista como um importante instrumento de coleta de dados, foi essencial o papel da história oral como metodologia de pesquisa que orienta procedimentos de trabalho para a produção de documentos originados a partir da realização de entrevista.

Parece pertinente mencionar que a história oral é aqui pensada como metodologia e a memória oral como documento que permite leituras de um passado vivido. No caso da pesquisa com os jovens estudantes sobre a contribuição do ensino de história para a compreensão da cidadania, a representação desses alunos e alunas acerca do tema, dará a

conhecer o modo como eles e elas compreendem a cidadania, o “ser cidadão”. E nesse caso, o que se está a considerar é a trajetória desses jovens na vida escolar, na educação institucionalizada. Estamos à procura de vestígios, de pistas sobre o que o ensino de História trouxe de contribuição a respeito do tema em questão.

Outro aspecto importante a ser considerado nesse contexto da realização das entrevistas com os alunos e alunas entrevistados, é que a história oral como metodologia de pesquisa nos conduz, inescapavelmente, ao terreno dos debates sobre memória. E nesse sentido, vale a pena destacar o que diz Marilena Chauí (2002) quando relembra que a memória já foi considerada como um fato puramente biológico, “[...] um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras” (CHAUÍ, 2002, p. 128). No entanto, a autora discorda de tal concepção, pois para ela, nesse caso, a memória estaria reduzida à gravação automática pelo cérebro: de fatos, acontecimentos, pessoas e relatos.

Chauí (2002) explica que a memória, no entanto, não é apenas mero “registro”, talvez seja mais adequado pensar nela como uma influência do mundo sobre os indivíduos. E é sob esse aspecto que repousa o interesse explícito nesta dissertação. Importa identificar que espécie de influência, a história ensinada nas instituições, promoveu nesses jovens entrevistados. Que vestígios da concepção de cidadania explícita nos documentos oficiais, e que normatizam a história ensinada nas escolas, podem ser encontrados nas narrativas produzidas por estes jovens no momento da entrevista. Tais vestígios identificados, contribuirão significativamente para conhecer o modo como o ensino de história incidiu na formação desses jovens, no que se refere ao que compreendem por cidadania.

Hugo Lovisolo (1989) por sua vez, considera que além de fenômeno individual e psicológico, a memória é principalmente um fenômeno social, uma construção derivada das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais, o que, sob tal perspectiva, transcende o aspecto individual e torna-se uma ‘memória validada’. Nessa compreensão, a memória validada é a que comumente reconhecemos como histórica e coletiva, pois se repete e é de significativa importância para o sentimento nacional, para a consciência de classe, para a consciência étnica ou das minorias.

A entrevista permite identificar a representação dos entrevistados acerca do tema da entrevista e, nesse sentido, valemo-nos da história oral temática, exatamente pelo aspecto já mencionado, de que o interesse repousa em conhecer o modo como o ensino de história incidiu na formação dos jovens sobre o que eles compreendem por cidadania e o modo como eles falam de cidadania.

Foi adotado como modelo a entrevista semiestruturada, exatamente por oferecer uma maior possibilidade de favorecer o diálogo com os participantes e colaborar, assim, para uma abrangência maior nas respostas, permitindo captar aspectos, não somente das suas experiências escolares, mas também do cotidiano, em relação às vivências familiares e suas participações sociais[12].

A partir da possibilidade de ampliação dos temas propostos no roteiro da entrevista semiestruturada, é possível ao pesquisador colocar em questão os problemas que deseja abordar na conversa com o entrevistado.

A pesquisa desenvolvida com os estudantes da educação básica da escola Manuel Bandeira caracterizou-se como uma pesquisa de resultados qualitativos, pois seu objetivo envolveu a compreensão de aspectos em relação às práticas culturais e de visão de mundo dos estudantes. [13]

Levando em consideração os aspectos socioculturais que envolveram a pesquisa, pode-se dizer que as definições de metodologia já se fazem presentes na escolha do tema, contemplando também seu referencial teórico e o objeto de estudo, fato revelador em relação à visão de mundo ou à forma de compreender a sociedade adotada pelo pesquisador.

Ao analisar as características relativas ao desenvolvimento de pesquisas e de levantamento de dados qualitativos bem como sua aplicação, as autoras Terry e Braun fazem as seguintes colocações:

> Os levantamentos qualitativos geram dados ricos, detalhados e variados e são adequados para explorar uma ampla gama de tópicos. Funcionam para análises que objetivem entender e explorar as estruturas de significados dos participantes [...], e para análise que busquem revelar e interrogar o significado. (TERRY; BRAUN, 2019, p. 42)

As autoras destacam a intencionalidade de não só compreender como também explorar a diversidade de entendimentos dos participantes das pesquisas qualitativas, valorizando e legitimando essas significações presentes nos resultados.

---

[12] Sobre a entrevista semiestruturada, Maria Cecília Minayo destaca que: a modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da não estruturada, [...], mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semiestruturada, ou semiaberta, facilita a abordagem e assegura, sobretudo, aos investigadores, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. (MINAYO, 2014, p. 267)

[13] Sobre o método qualitativo, Cruz Neto (2002) destaca que nas pesquisas, que envolvem uma investigação no campo social a partir do método qualitativo, o objeto destas possui características históricas, tendo como base as diversas concepções de mundo dos sujeitos.

Sobre a realização das entrevistas, essas aconteceram no segundo semestre do ano de 2020, de forma não presencial, realizadas no modo on-line, utilizando como ferramenta o “Google Meet” em decorrência da pandemia causada pelo Corona Vírus – COVID-19. Dessa forma sem nenhum risco de contato para, assim, preservar a saúde dos participantes.

Os entrevistados receberam antecipadamente o roteiro da entrevista contendo os temas a serem abordados, esse roteiro foi construído a partir de informações preliminares obtidas na análise das respostas dadas no formulário, retirar vírgula e de orientações sobre o funcionamento de entrevistas semiestruturadas.

As questões, que foram abordadas nas entrevistas realizadas com os oito participantes, envolveram o tema cidadania e sua relação com a educação escolar e sobre o papel do ensino de História na formação cidadã, bem como as experiências vivenciadas pelos estudantes no ambiente escolar e na sociedade em relação as atividades culturais e sociais.

Em um primeiro momento da entrevista, foi dado aos participantes o espaço para uma apresentação pessoal e também a possibilidade de um relato sobre a sua vida escolar e suas atividades enquanto sujeitos históricos e sociais pertencentes à comunidade.

Ao longo da entrevista, os participantes fizeram considerações, a partir do seu entendimento, de temáticas relacionadas à compreensão sobre cidadania e sua relação com os direitos e deveres, bem como a própria educação e o acesso à mesma como um dos direitos sociais. A ideia de uma condição ideal de cidadania também foi abordada e relacionada a uma sociedade de direitos e deveres estabelecidos na legislação. Esse tema também abrangeu a condição da escola como espaço social de exercício de direitos e deveres.

Foi também abordada a contribuição da escola na construção de um conhecimento sobre cidadania e, em especial, o ensino de História, na compreensão dos estudantes sobre o papel do cidadão e de um sentimento de cidadania por parte desses, destacando ainda aspectos relacionados à história local e do tempo presente, em que os estudantes falaram sobre suas relações com a religião, participação em movimentos sociais, grupos de jovens, intolerância, democracia e comunicação social.

Importa agora, conhecer um pouco a respeito do perfil dos estudantes entrevistados.

3.2 O PERFIL DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS NA ESCOLA MANUEL BANDEIRA

Os participantes voluntários da entrevista, realizada com o objetivo de coletar dados em relação a compreensão de estudantes da educação básica da escola Manuel Bandeira, sobre cidadania, educação e ensino de História, faziam parte da comunidade escolar. Eram todos do terceiro ano do ensino médio no ano de 2020 e haviam respondido ao formulário de pesquisa. Ao serem convidados, juntamente com os demais alunos participantes, mostraram-se interessados em participar das entrevistas, que ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2020.

No ano de 2020, a Escola Manuel Bandeira contava com duas turmas de terceiros anos totalizando quarenta e seis estudantes. Desses, vinte e oito faziam parte da turma (A), que funcionava no período matutino e dezoito estudantes, pertenciam a turma (B) e estudavam no período vespertino. O horário matutino, da escola Manuel Bandeira, funciona das 07 às 11 horas, de segunda à sexta feira e o vespertino das 13 às 17 horas.

Os estudantes participantes da entrevista tinham, no período de sua realização, entre 16 e 18 anos de idade. O grupo de participantes era composto por 03 alunos do sexo masculino e 05 do sexo feminino e, em relação às suas respectivas turmas, 05 estudantes faziam parte do terceiro (A) e 03 do terceiro (B).

Para participarem das entrevistas, os estudantes assinaram um termo de assentimento livre esclarecido, de forma escrita, no qual houve um detalhamento da pesquisa, abordando seus objetivos e sua metodologia, bem como especificando a forma de realização das entrevistas e a não divulgação da identidade do participante, visando a sua preservação frente a qualquer constrangimento.

Em relação aos participantes menores de 18 anos, além do termo de assentimento, também foi submetido ao crivo do seu responsável legal um termo de consentimento livre, esclarecido, com as informações sobre a pesquisa, para que esse tomasse conhecimento de sua abrangência e de seu percurso e, assim, autorizasse a participação do menor na entrevista.

As entrevistas foram gravadas e transcritas de forma integral e, após, foram submetidas à apreciação dos participantes, que após a leitura, assinaram e as devolveram para que fossem utilizadas como dados na pesquisa.

Devido um compromisso assumido com os participantes de não expor suas identidades, tendo em vista uma questão ética, foi utilizado para identificação um nome fictício[14].

A escola Manuel Bandeira apresenta, na composição dos seus estudantes, uma ampla diversidade em vários aspectos: do total de 586 alunos matriculados no ano de 2020, a maioria era do sexo masculino 315 e 271, do sexo feminino. Uma expressiva parte desses, são moradores dos bairros urbanos do município, mas, havendo também estudantes residentes em áreas rurais, os chamados "alunos do sítio" [15].

A idade dos estudantes varia entre 10 e 19 anos, estando eles matriculados entre o sexto ano do ensino fundamental e o terceiro ano do ensino médio. Em relação aos alunos do ensino médio, uma parcela pequena realiza, além dos estudos, algum tipo de trabalho remunerado, seja como aprendiz, funcionário do comércio ou outra atividade laboral remunerada, inclusive, com a incumbência de ajudar nas despesas de casa.

Os jovens estudantes do ensino médio da escola Manuel Bandeira são oriundos das diversas camadas sociais do município. São filhos de proprietários de terra, criadores de gado, pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos, operários da construção civil, etc. dessa forma, encontra-se representado no ambiente da escola, grupos sociais diversos, que caracterizam aspectos importantes da realidade econômica na qual a população se encontra.

O ambiente plural, no que se refere às diversas realidades socioculturais e econômicas dos estudantes, permite que as experiências vivenciadas no ambiente escolar sejam tomadas como representativas da própria dinâmica da sociedade, tendo em vista que as contradições dessa se fazem presentes neste ambiente.

Após receber o convite para participar da entrevista, oito alunos acenaram de forma positiva à participação, depois de uma breve conversa com o intuito de informações básicas sobre a metodologia e de ser encaminhado para os participantes os termos de livre consentimento e de livre assentimento, foi estabelecido as datas e horários a serem realizadas as entrevistas.

Em seguida, de forma breve, algumas informações dos alunos participantes da entrevista.

---

[14] Foi utilizado como critério de escolha dos nomes fictício, a letra inicial do nome real dos participantes.

[15] Alunos que residem em propriedades rurais, que não dispõem de escolas em sua localidade, estando a uma distância de 20 ou mais quilômetros da área urbana do município. Esses alunos são atendidos pelo transporte escolar de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação em parceria com o município.

Jairo é aluno do 3° ano A da escola Manuel Bandeira, tem 17 anos, mora com os pais e é natural da cidade de Colorado do Oeste; segundo o jovem, estuda nessa escola desde os primeiros anos do ensino fundamental. Em sua entrevista, concedida no dia 05 de outubro de 2020, se apresentou como uma pessoa dedicada aos estudos, que valoriza muito o espaço escolar, participa de atividades esportivas e também de atividades da igreja católica. É membro da pastoral da juventude da cidade (PJ).

Karol, aluna cursante do 3° ano B, na data da entrevista, 08 de outubro de 2020, já havia completado 18 anos. Declarou-se uma leitora assídua, filha caçula, mora na zona rural do município, não é adepta de práticas esportivas; contou que participa de forma esporádica de atividades religiosas e se considera evangélica.

A aluna Lorena, que estuda na turma do 3° A e tem 16 anos, concedeu sua entrevista no dia 06 de outubro de 2020. Destacou sua condição de atleta em diversas modalidades, inclusive como representante da escola em atividades esportivas no âmbito municipal, estadual e nacional. Relatou seu gosto pela atividade de catequista e seu envolvimento com atividades da igreja católica, entre as quais, as relacionadas com a Pastoral da Juventude.

Maia, 17 anos, aluna do 3°B, destacou na sua entrevista, em 07 de outubro de 2020, que é aluna da escola desde o 4° ano do ensino fundamental. Falou de sua tristeza por ser seu último ano na escola e as aulas acontecerem de forma não presencial. Demostrou ter um sentimento de amor e carinho pela escola Manuel Bandeira, destacou sua condição de paratleta[16] ou atleta paraolímpica e das oportunidades de participar de competições esportivas desta natureza no estado e em diversas partes do Brasil. Enfatizou ainda sua relação com atividades da igreja católica e sua participação nas ações da Pastoral da Juventude.

Em entrevista concedida em 09 de novembro de 2020, a aluna Tamara do 3° A, com 17 anos, relatou que mora com os pais e estuda na escola desde a infância, não pratica esportes e não é uma pessoa muito ligada a atividades religiosas. Ela valoriza muito as atividades culturais e festividades que ocorrem na escola e também na cidade.

Walter, de 18 anos, aluno do 3°A, estuda há dois anos na escola. Trabalha como programador e relatou, na entrevista concedida em 12 de novembro de 2020, não se sentir um aluno destacado. Ele expressou seu desinteresse por algumas disciplinas e contou que mora com sua mãe e não tem irmãos. Em relação à religião e atividades nesse sentido, disse não se interessar.

[16] É considerado paratleta ou paralímpica, de modo geral, qualquer praticante de atividade desportiva que possui alguma deficiência, podendo ser física, visual ou intelectual.

O estudante do 3° A, Felício, 17 anos, relatou sempre ter estudado na escola, morar com os pais e gostar de jogar futebol de salão, atividade esportiva que começou a praticar na escola e que hoje faz parte de sua rotina. Contou ser uma prática muito positiva para suas experiências no convívio escolar, ao longo de sua vida de estudante. Ele concilia suas atividades de estudante com o trabalho em meio período, em um comércio da família. Sua entrevista aconteceu em 17 de novembro de 2020.

Katia, aluna do 3°A, com 18 anos na ocasião da entrevista, destacou sua profunda gratidão pela escola. Ela foi entrevistada em 17 de novembro de 2020 e disse sempre ter estudado na mesma escola, não ser praticante de esporte, fazer parte da Pastoral da Juventude e ser católica. Concilia suas atividades escolares com o trabalho na parte administrativa de um comércio da cidade. Katia relatou sua condição de mãe de uma criança de 01 ano e 06 meses e falou das dificuldades de estudar, trabalhar e cuidar de seu filho.

De maneira geral, os jovens da escola são participativos nos debates sobre os temas da atualidade, gostam de interação e estão sempre presentes nas atividades coletivas, sejam elas esportivas ou culturais. Em sua maioria, estão envolvidos com as organizações juvenis, como grupos de jovens ligados a igrejas, tanto católica como protestante, e participam também de suas atividades religiosas.

Em relação aos grupos de jovens, é importante destacar a presença, na região, da Pastoral da Juventude – PJ, pastoral social da igreja Católica, tradicionalmente ligada aos movimentos sociais, que tem sua origem nas experiências de organização juvenil dos anos 60 do século XX, como a (JOC, JEC e JUC[17]), organizações que se descaram como importantes ambientes de formação política e cultural da juventude de seu tempo. Na cidade de Colorado do Oeste a PJ é atuante no meio juvenil, em especial no ambiente escolar, no qual é possível perceber através de suas atividades desenvolvidas que estão relacionadas a temas formativos no campo político, em relação a problemas sociais e ainda à valorização das diversidades sociais. Muitos jovens, entre eles estudantes, participam da pastoral.

Através da análise do conteúdo das entrevistas concedidas pelos estudantes, foi possível perceber entre os participantes uma concepção de pertencimento a um grupo específico, a valorização de questões identitárias, relacionadas à condição de serem jovens, ou

[17] Segundo Betto (1986), a Juventude Operária Católica/ JOC foi um movimento especializado da Ação Católica e atuante no meio dos jovens operários. Presente no Brasil, desde o ano de 1920, foi considerado dentro da legalidade até 1968, quando passou a ser uma organização clandestina. Por sua vez, a Juventude Estudantil Católica/JEC –, foi um movimento especializado da Ação Católica e atuante no meio secundarista entre os anos de 1958 a 1965. E a Juventude Universitária Católica/JUC – foi um movimento especializado da Ação Católica e atuante no meio secundarista entre os anos de 1958 a 1964.

serem mulheres, negros, estudantes, moradores de área periférica ou de estarem preocupados com situações comuns em relação ao presente e ao futuro, como emprego, meio ambiente e violência.

As manifestações dos jovens referentes aos temas ligados a problemas sociais presentes no mundo contemporâneo, e que fazem parte de seu cotidiano, demonstram um conhecimento prévio, muitas vezes adquirido fora do ambiente escolar. Tais conhecimentos podem estar associados à participação dos estudantes em atividades desenvolvidas nos grupos de jovens, ligados ou não as instituições religiosas, dentre esses a PJ, que caracterizam um modelo de capital social, que para Bourdieu (2007), reúne determinados recursos relacionados aos indivíduos inseridos em grupos e instituições da sociedade, cujo objetivo é promover uma certa unidade em torno de valores culturais e posicionamentos políticos no contexto social em que vivem. A esse respeito o autor afirma que:

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas também são unidos por ligações permanentes e uteis. (BOURDIEU, 2007, p. 67)

Pensar nas experiências formativas, vivenciadas pelos estudantes, a partir de instituições e grupos sociais externos ao espaço escolar, possibilita entender a relação desses jovens com a educação institucionalizada, com o ensino de História e com suas compreensões sobre cidadania, objeto de estudo desta dissertação.

O aprendizado realizado e as práticas relacionadas à vida em seu contexto social, experimentadas pelos estudantes ao participarem dos grupos de jovens vírgula ligados ou não à Pastoral da Juventude, retirar vírgula ou grupos de promoção de cultura, parecem permitir que esses desenvolvam uma capacidade de interação mais ampla com os conteúdos relacionados à História ensinada, sua relação com a vida cotidiana, o que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica e cidadã pautada na compreensão sobre direitos e deveres como base de sua cidadania.

3.3 DIREITOS, DEVERES, PERTENCIMENTO: A CIDADANIA NA REPRESENTAÇÃO CULTURAL DOS ALUNOS DA ESCOLA MANUEL BANDEIRA.

O conhecimento sobre cidadania, bem como a formação cidadã, que é destinada aos estudantes da educação básica e que também tem relação com suas experiências dentro das diversas outras instituições que compõem a sociedade; e que é compreendida a partir de aspectos relacionados ao exercício de direitos e deveres, estruturados pela constituição, foi tema constante desta pesquisa nos seus diversos aspectos.

Para desenvolver um conhecimento sobre a percepção juvenil, em relação à cidadania e seu exercício, foi necessário, ao longo do percurso da pesquisa e da escrita da dissertação, a abordagem de certos conceitos, seja através dos documentos que organizam e regulamentam a educação básica no Brasil (e que tem sua origem determinados pela carta constitucional de 1988) ou por um significativo estudo de autores que abordam a cidadania em uma perspectiva histórica e da educação.

Os resultados da atividade de pesquisa documental e bibliográfica foram de grande importância para o entendimento da cidadania enquanto uma categoria de análise social e política, pois essa representa o tipo de sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, seu grau de liberdade, as possibilidades de participação, sejam nas instâncias dirigentes ou mesmo no controle social dos poderes constituídos. Tais características estão ou se encontram presentes no Estado democrático de direito.

Bobbio (2004) destaca que o surgimento do Estado de direito representa uma significativa mudança no modelo de organização da sociedade, em relação à participação nas instâncias políticas, pelos indivíduos e no exercício de diversos direitos por parte destes desses, tornando-se o espaço da cidadania.

A cidadania, além de presente nos conceitos teóricos elaborados pelos autores pesquisados e nos documentos balizares da política de educação, encontra-se também presente no imaginário coletivo dos alunos, sendo expressada de diversas formas por eles. Mais do que isso, servindo como motivação para suas atividades do dia-dia, envolvendo o ambiente escolar e as dinâmicas relacionadas ao ensino e à produção do conhecimento, com as ações relacionadas aos acontecimentos culturais e esportivos e, também, ao envolvimento dos alunos com a comunidade escolar de forma geral, inclusive assumindo posições políticas diversas.

Este capítulo tem como objetivo apresentar, a partir das narrativas elaboradas, alguns entendimentos dos participantes da pesquisa sobre o tema cidadania, em especial a relação

dessa com os direitos e deveres. Questões relacionadas às práticas cotidianas e de suas representações culturais envolvidas nessas, também foram abordadas nas respostas, possibilitando uma leitura mais ampla dos assuntos tratados.

Como já foi dito anteriormente, no percurso da realização das entrevistas, foram utilizados procedimentos metodológicos de História oral, que na concepção de Meihy (2005), contribui para o entendimento sobre a função do conhecimento social e do papel dos sujeitos históricos nas práticas cotidianas que dão sentido ao tempo presente.

As experiências relatadas pelos alunos em relação ao aprendizado sobre cidadania, abordam a importância do ensino de História desenvolvido no ambiente escolar que, segundo Costa e Rodrigues (2020), deve ser o espaço destinado ao desenvolvimento de uma cidadania que possibilite a participação autônoma dos sujeitos nos diversos canais políticos existentes dentro da chamada sociedade civil. Assim, os autores do ensino de História e da educação serviram de aporte teórico para a análise dos dados coletados.

As narrativas, elaboradas pelos estudantes por abordarem o cotidiano em suas diversas práticas, seja na condição de estudantes ou agentes sociais e políticos, dentro do espaço escolar e, também, em outras instituições sociais presentes no Município, tiveram como suportes de análises teóricas, alguns autores do campo da História cultural e da História local. Tais campos, na visão de Barros (2004), contribui, tanto para o entendimento das diversas manifestações de indivíduos e grupos dentro de um espaço social, como também na valorização das especificidades presentes na localidade, em relação às condições vivenciadas pelos sujeitos nas suas diversas dimensões.

Sobre o comportamento social de um determinado grupo, Bourdieu (2007) destaca que as ações humanas dentro do espaço social, sejam relacionadas ao estilo de vida, às práticas e manifestações sociais, fazem parte do seu conceito de “habitus” e que tais manifestações são produtos da História. Nesse sentido, a escola é vista pelos estudantes como um espaço, não só destinado ao aprendizado escolar, mas também, como um lugar de interação, de trocas de experiências e de realizações de atividades práticas, inclusive, de ações políticas.

Entre as contribuições teóricas para a análise dos dados coletados, é importante destacar também o campo da teoria da História, que proporcionou a ampliação das noções de sujeito histórico e de fato histórico, do conceito de documento na pesquisa e no ensino, na multiplicação dos temas de estudo, dando ênfase na História cultural, do social e na incorporação de reflexões sobre o tempo histórico, as relações entre passado e presente e as especificidades do trabalho do historiador. Tais desdobramentos irão refletir também no campo do ensino, que a partir da legislação oriunda da Constituição Federal de 1988,

estabelecem novas diretrizes sobre a função social da escola e do ensino de História, sendo essas orientadas para uma formação integral, com destaque para sua formação cidadã.

A mudança de paradigma, ocorrido a partir do final do século XIX, na construção do conhecimento histórico, é caracterizada pela crença, por boa parte dos grandes historiadores, em uma História pautada na interpretação de fontes, tendo por referência o tempo presente, sendo que um dos aspectos que marcaram essas mudanças está na redefinição do que sejam fontes históricas e na compreensão de que todo sujeito é produtor de História (BARROS, 2011). Dessa forma, a História, enquanto conhecimento científico, passa a ser construída a partir de um novo olhar, em que o historiador questiona a certeza objetiva das, até então, inquestionáveis fontes escritas.

3.3.1 A escola como espaço de aprendizado de cidadania

O espaço escolar e as práticas ali realizadas configuram o processo de educação que geralmente faz parte de políticas públicas específicas, dentro dos chamados direitos sociais dos cidadãos. No Brasil, a educação básica, que compreende o ensino infantil, fundamental e médio, é uma obrigatoriedade do Estado, sendo imperativa sua oferta e, igualmente, a matrícula e permanência de crianças, adolescentes e jovens, menores de 18 anos.

Os estudantes participantes da pesquisa apresentam, nas declarações feitas durante a entrevista, algumas características peculiares à maioria dos jovens da cidade de Colorado do Oeste, como a identificação com a escola, principalmente em relação às práticas culturais e esportivas realizadas dentro do espaço escolar; e envolvimento com algum tipo de entidade religiosa. No caso da igreja católica, a Pastoral da Juventude tem uma forte participação dos jovens e adolescentes.

Nas falas transcritas, a partir da gravação das entrevistas concedidas pelos estudantes, é possível perceber aspectos referentes aos temas descritos anteriormente, apresentando, assim, uma parte do cotidiano vivenciado por estes jovens, nas múltiplas manifestações simbólicas que caracterizam suas práticas.

Outro aspecto que se faz presente nas palavras desses alunos diz respeito ao tema da identidade juvenil, que para Mello e Silva (2008), encontra-se relacionada a certas construções sociais que envolve a escola e a sociedade. Também em relação ao ensino escolar, em especial ao ensino de História, é possível perceber a contribuição dada para esse processo de formação de identidade.

A seguir, alguns excertos destacados das narrativas em que falam sobre si, posicionando-se como sujeitos pertencentes a um lugar social que os identifica:

[...] tenho 17 anos, sou católico, pratico esporte, é, e, converso bastante com meus amigos, tenho um bom convívio popular, sou de Colorado e gosto muito desta cidade, e estou aqui para ajudar. Eu sou nascido aqui na cidade e eu estudo aqui na Escola desde o ensino fundamental, do primeiro ano, e estou concluindo o Médio, eu participo também na igreja, eu ajudo nas celebrações, e participo da pastoral da juventude. Eu acho muito positivo participar da pastoral da juventude pois lá acontecem vários debates informais que acontecem porque estamos com amigos, a igreja católica traz, também um movimento que se chama campanha da fraternidade, e aborda temas importantes e possibilita ao jovem conhecer e debater, e também nós somos chamados a ajudar, então eu gosto muito desta parte que traz debates, assim sociais muito importantes que em situações diferentes, em outros lugares não se fala sobre isso. Na pastoral da juventude direta ou indiretamente nós discutimos sobre cidadania. (Jairo, aluno do 3° ano A, entrevista concedida ao pesquisador)

Jairo, estudante de 17 anos, destaca sua condição de católico e o papel que desempenha na pastoral da juventude, bem como a importância de temas abordados dentro da campanha da fraternidade, mostrando seu interesse por questões relacionadas com algumas atualidades sociais. De certo modo, a pastoral da juventude destaca-se como um espaço propício ao protagonismo dos jovens da cidade, lugar que os faz sentir-se úteis e onde desenvolvem certos conhecimentos, o que contribuiu para que ela fosse citada na maior parte das entrevistas e também nas respostas do questionário.

Os espaços de convívio juvenil no município (como os grupos de jovens ligados a PJ) colaboram na constituição de uma identidade dos jovens que compartilham as experiências promovidas em suas atividades. Alguns aspectos como a solidariedade, o interesse por temas sociais e a participação dentro da comunidade estão presentes na narrativa do aluno Jairo. Em relação à identidade juvenil, Mello e Silva (2008) afirmam o seguinte: “a identidade é, antes de tudo, um processo de aprendizagem, o qual é vivenciado como uma ação e não tanto como uma situação” (MELLO; SILVA, 2008, p. 68). O convívio e as atividade realizadas dentro dos grupos possibilitam que Jairo manifeste em sua representação uma ideia ~~a~~ de pertencimento e compromisso com os demais jovens de seu meio e, também, com a realidade social que o cerca. Nesse sentido, pode-se falar em uma identidade juvenil sendo construída.

[...] Bom, falar de mim, [...], tenho meus 18 anos recém completados sou a filha caçula, é, o que eu gosto de fazer? Eu gosto de ler. É particularmente o meu passa tempo, esporte eu não faço, eu sou bem sedentária (risos), religião eu me considero evangélica, acho que é isso, minha relação familiar, eu e minha família temos uma relação muito boa, todos, [...] eu sou evangélica mas participo pouco, às vezes da escola dominical, é uma igreja mais antiga tem muita gente de idade, igreja Monte das Oliveiras, tem poucos jovens, é uma igreja na zona rural todos ajudam a organizar as atividades. (Karol, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

Karol, estudante de 18 anos, que é moradora da zona rural da cidade, destaca o gosto pela leitura, atividade muito estimulada no ambiente escolar pelos professores e também pelos funcionários da biblioteca da escola Manuel Bandeira, que realizam exposições e divulgações dos livros, incentivando os alunos a frequentar a biblioteca que também oferece o empréstimo de livros.

A aluna destaca a sua condição de evangélica e a participação, mesmo que esporádica, nos cultos e na escola dominical, que proporciona aos participantes de igrejas evangélicas encontros envolvendo jovens para estudos bíblicos e atividades diversas. Aqui, também é importante destacar o valor dado às reuniões de cunho religiosos, que tornam possível o convívio solidário entre os componentes da comunidade, neste caso, uma comunidade rural.

> [...] eu estudo na Escola Manuel Bandeira, não trabalho, sou católica, eu jogo bola e faço academia, eu gosto muito de esportes, futebol, vôlei sou bem eclética em relação aos esportes. Eu estou cursando o 3° ano na Escola Manuel Bandeira neste momento aulas remotas devido a pandemia, eu sempre estudei nesta Escola, eu sou catequista e participo da pastoral da juventude, eu me tornei catequista porque senti a necessidade de passar algo para os outros que não levam muito a religião a sério, passar minhas experiências em relação a igreja católica e a religião. (Lorena, aluna do 3°A, entrevista concedida ao pesquisador)

A estudante Lorena de 16 anos, destaca sua condição de católica de forma positiva, acrescentando sua atuação como catequista, outra atividade que envolve a participação de muitos estudantes do ensino médio da escola. A jovem informa sua participação em atividades esportivas em várias modalidades, o que demonstra seu interesse pelo esporte e sua condição de atleta.

A participação em eventos esportivos, seja como competidor ou para prestigiar, é muito comum no município, principalmente entre os jovens. A escola Manuel Bandeira, através dos seus espaços esportivos, desenvolve ações de incentivo às práticas de esportes, participando com seus alunos atletas. A prática de esportes, dessa forma, envolve os alunos e toda a comunidade, que participa prestigiando os eventos realizados como competições de futebol, vôlei e atletismo. O esporte assim, também colabora na formação de uma identidade juvenil, ao promover o convívio, não apensas entre os competidores esportivos, mas também aos que participam como torcedores, incentivadores, formando um grupo social com ideias e ações comuns.

Em relação à cidadania, o esporte praticado no espaço escolar e também em praças esportivas públicas, visam não só a competição, mas a recreação e o lazer dos jovens estudantes, caracterizando um aspecto importante dos direitos sociais e da promoção do bem-

estar da população, tema abordado por Carvalho (2012), quando trata sobre a relação da condição de cidadania e de direitos sociais. Abaixo, a contribuição da estudante Maia:

> Eu tenho 17 anos, estou na Escola Manuel Bandeira desde que estudava o 4° ano, este é meu último ano nesta Escola, infelizmente tem a pandemia e as aulas estão se dando de forma remota. Eu sou atleta paralímpica, hoje não tenho realizado atividades fora do que ocorre dentro da Escola, acho que é isso. Minha relação com a Escola sempre foi muito boa em relação a tudo. Eu moro com meu pai, mãe e um irmão, nossa convivência também é bem tranquila dentro de casa, eu sou fácil de conviver. Eu nasci e cresci aqui em Colorado do Oeste, e estou aqui, pretendo viver aqui, eu sou católica, eu já terminei a catequese, e também já participei do grupo de jovens, mas hoje eu não participo mais. Eu já participei da pastoral da juventude e foi muito positivo a experiência que tive, mas hoje não participo mais, tinham umas coisas que estavam interferindo e hoje eu não participo mais, desisti, mas eu pretendo voltar, queria ser catequista, mas eu tenho um pouco de vergonha. (Maia, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

A estudante Maia também aborda sua relação com o esporte no espaço escolar com destaque para sua condição de atleta paraolímpica. O envolvimento de alunos com algum tipo de limitação física nas atividades esportivas e culturais, faz parte das iniciativas da escola no seu objetivo de promover a inclusão nas diversas realizações ocorridas no ambiente escolar, corroborando assim, com o que assegura a Constituição Federal de 1988, que regulamenta a educação inclusiva nas escolas brasileiras, reforçando a ideia de direitos sociais, no caso a educação como política de promoção da cidadania.

Maia dá ênfase na importância de ter participado da PJ, de sua boa relação com os familiares, bem como sua ligação afetiva com a escola Manuel Bandeira. Mais uma vez o aspecto relacionado à vivência na PJ aparece em destaque na entrevista de uma estudante da escola Manuel bandeira, aspecto que deve ser considerado como muito relevante ao pensar sobre a construção das identidades destes jovens.

A precariedade do município em relação a espaços para a realização de atividades culturais e de lazer, direciona para o espaço escolar e também das igrejas, a busca dos jovens em relação a tais atividades. O município não dispõe de cinemas, teatros ou galerias culturais, também não conta com espaços de convivências juvenis ou uma praça para a prática esportiva diversificada que atenda às demandas específicas de sua juventude.

Nas palavras proferidas pelos jovens estudantes, a relação de envolvimento afetivo com a escola Manuel Bandeira quase sempre fica transparecido. Tal aspecto pode estar relacionado devido ao município ter duas escolas que oferecem o ensino fundamental e médio e que, até o ano de 2015, ofereciam a educação básica a partir do primeiro ano do ensino fundamental. Assim, a maioria dos estudantes tiveram o início de sua vida escolar em uma das escolas, desenvolvendo, com ela, laços de afetividade.

No contexto apresentado nas entrevistas, além da identificação com a escola, também fica em evidência a importância dada às relações familiares, às práticas esportivas e ao lazer; a preocupação com questões sociais e as ações solidárias, tema que se relaciona a PJ ou outros espaços religiosos. Todos esses fatores indicam a estruturação de uma forma de identidade juvenil dos jovens desta localidade.

Nos excertos seguintes, sobre o tema "escola como espaço propício à formação para a cidadania", os alunos Tamara, Karol e Jairo explicitam o valor do aprendizado escolar para suas concepções sobre cidadania.

No relato concedido pela jovem estudante Tamara:

> O aprendizado escolar ajuda sim a gente se sentir cidadão, quando eu entendo que cidadania tem a ver com meus direitos e deveres no nosso convívio dentro da Escola nós estamos sempre fazendo isso, na relação com os professores e os funcionários, na convivência com os colegas, no respeito às diferenças, coisas deste tipo nos ensinam muito sobre ser cidadão. Também tem a questão de participar, ser aluno da Escola, muitos aqui criticam o uniforme, eu gosto, é como se fosse uma identificação, olha, ela é aluna do Manuel Bandeira! A gente acaba se sentindo como parte de um grupo que tem coisas em comum, sei que somos diferentes, mas temos objetivos em comum, [...] mesmo questões sobre agir certo ou agir errado, a Escola contribui para que possamos discernir algumas disciplinas como a História, a Filosofia nos ajudam a compreender, não é que dizem o que é certo ou não, mas ajuda a gente a pensar sobre, e isso contribui na nossa cidadania. (Tamara, aluna do 3°B, entrevista concedida ao pesquisador)

A estudante Tamara destaca a relação entre cidadania e ser cidadão, com direitos e deveres, com o cumprimento de regras estabelecidas dentro da escola e a relação dessa com a existência dos direitos dos estudantes. Essa percepção relaciona-se com a compreensão apresentada por Marshall (1963) e Carvalho (2012), em que os autores consideram que a cidadania pode ser entendida como a condição de exercícios de direitos e cumprimento de deveres legais por parte dos cidadãos.

Outra questão abordada pela estudante é em relação ao pertencimento a um grupo específico relacionado à escola. Ela parece entender que o cotidiano da comunidade escolar, através dos afazeres coletivos que promovem o aprendizado, do convívio e da troca de experiências, contribui para o sentimento de pertencer, de ser parte da escola. Esses aspectos estão relacionados à ideia de identidade juvenil, que Mello e Silva (2008) compreendem como um estudo do sujeito em relação ao seu meio e suas ações. As autoras afirmam que:

> O estudo da identidade é a análise da constituição do 'estar sendo' dos indivíduos no mundo, dentro do qual constroem a representação do que 'pensam e sentem ser' em cada momento de suas vidas, ao se estudar a produção de identidades de jovens, necessariamente se explicita um processo de ensinar e aprender. (MELLO; SILVA, 2008, p. 69)

A identidade juvenil, assim, se constitui a partir das ações que envolvem o aprendizado, mas também a partir da concepção do jovem sobre seu papel no meio social na qual está inserido, sua contribuição neste processo de ensino e na construção de suas representações.

Tamara comenta ainda sobre o papel de algumas disciplinas escolares, citando a História e a Filosofia como fomentadoras de temas relacionados à cidadania. Em destaque, questões relacionadas à ética, quando fala de "certo ou errado", contemplando o que aponta a LDB 9.394/96, em seu artigo 35, como sendo um dos objetivos no ensino médio em relação à formação cidadã - o de contribuir para o aprimoramento dos estudantes no convívio social fortalecendo sua formação ética.

Abaixo o relato da aluna Karol:

> Contribui muito para conhecer a cidadania, todas as atividades contribuem sim, elas nos ensinam, por exemplo o trabalho em grupo, aprendemos a organizar, a debater temas a concluir uma ideia, a partir, de várias opiniões diferentes, onde todos participam, cada um tem uma responsabilidade, acho que exercitamos aí o respeito. Tem a parte da socialização, no sentido de partilhar o espaço e as responsabilidades, do respeito às diferenças, ao jeito de ser de cada um, também a questão das regras, aprendemos a cumpri-las, e também o porquê delas, também passamos a conhecer nossos direitos. Também tem as atividades culturais, as festividades que ajudam no aprendizado de cidadania, além do mais, a Escola tem que participar na vida da sociedade tem que sair para rua ou abrir os portões para a comunidade, isso também é cidadania. (Karol, estudante do 3°B, entrevista concedida ao pesquisador)

Karol concorda sobre ser importante o aprendizado escolar para conhecer aspectos sobre cidadania, reconhece a relação entre cidadania e direitos e deveres, mas expande sua compreensão sobre o tema. Ela procura valorizar as experiências coletivas na realização de atividades escolares, bem como na divisão de responsabilidades e no respeito às diferenças. Tal compreensão, manifestada pela estudante, é contemplada também no artigo da LDB/ 9.394/96. Principalmente em relação à autonomia dos estudantes como caminho para exercer a cidadania. Nesse sentido, os PCNEM (2002), em relação ao ensino de História no ensino médio, destaca como forma de consolidar um ensino para a cidadania e a valorização do trabalho coletivo, que pode desencadear junto aos jovens estudantes, a construção de vínculos de identidade.

Em outro ponto da sua narrativa, Karol comenta sobre as regras ou deveres delegados aos estudantes, em que destaca a importância de aprender sobre o porquê dessas regras, entendendo o seu sentido e sua relação com os direitos e a importância de assumir um compromisso consciente com estas questões. Saviani (2008), ao abordar escola e democracia, destaca a importância da participação dos alunos nas decisões que envolvem o funcionamento

da escola, sendo necessário que estes partilhem os objetivos de certas regras e, se possível, que participem da construção delas.

O lazer, as atividades culturais bem como a integração escola-comunidade, como campos para o aprender e para praticar a cidadania, também se fazem presentes nas palavras da aluna Karol. A esse respeito Freire (2004) entende que, para contribuir com a cidadania de seus alunos, a escola deve promover uma educação que ultrapasse os aspectos técnicos restritos ao ambiente escolar e possa, assim, se fazer também em relação ao mundo externo à escola, valorizando os aspectos culturais da comunidade na qual a escola está inserida.

Os relatos demonstram que em relação às contribuições dadas pela educação escolar, principalmente a partir do ensino de História, são importantes para que os estudantes tenham uma melhor compreensão sobre a cidadania e que a escola, ao longo da vida estudantil dos alunos, consegue desenvolver certos conhecimentos que caracterizam uma ideia de cidadania, que leva em conta conceitos sobre direitos e deveres, um dos temas abordados na pesquisa bibliográfica.

Aspectos relacionados às experiências coletivas, dentro do espaço escolar, solidariedade e protagonismo juvenil que remetem à ideia de identidade, estiveram presentes nos depoimentos. O falar dos participantes aponta para a valorização de uma autonomia individual conquistada a partir de sua vida escolar, como uma das características sobre o entendimento de cidadania e cidadão.

Os objetivos da educação básica, especificados na LDB/9.394/96, apontam para uma formação com características e objetivos específicos em cada uma de suas fases. No entanto, é destaque no ensino fundamental e médio a formação cidadã dos estudantes no sentido de promover uma capacitação para a vida em sociedade, levando em consideração o aprendizado sobre seus direitos e deveres. A vida em uma sociedade plural e as possibilidades da participação nos espaços democráticos encontram-se também presentes nas narrativas dos jovens estudantes em relação a esses objetivos.

3.3.2. Os direitos deveres e cidadania no ambiente escolar e no espaço local

Em relação aos direitos e deveres, conceito que parece ser a principal referência na definição de cidadania, os alunos demonstram ter um entendimento que, não só aborda as questões relacionadas com as garantias constitucionais de todos os cidadãos, mas também com aquelas que servem de orientação e organização da vida escolar, como as regras de

comportamento, os compromissos com as atividades desenvolvidas em sala de aula, horários pré-estabelecidos para se ausentar da sala de aula ou para utilizar o laboratório de informática.

A aluna Tamara, em sua contribuição sobre o tema, reconhece e concorda com a necessidade da existência de regras de convivência, avalia também as diferenças entre aquilo que entende ser os direitos e os deveres dentro do espaço escolar. Assuntos como direitos sociais, democracia, autoritarismo, representatividade e diversidade estão presentes na sua análise. A seguir, trecho da entrevista:

> Eu vejo que estudar em si é exercer um direito, e acredito que Escola é um lugar onde se aprende a exercer seus direitos e cumprir seus deveres, tem democracia nas aulas nós podemos falar colocar nossas opiniões, obter conhecimento é um direito dentro da Escola, participamos de coisas importantes a eleição da direção por exemplo, tem também o grêmio, ajudamos a organizar o dia a dia da escola, mas existe coisas que poderiam ser mais debatidas como as avaliações, alguns professores conversam mas outros não escutam os alunos, poderíamos discutir mais sobre as atividades, antes da parada começou a ter representante das turmas no conselho de classe eu achei isso importante. Na Escola eu acho que se cobra mais os deveres, como cuidar da Escola, zelar pelo nosso patrimônio, questões sobre comportamento na sala de aula, é claro os direitos também estão ai, mas mesmo na liberdade de expor a nossa opinião às vezes, tem professor ou alguém dentro da Escola que não deixa muito, não dá importância no que o aluno pensa, os deveres já são mais cobrados, mas aqui são adolescentes e crianças às vezes precisa de regras mesmo, tem que falar sobre o que pode fazer e o que não pode, atribuir responsabilidade. Acho que em alguns aspectos a Escola é autoritária na questão das notas por exemplo, muitos alunos não concordam com modelos de avaliações, como as notas são atribuídas, e mesmo quando notas definem o tipo de pessoa que você é, acho que notas muitas vezes não representam realmente o que você sabe, tipo temos que nos dar bem na Escola e pronto, mas existem muitas formas de aprender, muitos conhecimentos que não valem na avaliação da Escola, veja a questão do Enem e como se fosse a única chance da vida, tipo foi mal no Enem tá condenado, e tem a pandemia e ninguém quer saber, a gente teve que brigar muito para adiar a data, era óbvio que tinha que adiar mas.. Acho que poderia ser um pouco diferente tem que existir a cobrança eu sei, mas poderia também valorizar outros aspectos, e não só a nota 10. (Tamara, aluna do 3°B, entrevista concedida ao pesquisador)

Nas palavras de Tamara é possível perceber sua compreensão em relação à democracia e sua prática no espaço escolar, em que reconhece a existência dos direitos, principalmente a respeito de manifestações de opinião e de posicionamento, também em relação às escolhas diretivas da escola. Ela, porém, posiciona-se de forma crítica a aspectos que considera autoritários, como o modelo de avaliação e de certas cobranças.

A estudante questiona a própria atribuição de nota como parâmetro para o sucesso escolar e indaga sobre a valorização de determinados conhecimentos em relação a outros. Numa clara demonstração de possuir uma consciência crítica quando aborda os problemas existentes no espaço escolar ligados aos direitos e deveres e aos valores estabelecidos. Guimaraes (2012) destaca a importância do ensino de História para a formação de uma consciência crítica dos estudantes no tocante a capacidade de problematizar e questionar as

questões já estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, essa disciplina escolar parece ter contribuído de modo bem expressivo com o aprendizado da aluna.

Uma outra contribuição importante foi dada por Walter, aluno do 3°A, que destaca a diversidade presente no ambiente escolar e o aspecto de que, muitas vezes, a escola não está atenta e privilegia um padrão de comportamento e aprendizagem e desprestigia os demais. Destaca também a questão dos direitos diferenciados para pessoas que têm necessidades diferentes. Segue um fragmento da sua entrevista:

> [...] em uma sala de aula, tem lá trinta pessoas, elas não são iguais, não dá para fazer cidadãos iguais, vai que uma goste de pintura, ela pinta bem, mas não é tão bem em matemática, e eles vão explicar da mesma forma que explicam para a pessoa que é bom, que gosta de matemática, para essa pessoa que vai ter dificuldade, e aí o que acontece, vai sair como um burro porque não conseguiu acompanhar não tirou nota boa em tal matéria. A questão da escola eu acho isso, o ensino em si é meio falho, então a sociedade deveria ser moldada em várias linhas é não em uma só, só valoriza um aspecto um tipo de pessoa de comportamento. O padrão de melhor, quem é o melhor! Isso é o certo! Eu sei que tem muitos direitos, tipo para a pessoa deficiente, isso eu acho legal porque tenta ajudar a pessoa, sem querer vitimar a pessoa, mas ajudar a resolver um problema que ela tem. Acho bacana também a ideia de inclusão, deveríamos trabalhar mais a questão de inclusão [...] (Walter, 18 anos, Aluno do 3°B, entrevista concedida ao pesquisador)

Walter questiona os padrões do ensino realizado no ambiente escolar. Segundo ele, não existe um olhar diferenciado para as aptidões distintas e o resultado é o fracasso escolar de muitos alunos que não se encaixam no modelo tido como padrão. A ideia expressada pelo estudante, na sua entrevista, vai ao encontro do que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), no que se refere ao objetivo de promover e valorizar as múltiplas inteligências no espaço escolar.

Walter valoriza em sua representação, a inclusão e destaca a ideia de naturalizar a existência de necessidades diferentes de parte dos alunos que tenham alguma forma de deficiência e precisam de algum atendimento especial no cotidiano escolar. Assim, é possível observar algo bastante importante sobre o ensino de História, que é o que Campos (2012) considera necessário para a formação cidadã dos estudantes, que é suscitar e fomentar os sentimentos de empatia e solidariedade. Analisando o que diz o estudante sobre respeitar a diversidade, nos leva a crer que o ensino de História cumpriu um de seus objetivos.

As manifestações apresentadas nas entrevistas dos alunos Walter e Tamara caracterizam alguns elementos que estão situados na esfera da chamada cultura escolar, que na visão de Julia (2001), representa um modelo de comportamento e um conjunto específico de valores pertencentes ao ambiente escolar, que apesar de autônomo, traz também os valores

que são externos a ela, ou seja, o ambiente escolar pode ser considerado um microcosmo com códigos e valores que estão presentes na sociedade, o macrocosmo.

Essa cultura específica da escola estabelece um conjunto de regras e ações que servem como parâmetros de suas atividades, levadas a cabo pelas atividades desenvolvidas pelos profissionais que a compõem e que são convocados a corresponder às exigências das normas estabelecidas no contexto escolar, conforme explica Julia:

> Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, [...] mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossa sociedade, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédios de processos formais de escolarização. (JULIA, 2001, p. 10-11)

O autor, acima citado, destaca ainda que o modelo de escolarização formal geralmente adotado no cotidiano escolar, que ora é objeto de crítica de alguns alunos, é também parte da própria cultura escolar e está relacionado com os valores culturais da sociedade externa à escola, que de forma geral, acredita que o processo de construção de conhecimento necessariamente está relacionado a um modelo mecânico de escolarização.

O espaço escolar é o território de uma comunidade específica que, mesmo sendo fortemente influenciada pelo conjunto de padrões culturais que organizam e ditam o comportamento externo, elabora de forma espontânea sua própria cultura.

Na representação dos alunos que concederam as entrevistas, podemos destacar como forma de produzir uma cultura própria, o seu questionamento ao modelo tradicional de ensino e de avaliar o conhecimento, bem como os seus interesses por aspectos relacionados à realidade vivenciada, não somente no ambiente escolar, como na sociedade envolvente. Problemas relacionados à realização do ENEM durante a pandemia, bem como questões relativas à inclusão, altruísmo e solidariedade são identificados como aspectos que compõem o imaginário e as manifestações desses jovens estudantes.

Ao se posicionarem em relação às condições adversas existentes no espaço escolar, bem como na sociedade em geral, seja manifestando a necessidade de mudanças nas condições de convívio, nas estruturas de funcionamento das práticas de ensino, ou mesmo cobrando espaços de participação nas ações decisórias, de certa forma estão exercendo um modelo de cidadania concebida como um direito e, nesse sentido, identificam o direito a participar e serem reconhecidos como parte da comunidade escolar e da própria sociedade.

Nos relatos feitos pelos jovens estudantes da escola Manuel Bandeira, outro tema em destaque foi o aprendizado em relação à História local ou regional, que em sua visão, é deficitária por não conseguir contemplar os anseios de aprendizado. Destacam questões referentes ao processo de ocupação do município e também do estado, bem como do cotidiano local, dos conflitos e dos processos políticos que envolveram e envolvem a população.

Ao destacar, nas entrevistas, a importância de ampliar os estudos históricos relacionados ao lugar onde vivenciam suas experiências de vida, os estudantes procuram também associar os acontecimentos locais com o contexto nacional ou mesmo global e, dessa maneira, identificam uma relação entre o que aconteceu e o que acontece historicamente nas suas localidades com os processos históricos mais amplos.

Bittencourt (2009) destaca que o estudo da História do lugar não deve se limitar a aspectos referentes a um passado ou presente de uma localidade de forma isolada, mas sim, contextualizar os seus acontecimentos específicos com os aspectos e acontecimentos externos e que são contemporâneos a eles. Nesse sentido, diz o seguinte:

> Não se trata, portanto, ao proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros "lugares". (BITTENCOURT, 2009, p. 172)

Os acontecimentos culturais, políticos e sociais ocorridos no passado e os que fazem parte do tempo presente de um determinado lugar, ligam-se a um campo mais amplo e relacionam-se com as práticas culturais do cotidiano, estando presente nas representações culturais dos sujeitos históricos, fazendo-se, assim, objetos de estudos do campo da História cultural, conforme observa Chartier:

> As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural [...]. (CHARTIER, 1990, p. 27)

Ao realizar a pesquisa com alunos da escola Manuel Bandeira, foi possível perceber a relação entre as representações que configuram a maneira de manifestar o pensamento, e os aspectos referentes à vida cotidiana demarcada pelos acontecimentos históricos dos alunos, sejam referentes à comunidade à qual pertencem, sejam referentes ao espaço escolar.

Um outro aspecto destacado no campo da História cultural é a valorização das manifestações simbólicas de grupos sociais, devido ao seu poder de representação em relação às práticas culturais.

Segundo Peter Burke, “O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito com a preocupação com o simbólico, e suas representações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana” (BURKE, 2005, p.10). Nessa perspectiva, os valores presentes nas ações e nas palavras tornam-se fundamentais na tentativa de desenvolver uma narrativa sobre as práticas culturais das pessoas de um determinado grupo social.

Para Guimarães (2012), o conhecimento sobre a História local pode contribuir de forma significativa para o exercício de uma cidadania crítica por parte dos moradores de um determinado lugar. A autora destaca que:

> Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, a meu ver, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no meio em vivem como cidadãos críticos. (GUIMARÃES, 2012, p. 240)

A História local teria, assim, a capacidade de organizar os sujeitos históricos em torno de uma identidade que fomentaria suas ações, no sentido de participarem dos processos sociais, pois se reconheceriam como parte do ambiente e o compreenderiam de forma mais ampla.

Na sequência, são apresentados os relatos dos estudantes Jairo e Karol. Ambos demonstram a importância dada aos assuntos pertinentes à História local e também a compreensão dos alunos de que esses assuntos são pouco abordados ou são tratados de forma geral nas aulas de História.

Jairo e Karol, ao enfatizarem a importância de conhecerem os fatos e acontecimentos históricos específicos da localidade em que vivem, parecem também se incluírem como parte dessa realidade e demonstram uma condição de pertencimento a uma identidade relacionada ao local. Os alunos, nesse sentido, apresentam uma das premissas em relação ao ensino de História e a formação para a cidadania contida no Referencial Curricular de Rondônia (2013), que é o aprendizado sobre a História local visando a construção de identidades.

Em suas palavras:

Acho que falta muita coisa em relação a História da gente, também tivemos conflitos aqui, tem História aqui em Colorado, mas aprendemos a valorizar às vezes os acontecimentos de outros lugares,

que são importantes, mas acho que deveríamos aprender mais sobre nosso lugar, e sobre nós, talvez aqui ou mesmo em Rondônia não se tenha grandes nomes, mas existiram e existe pessoas que foram importantes para a região, e lutaram por direitos, nós mesmos enquanto estudantes temos uma História aqui nesta Escola, nesta cidade. Fizemos manifestação contra a PEC 37 juntamente com alguns professores, mas a iniciativa foi nossa, queríamos ocupar a Escola, não conseguimos, mas paralisamos as atividades escolares e conseguimos que fosse realizado debates sobre o tema, agora recentemente mesmo que pela internet conseguimos discutir e fazer uma mobilização para remarcar o ENEM, nós estamos dentro do processo, fazemos parte. Nós que moramos em uma cidade pequena muita das vezes não conhecemos muito da realidade das coisas, como tudo acontece, como aconteceu, acho que o ensino de História na Escola deveria abordar mais a nossa realidade, as questões política e principalmente as questões sociais, mostrar que não vivemos em um "mar de rosas", às vezes vemos isso na Pastoral da Juventude, nos estudos da campanha da fraternidade. Talvez fosse possível a gente organizar melhor as coisas, tornar as coisas melhores a partir de estudar mais a nossa História aqui. (Jairo, aluno do 3° A, entrevista concedida ao pesquisador)

Nas palavras de Jairo, o estudo de História não contempla de forma plena o estudo dos acontecimentos locais. Ele demonstra um grande interesse nos acontecimentos da região, que de certa forma, envolvem a própria cultua da população. Tal posicionamento demonstra o desenvolvimento de uma certa sensibilidade no que tange às questões referentes a sua localidade, ao seu meio social, político e cultural, ou seja, apresenta a necessidade de compreender seu entorno. Para Bittencourt (2009), o ensino da História local é fundamental para um aprendizado do presente fortemente marcado pelo passado.

Jairo relata a participação dos estudantes em movimentos que protestaram contra a PEC 37, em 2016 e também, em 2020, com o objetivo o adiamento do ENEM, devido à crise sanitária causada pela pandemia causada pelo Corona Vírus – COVID-19. Ele consegue demonstrar uma grande vontade de conhecer melhor e de participar de assuntos nacionais que tratam de problemas sociais e embates políticos. Esses aspectos da entrevista apontam para o aprendizado de uma cidadania social e política que se relaciona com o ensino de História. E assim, a partir do que diz o jovem estudante, lembramos o que diz Bittencourt (1998) sobre o currículo de História no ensino médio quanto a promover o aprendizado de uma cidadania social e política abarcando conceitos de justiça social, igualdade legal, reivindicação e conquistas. Uma vez mais, podemos identificar, a partir da representação de Jairo, que o ensino de História contribuiu para tal aprendizado.

Karol, por sua vez, também destaca a insuficiência e as limitações do ensino sobre a história local, destacando a História do município. Neste ponto se faz importante mencionar que essa percepção, manifestada tanto por Karol como por Jairo, não é algo ingênuo, fruto do acaso e, sim, marcas do ensino escolar e, em especial, podemos destacar o ensino de História, que tem por objetivo suscitar através de sua prática tais inquietações. Abaixo, as palavras da aluna:

Gostaria de estudar mais sobre a História de Colorado, acho que falta isso, temos a disciplina de História de Rondônia, mas acho muito geral, tem muita coisa pequena que não aparece, por exemplo Corumbiara, o massacre quase ninguém fala parece que não ocorreu, o senhor trabalhou com esse tema, o livro foi legal, também o documentário, mas na História não vimos nada, fico pensando quem eram essa gente que foi morta, o que levou eles a entrarem lá na fazenda, e os índios que habitavam essas terras o que aconteceu com eles, tem alguns locais na zona rural que se encontra muitos utensílios de cerâmica, será quem produziu, quem era essa gente, sim falta muita coisa dessa região pra ser contado na Escola, tem muita coisa aí. (Karol, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

Karol identifica a falta, as lacunas existentes nas disciplinas que se relacionam com o ensino de História local e regional. Destacam-se em suas palavras acontecimentos marcantes que permeiam a memória da população, como o chamado "massacre de Corumbiara[18]", a relação com as populações indígenas, no passado e no presente, marcada por violência física, por imposições culturais e por desconstrução identitária.

As questões levantadas pela aluna Karol apontam para uma forma de compreensão de cidadania, que reconhece a si e ao outro, como pessoa de direito e de garantias que preservem a vida e garanta bem-estar social. Suas indagações, a respeito da História local, configuram uma preocupação com a condição de não cidadania, vivenciadas pelos sem-terra, no caso Corumbiara, e pelos indígenas ao longo da História de Rondônia.

Podemos perceber também através dos relatos, a preocupação dos alunos com assuntos relacionados à política, tanto no aspecto local quanto no global e, que por meio das aulas de História, esses jovens interagem tanto no interior da escola, como nas atividades sociais a qual participam na sociedade, caracterizando o que Costa e Rodrigues (2020) consideram ser um dos aspectos da função social da escola. Para os autores:

> [...] a função da escola toma outra dimensão para além do processo de alfabetização. Ela deve constituir-se em espaço de força e produção do conhecimento, que possa criar condições para que os indivíduos saiam da inércia, despertados pela sua própria cultura, e possam ser sujeitos históricos na sociedade e, assim contribuir na transformação necessária que o contexto exige. (COSTA; RODRIGUES, 2020, p. 193)

[18] O Massacre de Corumbiara trata da questão da luta pela terra no Brasil e aborda o massacre que aconteceu em agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, Rondônia. Naquele dia, os camponeses que estavam no acampamento da fazenda Santa Elina, desde o dia 14/07/1995, foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados sumariamente e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. (MESQUITA, 2003, p. 33)

A (escola) e aqui pode-se falar que através do (ensino de História) promove uma formação que busca capacitar os estudantes para participar das questões que envolvem a sua comunidade no trato da política, das lutas sociais em favor de direitos e, assim, promover conquistas para si e para os demais que fazem parte do seu meio.

Temas geralmente abordados nos conteúdos de ensino de História, como a questão indígena, a luta por terra, comunidades originárias, desigualdades sociais, dentre outros, estão presentes nos relatos feitos por Karol e Jairo, que também demostram dar muita importância para esses conhecimentos e entender que no espaço local tais fatos foram e são realidades.

Sobre o ensino de História, Lorena, por sua vez, em um momento de sua entrevista, disse o seguinte:

> Todas as disciplinas ajudam a nós alunos a compreender melhor, as aulas de História também, são muito importantes para que possamos ser cidadãos melhores, e nos ajudam a formar opinião sobre as coisas que acontecem dentro da sociedade [...] acho que a História e as aulas ajudam a compreender coisas sobre a origem da cidade, dos costumes, de como todos vieram parar aqui, dos índios que viviam aqui e dos problemas enfrentados pelos antepassados que contribuíram para o nosso desenvolvimento. (Lorena, aluna do 3° A, entrevista concedida ao pesquisador)

A estudante Lorena destaca o aprendizado proporcionado pelo estudo de História na escola, como forma de ser um cidadão melhor, no sentido de ter uma melhor compreensão dos acontecimentos sociais e também como possibilidade de se posicionar a respeito desses, ou seja, se manifestar, participar, protagonizar ações dentro do contexto social. Tanto os PCNs (1998) para o ensino de História quanto o Referencial Curricular de Rondônia (2013), no que se refere aos objetivos do ensino de História, destacam o objetivo de formar cidadãos participativos nas demandas sociais.

A respeito do papel do ensino de História destacado pela aluna, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) afirma que: “A História, quando se torna matéria escolar, explicita esse papel de formadora de sujeito, construtora de formas de ver, de sentir, de pensar, de valorar, de se posicionar no mundo” (ALBUQUERQUE Jr, 2012, p. 31). Nesse sentido, as declarações da aluna demonstram o valor dessa disciplina para formação de sua cidadania, que se pauta na capacidade de refletir sobre a historicidade dos fatos que compõem o presente e de se posicionar.

As realidades locais bem como fatos relacionados à memória, tanto em relação ao sujeito como também à memória coletiva, referentes aos acontecimentos de uma localidade, são de muita importância no processo de aprendizado histórico, pois dão a esse uma dimensão

mais ampla e possibilitam aos jovens estudantes se perceberem como parte da própria História.

Em relação à História do município de Colorado do Oeste e do Brasil, Nunes e Custódio destacam que:

> Os jovens estudantes do ensino fundamental do presente, na cidade de Colorado do Oeste, de certa forma têm ligações com as questões agrárias, com a luta por uma área de terra, com a sua concentração e com a negação do seu valor social por parte do poder econômico e político, tão presente na História do Brasil, pois indiretamente vivenciaram o processo de migração, tendo em vista que seus pais ou avós fizeram parte de algum fluxo migratório em busca de terras e melhores condições de vida. (NUNES; CUSTÓDIO, 2021, p. 183)

O aprendizado de História com mais significância na visão desses alunos, está assim relacionado aos acontecimentos que dizem respeito às suas experiências de vida, que se relacionam com as memórias compartilhadas com os pais, avós e ou outros parentes e, ainda, com as experiências do cotidiano, sobre o qual o passado ainda incide diretamente com suas marcas.

3.3.3. Ensino e aprendizado de História na escola como caminho para a cidadania

Segundo Fonseca (2006), a adoção da História como disciplina escolar no Brasil, remonta ao século XIX e, desde então, tem percorrido um caminho marcado por uma diversidade de concepções sobre História e tendências historiográficas, que perpassam por momentos históricos distintos do País.

A Educação no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a ser orientada por concepções democráticas e, desse modo, também as diretrizes legais, que advém do texto constitucional, orientam a organização curricular e dimensionam o papel das diversas disciplinas escolares, tendo como base estes valores.

O ensino de História na educação básica, segundo Guimarães (2012), traz como um de seus objetivos contribuir para a formação de cidadãos, a partir de uma visão sobre cidadania que tem como ponto de partida os direitos garantidos no texto constitucional, bem como capacitar os estudantes para a vida em uma sociedade democrática e ainda ter uma competência de análise dos acontecimentos históricos para entender a realidade vivenciada.

Guimarães destaca que:

> Educar o cidadão, preparar o aluno para a vida democrática, permitir que os alunos

> possam progressivamente conhecer a realidade, o processo da História e o papel de cada um como cidadão no mundo contemporâneo. [...] No Brasil, essas intencionalidades estão explicitas e implícitas nas diretrizes legais, nos textos didáticos e paradidáticos para o ensino de História. (GUIMARÃES, 2012, p.143)

A autora entende também que as intenções do ensino de História nas escolas de educação básica, com relação à formação do cidadão, se fazem presentes não somente nos documentos que orientam o ensino, mas também nas produções textuais destinadas ao trabalho didático do professor de História, como também são identificados nas narrativas dos estudantes sobre o tema e a cidadania.

O ensino de História, com a perspectiva de formar para o exercício da cidadania, leva em conta a necessidade de provocar no estudante da educação básica um despertar de sua criticidade para questões que envolvem o viver social nos seus aspectos históricos, políticos e culturais, como destaca Guimarães (2012), quando comenta sobre a posição do professor de História.

> Nós, professores de História, sabemos que o desenvolvimento do aluno, como sujeito social, com capacidade de análise e intervenção crítica, pressupõem a compreensão da história política do país, dos embates, projetos, problemas e dificuldades nas relações entre Estado e sociedade, na construção da cidadania, da democracia. (GUIMARÃES, 2012, p. 144)

A cidadania apresentada na visão da autora, relaciona-se ao aprendizado proporcionado pela disciplina História que possibilita um olhar criterioso por parte dos estudantes, sobre as relações de poder, bem como a capacidade de historicizar os fatos, os acontecimentos e as instituições que compõem o conjunto da sociedade.

Bittencourt (1990), ao realizar um importante trabalho de pesquisa sobre o ensino de História nas Escolas paulistas, no início do século XX, aponta que nas primeiras décadas da República, as experiências educacionais vivenciadas em escolas oficiais tinham como objetivo a formação de cidadãos imbuídos de valores representativos dos grupos dominantes e das relações de poder estabelecidos, utilizando-se, assim, do ensino de História como ferramenta para atingir esses objetivos. A autora destaca que:

> [...] os grupos mais conservadores que se utilizavam do passado para justificar o sistema de dominação estabelecido, recuperando e perpetuando apenas os feitos das "elites" e emitindo estrategicamente qualquer outro agente histórico nas construções da memória por eles denominadas de "nacional". (BITTENCOURT, 1990, p. 196-197)

A autora demostra que o conhecimento histórico se configura como um poder que tem a capacidade de manipular concepções em relação ao presente, através do domínio de narrativas sobre o passado, estabelecendo, assim, um relativo controle a respeito da construção de memórias individuais e coletivas de uma dada população.

Pensar a educação como política pública e, em especial, a História como disciplina escolar, tendo em vista a formação cidadã, leva-nos a problematizar a questão do momento histórico e político, além de compreender as relações econômicas e de poder, na qual se encontra determinada sociedade, pois a ideia de cidadania e cidadão são afetadas por tais questões.

A cidadania, como pressuposto formativo na educação básica brasileira decorrente do processo de redemocratização do País e, portanto, orientada e regulamentada pela Constituição Federal de 1988, caracteriza-se pelo viés democrático, que envolve as garantias de direitos civis, políticos e sociais a todos os cidadãos, além de fomentar a participação da sociedade civil nas esferas de poder. Destaca, ainda, a valorização e respeito às diversidades étnicas e culturais que fazem parte da população brasileira.

O ensino de História, realizado nas escolas, tendo como premissa a formação de cidadãos aptos a exercer sua cidadania na sociedade e em relação ao Estado, no contexto democrático e participativo, tem o papel de promover o processo de formação de uma determinada consciência nos estudantes, caracterizada como histórica e cidadã, possibilitando a esses problematizar sua realidade nos diversos aspectos que a compõe.

Os estudantes Katia, Jairo, Maia e Karol, nos relatos dados nas entrevistas, destacam a importância do ensino e aprendizado de História na escola para o exercício da cidadania. Temas relacionados aos diretos e deveres das pessoas, como a diversidade, a solidariedade, a participação política, as reivindicações sociais, o combate ao preconceito, ao machismo, a valorização da cultura e da História local são abordados pelos estudantes, sinalizando assim, de forma positiva, a contribuição do ensino de História para a sua formação cidadã.

Segue trecho da entrevista da estudante Katia:

> Estudar História na Escola nos ajuda muito a compreender o papel do cidadão, vejo que as questões da diversidade de populações e de Histórias diferentes existiram, e isso contribui para que possamos aprender a respeitar mais as nossas diferenças, e aprender sobre o direito que todos têm, aí se eu luto pelos meus direitos também estou lutando pelo direito do outro, até em relação ao *bullying*, o racismo, ou o machismo, a gente aprende que é errado fazer e que tem leis que proíbem esses casos, aqui na Escola a gente comenta muito sobre isso em especial na disciplina de História. (Katia, aluna do 3°A, entrevista concedida ao pesquisador)

Katia, ao destacar a importância de estudar História na escola, aponta as contribuições desses estudos para vislumbrar qual seria o dever do cidadão em relação à vida em sociedade. Ressalta o aprendizado sobre diversidade de culturas e de costumes e destaca a necessidade de posições críticas em relação a diversos acontecimentos que envolvem as pessoas de uma mesma comunidade. Nesse sentido, sua compreensão sobre cidadania relaciona-se com o respeito às diferenças e ao posicionamento, participando dos embates a esse respeito.

A partir dos relatos de Katia sobre o ensino e aprendizado de História, podemos perceber o destaque dado pela estudante a aspectos que caracterizam uma cidadania pautada no respeito às diferenças, na identificação de pertencimento e nas reivindicações de direitos, notabilizados como uma formação crítica e política, o que é uma das finalidades do ensino de História, no contexto do Brasil redemocratizado - uma formação cidadã dos estudantes a partir da constituição de identidades (BITTENCOURT, 2009).

Os aspectos acima citados sobre a contribuição do estudo da disciplina História na escola, também são citados no relato do estudante Jairo, que destacou como importante a compreensão histórica das sociedades humanas e o processo de construção das atuais realidades sociais, que em sua visão, é fruto de mobilização e de diversas lutas sociais.

Jairo demonstra profunda sensibilidade quando fala sobre o ensino de História e sobre cidadania:

> Eu acredito que estudar e aprender sobre História na Escola me ajuda em relação a cidadania e ser um cidadão porque permite compreender muito sobre o passado do ser humano, principalmente da vida social, como as coisas se transformam. Aprender sobre os erros e os acertos contribui para nossa postura enquanto pessoa do presente. Sobre a questão da cidadania, percebemos como estes direitos que fazem parte dela, foram conquistados às duras penas no Brasil, por exemplo, mesmo o direito de votar ou de poder falar o que a gente pensa, até mesmo dentro da Escola, aqui no Manuel Bandeira nos dias de hoje, nós participamos da escolha da direção, tudo isso são conquistas e não podemos esquecer, a História ajuda a não esquecer. Quando vemos os acontecimentos da revolução francesa, por exemplo, muita coisa sobre os direitos humanos e que hoje são tão atacados. A História ajuda a compreender o quanto muita gente lutou para conquistar os direitos coletivos ou individuais que existe nas sociedades de hoje, inclusive a própria democracia, então ela nos ajuda a ser cidadão sim. (Jairo, aluno 3°A, entrevista concedida ao pesquisador)

Destaca-se aqui também, uma forte relação entre a concepção de cidadania do estudante e a contribuição dada pela disciplina de História, no que se refere a um conhecimento político que permite a reivindicação de direitos, seja no espaço escolar ou fora dele. O relato também torna visível as marcas deixadas pelo ensino de História ao longo de sua vida escolar, colaborando em sua condição de cidadão que participa, que questiona, que reivindica melhores condições para si e para os outros, no âmbito da escola e da sociedade.

O aprendizado dos fatos e acontecimentos históricos, na visão do estudante, servem para possibilitar uma análise historicizada do presente e, assim, leva a um reconhecimento das muitas mobilizações e lutas de grupos marginalizados e de minorias dentro da sociedade, na construção dos direitos que fazem parte de sua ideia de cidadania, caracterizando nesses aspectos, uma forte conotação política em relação ao meio social.

Ao abordar o ensino de História nas propostas curriculares elaboradas a partir da LDB/ 9.394/96, Bittencourt (2009), em relação à formação para cidadania, destaca como um dos objetivos da História como disciplina escolar, a necessidade da formação política, que por sua natureza, torna-se necessário ser associada a uma formação intelectual no campo da História. A esse respeito a autora diz o seguinte:

> Assim, a finalidade de uma formação política atribuída ao ensino de História está articulada a outra significativa finalidade: a formação intelectual. [...] o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre o presente-passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre as diversidades de acontecimentos no presente e no passado. (BITTENCOURT, 2009, p. 122)

A capacidade de pensar de forma histórica, estabelecendo relações entre acontecimentos do passado e do presente, sejam de diferenças ou de semelhanças, apontadas pela autora como uma capacidade intelectual adquiridas pelos alunos, nas suas aprendizagens no estudo da História que é necessária para o exercício de uma cidadania, principalmente em relação aos aspectos políticos, encontra-se presente no imaginário social dos alunos participantes da entrevista. Tal conclusão é possível ao perceber que nas diversas narrativas feitas pelos estudantes, existe a relação entre as conquistas vivenciadas no presente e as reivindicações feitas no passado.

O ensino de História e sua contribuição à formação cidadã dos estudantes na educação básica, segundo Bittencourt (1998), tem por objetivo também capacitar os estudantes em relação à temporalidade dos acontecimentos e da necessidade da ação política na conquista de direitos frente às instâncias de poder, destacando que:

> [...] temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que a cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituídos, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões. (BITTENCOURT, 1998, p.20)

Em relação ao entendimento sobre cidadania relacionada ao exercício de direitos, à importância do protagonismo dos cidadãos na reivindicação e consolidação desses direitos e também sobre a contribuição do estudo de História nesse processo, segue a narrativa da estudante Maia, que também destaca o papel embrionário desempenhado pelo ensino dessa disciplina nas suas noções de sociabilidade aprendidas nas séries iniciais da educação básica. Segundo suas palavras:

> Acho que ajuda muito estudar História para nossa compreensão sobre cidadania, bem lá no início, no 4° ou 5° ano quando ouvi falar na palavra cidadania foi em aulas de História, sobre respeitar as leis, cuidar do meio ambiente coisas assim. Hoje, claro, tem um outro sentido falar de cidadania, falamos de direitos civis ao longo das conquistas históricas, direitos sociais que não são esmolas como muitos pensam, mas são reconhecimento da necessidade de garantir condições mínimas para todos dentro da sociedade, como moradia, educação, saúde, alimento e outras coisas. Uns precisam mais, outros menos, mas tem que existir, eu acho inclusive que saúde e educação deviam ser públicas, igual para todos, acho que assim elas iriam ficar muito melhor. Estudar os acontecimentos históricos, as sociedades, permite comparar como era, como é, como mudou. Mostra para a gente a importância das reivindicações, e das pessoas se organizarem, liderarem, protestarem para melhorar alguma coisa. Porque eu acho que a cidadania vem daí, tem que compreender dentro da História, tipo não é um papel que se assina e fica definido. Tipo na abolição, foi a princesa que assinou e pronto, claro que não, o mais importante está por trás, os próprios escravos contribuíram mais para isso, os quilombos são prova disto. Hoje sei que temos o direito na lei de estudar também a História negra no Brasil, mas vejo isso muito fraco ainda, nos livros ainda vale mais a ideia da princesa Isabel, no caso por exemplo da abolição, do que dos grupos negros ou mesmo de Palmares que é mais falado, não é pela questão de eu ser negra, acho que mesmo os professores não têm tanto conhecimento, às vezes, os livros não falam muito né, nas suas aulas de Sociologia nós vimos muito sobre o racismo, muita coisa boa. (Maia, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

Costa e Rodrigues (2020) destacam que “ler o mundo diz respeito ao olhar atento e curioso, mas acima de tudo questionador e crítico da realidade social em que se insere. ” (COSTA; RODRIGUES, 2020, p. 187) E sob tal perspectiva a estudante Maia em seu relato apresenta uma significativa valorização dos conhecimentos adquiridos a partir do ensino de História, em relação à capacidade de questionar os fatos de forma crítica buscando associá-los às relações hegemônicas de poder e das disputas políticas inerentes à vida em sociedade. Destaca seu aprendizado em tempos diferentes e rememora o percurso escolar desde o ensino fundamental. Assim, demonstra aspectos importantes da contribuição dessa disciplina para sua visão de mundo e suas práticas de cidadania.

A jovem estudante demostra em suas palavras aspectos relativos à ideia de uma identidade juvenil, que na visão de Mello e Silva (2008), tem ligação com o pertencimento a um determinado grupo social, que também promove o aprendizado, no campo da cultura e dos valores. Ao abordar temas de relevância social como o racismo e relacioná-lo com a escravidão perpetuada no país por mais de 03 séculos e problematizar questões vivenciadas

pela população negra na sociedade do tempo presente, Maia demostra que o ensino de História cumpre um papel importante na formação cidadã dos estudantes, indo ao encontro à ideia de Bittencourt (1988) de que o ensino de História deve possibilitar a atuação dos jovens no presente, de forma a reivindicar melhores condições de vida, através de conquista de direitos, que é um importante instrumento para a conquista da cidadania.

Os aspectos apresentados nas narrativas dos jovens estudantes que foram entrevistados, apontam para uma visão sobre cidadania aprendida nas aulas de História que valoriza o protagonismo dos cidadãos na conquista de seus direitos e dá a ver os aprendizados em relação à História dos acontecimentos e o papel dos sujeitos históricos, bem como da condição social por eles vivenciadas. Tal condição social, marcada por relações desiguais no âmbito do poder e da economia, parece fazer com que desperte nos jovens estudantes um sentimento de identificação com grupos sociais subalternos e com suas lutas e bandeiras que se configuram, em alguma medida, como luta por cidadania.

No excerto[19] seguinte, extraído da narrativa da estudante Karol, estão presentes argumentos já destacados anteriormente em relação à cidadania e ao ensino de História, como a participação política e o protagonismo dos cidadãos na luta por direitos. É possível identificar também, que em sua narrativa está presente a ideia de um ensino de História que possibilite uma reflexão sobre o passado e o presente e desenvolva uma compreensão crítica sobre a realidade vivenciada, colaborando para os questionamentos necessários à participação ativa dentro dos canais existentes na sociedade civil e destinados para tais, que segundo Guimarães (2016), são elementos que devem ser fomentados nos estudantes, a partir da História ensinada, com o objetivo de proporcionar práticas cidadãs. Segue trechos de sua entrevista:

> Estudar História, posso dizer que ajudou também a conhecer mais sobre a cidadania e ser um cidadão, vejo assim conseguimos acompanhar as mudanças nas sociedades, e isso mostra como os direitos e até mesmo os deveres são conquistado, coisas que hoje as pessoas possuem como direitos ocorreram porque em algum momento outros lutaram para conquistar, e mesmo alguns deveres que estão na lei foram necessários para organizar de forma melhor, ou seja a História mostra que nem sempre foi assim. E também alguns temas da cidadania, como respeito a diversidade, cuidar do meio ambiente, eleições, muita coisa a gente estuda nas aulas de História. Eu vejo isso de forma positiva é muito importante para compreendermos melhor. Nós estudamos História do Brasil, mas ainda é pouco, ficamos sem compreender algumas coisas, eu acho que deveríamos estudar mais sobre isso. Por

[19] Mesmo que esse excerto tenha ficado extenso, optou-se por manter o raciocínio da aluna na sua íntegra, pois em minha leitura como Professor de História da educação básica, a sua exposição conseguiu sintetizar aspectos importantes em relação aos objetivos da pesquisa, no que diz respeito à escolarização, ao ensino de História e as aprendizagens que corroboram para a formação do cidadão em uma perspectiva de compreensão histórica que o mobilize à participação efetiva em seu meio social, político e cultural.

exemplo, a História da escravidão a gente vê muita coisa, mas falta uma abordagem sobre a vida, o jeito de viver, coisas do dia a dia, é muito assim, começou a escravidão era assim e acabou. Deveria valorizar mais a vida dos negros e mesmo depois que acabou, como foi a vida deles, como o Brasil se tornou assim, aqui nós somos maioria, a História do Brasil tem que ser a nossa também. Eu acho que nosso país é muito racista, claro que eles negam, mas é sim, nós discutimos sobre isso muito ano passado, quando o senhor falou do racismo estrutural, eu não sabia que tinha esse nome, mas é bem real, ou seja, não é só na postura, nos comentários é também nas ocupações.

Eu mesmo nunca sofri racismo de forma direta, eu sou negra, mas as pessoas falam, não você não é negra, você é morena, isso já é racismo, mas eles não falam diretamente, eles, é, por exemplo alguém não te escolhe para alguma coisa e você vê, você percebe que é por causa do racismo, moreno quase negro, existe sim essas coisas, eles preferem gente branca, eu aprendi muito sobre isso aqui na Escola. Aqui dentro da Escola, os professores trabalham muito com esses temas, a questão da intolerância, racismo, homofobia, tem um certo controle sobre isso, mas mesmo assim acontece, muitas vezes de forma bem camuflada mas acontece sim, mesmo o bullying é carregado desses preconceitos, destas intolerâncias. Triste isso, pelo Brasil ser tão miscigenado, ter uma cultura tão diversificada não deveria ser assim, ter tantos casos de racismo, ser tão intolerante. Sobre a questão do machismo igualmente eu acho sim que o Brasil representa bem isso, grande exemplo hoje é do caso da mulher (Mariana Ferrer) um absurdo ali sintetizou o pensamento de que a mulher é que provoca e merece aquilo, até o Presidente do Brasil hoje, lá atrás, ele não era ainda, sobre merecer ou não ser estuprada com uma mulher, algo assim. Eu acho isso um absurdo no caso da Mariana virou um estupro culposo né que coisa. Homem branco, rico, vai ficar impune, aí acho que volta também a questão do dinheiro, isso não é bom pois o povo deixa de acreditar na justiça. Neste contexto eu vejo que o Brasil, no caso do machismo, ele é muito, você vê, que por mais que as mulheres têm lutado pelo espaço delas, e tem conquistado muita coisa, ainda falta muita coisa, ainda é muito difícil, ainda tem muita violência, feminicidio, é muito, muito mesmo. Tem muito a ver com a cultura, com a educação com o ambiente familiar, vejo que esse comportamento é ensinado, um menino é educado de forma bem diferente da menina, valores diferentes, aprende a ver como normal certos comportamentos. (Karol, aluna do 3° B, entrevista concedida ao pesquisador)

Karol, jovem estudante do 3° ano B da escola Manuel Bandeira, valoriza em sua narrativa o estudo da História do Brasil, que em sua avaliação é insuficiente para ensinar a compreender de forma mais abrangente a realidade social vivenciada por determinadas populações, como por exemplo, os povos africanos escravizados e o processo de abolição, demostrando em suas palavras diversos questionamentos em relação às narrativas simplórias sobre os acontecimentos.

Karol demonstra preocupação e indignação com a sua falta de identificação com a História oficial, muitas vezes contida nos manuais didáticos, que em sua visão não contemplam as diversidades presentes na população brasileira, tornando-se, dessa forma, representantes e afirmadoras de determinados grupos hegemônicos. Karol parece apontar em sua narrativa, para elementos que vão ao encontro da crítica feita por Macedo e Maestri (2004), em relação a produção hegemônica de memórias históricas. Segundo os autores:

> Ao recordar acontecimentos do passado, especialmente que envolvem grupos antagônicos, os elaboradores da memória interpretam e conferem significados para a matéria histórica segundo a perspectiva dos grupos sociais, dos setores culturais, das

> classes etc. que representam. (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 149 -150)

Os autores demonstram preocupação com o aprendizado histórico realizado no ambiente escolar, que pode reforçar as relações de dominação e de hegemonia existentes naquele espaço social. Sob este aspecto, Nunes e Custódio (2021) afirmam que: “A disciplina de História na escola se trabalhada sobre um outro viés, de uma maneira mais ampliada dos acontecimentos históricos tem a capacidade de desconstruir ideias já cristalizadas e apontar um novo horizonte. ” (NUNES; CUSTÓDIO, 2021, p.184), nesse sentido, o ensino de História pode colaborar na promoção de um aprendizado que permita aos estudantes uma criticidade na análise dos fatos históricos, como tem demonstrado as narrativas feitas por eles no decorrer das entrevistas.

A estudante Karol, ao problematizar os conteúdos, que por muitas vezes são apresentados como material de estudo de História no ambiente escolar, parece apontar para a necessidade de buscar o direito à História como forma de exercer sua cidadania. Destaca sua preocupação com aspectos referentes à História do Brasil, que no seu entender, não oferece em geral uma boa compreensão dos acontecimentos. Cita como exemplo o período escravagista, que segundo ela, o material utilizado nas aulas não menciona o cotidiano do povo negro escravizado, as suas lutas e seu protagonismo em relação ao fim da escravidão no país. Na sua análise sobre o ensino e o aprendizado de História em relação à escravidão, a jovem estudante relaciona fatos do presente, como o racismo e o preconceito, em geral vivenciado no ambiente escolar e na sociedade como um todo, e demostra a sua capacidade de relacionar acontecimentos do passado e do presente.

É possível também, observar no relato da jovem Karol, um entendimento em relação à cidadania, ou a condição de cidadão, que se relaciona com conquistas sociais e garantias de direitos individuais e coletivos. Ela valoriza o aprendizado proporcionado pelo ensino de História, pois em seu entendimento, tal aprendizado permite uma compreensão sobre os acontecimentos do passado e sua relação com o presente vivido e também por abordar temas tidos por ela como importantes em relação à sociedade atual. Em relação à sua compreensão da realidade vivida e de seu posicionamento frente aos acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos, encontramos elementos pertencentes ao conceito de consciência histórica, elaborado por Cerri (2011), no sentido de uma capacidade de historicizar o presente e de consciência cidadã, de Audigier (2016), em relação à ideia de coletividade, de identidade cultural e de participação política.

A entrevista da aluna Karol demonstra, também, a existência de uma forte conotação política na sua concepção de cidadania e, de certa forma, é possível estabelecer tal relação em todas as entrevistas analisadas, apontando assim, para o entendimento afirmado por Bittencourt (2009) de que o ensino de História na educação básica, quando relacionado à formação cidadã, vincula-se a um entendimento político. A partir das narrativas dos estudantes que participaram da pesquisa em relação à cidadania, sua relação com a escola e com o ensino de História, percebemos elementos que apontam para a valorização, por parte deles, de uma educação social, que em algum sentido possa promover uma condição de protagonismo, de reconhecimento histórico de suas práticas culturais.

Outro aspecto muito importante da compreensão sobre cidadania presente nos relatos desses jovens, diz respeito ao caráter solidário manifestado. Em geral, os alunos falam de cidadania em uma perspectiva coletiva, pensando as conquistas sociais e os direitos diversos para o coletivo, seja no que se refere à comunidade escolar ou à sociedade em geral, demostrando o entendimento de que é necessária uma preocupação com o outro, com o todo social.

O altruísmo juvenil fica evidente nas entrevistas dos estudantes no ponto em que demonstram querer uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais fraterna, não só para si, mas para todas as pessoas.

O historiador Eric Hobsbawm afirma que: “o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro. ” (HOBSBAWM, 2013, p.14). Foi possível perceber que na compreensão dos alunos, em relação à cidadania, parece despontar a ideia de um projeto de vida em que se destaca a coletividade, que diz respeito aos direitos sociais e políticos, que valorize as suas experiências individuais e coletivas, suas memórias, suas práticas culturais, em síntese suas histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos como objetivo da pesquisa, analisar o ensino de História na educação básica e sua contribuição para formação cidadã dos estudantes, nos deparamos com temas que apresentam uma grande densidade de significados e de possibilidades, como a Educação formal escolar, a História e seu ensino e a cidadania, como condição dos indivíduos dentro de uma sociedade balizada pelo Estado democrático de direito. Esses temas, durante a pesquisa e no processo de escrita da dissertação, foram explorados sem, no entanto, atingir a totalidade de compreensão de seus significados e possibilidades. O trabalho de pesquisa se desenvolveu a partir de ações realizadas, tendo como objetivos estudos bibliográficos, documentais e de campo.

No desenvolver da pesquisa bibliográfica, foi explorado o conceito de cidadania encontrado em Marshall (1963) e Carvalho (2003). Esses autores, que abordam a cidadania como uma categoria de análise relacionada ao exercício de direitos no campo civil, político e social e também autores do ensino de História e da Educação, como Bittencourt (1990), Guimarães (2012), Freire (1999) e Saviani (2008) que relacionam a condição de cidadão e cidadania à capacidade de participação política, da condição de autonomia frente à realidade social, e da visão histórica frente aos acontecimentos.

A pesquisa documental foi realizada tendo por referência os documentos que regulamentam a educação básica no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, como a LDB/ 96, os PCNs, DCNs, a BNCC, as Orientações Curriculares do Estado de Rondônia e o Projeto Pedagógico da escola Manuel Bandeira, buscando identificar os aspectos relacionados à função social da Educação, tendo em vista a formação para o exercício da cidadania.

O trabalho de pesquisa de campo foi realizado com alunos da Educação básica da escola Manuel Bandeira, mais especificamente com alunos do 3° ano do ensino médio, utilizando para produção de dados, o questionário e a entrevista, abordando os temas da pesquisa: cidadania, educação, ensino de História e aspectos referentes ao cotidiano dos alunos.

No desenvolver da pesquisa, foi possível perceber que a concepção de cidadania, como categoria que expressa a condição do indivíduo historicamente em relação ao Estado e à vida em sociedade, foi constituída de forma desigual nos diversos países que vivenciam a democracia liberal. De forma específica, no caso do Brasil, pode-se perceber que sua concepção está relacionada ao processo de independência política e às conquistas de certos direitos ao longo da História.

Um outro campo explorado durante a pesquisa, foi a relação existente entre a educação escolar e a formação do cidadão e nesse contexto, o papel desempenhado pelo ensino de História na Educação básica e suas contribuições para o entendimento de cidadania e seu exercício por parte dos estudantes. Guimarães (2016) destaca que a educação escolar tem um papel significativo e imprescindível na formação dos indivíduos e o ensino de História, em tal perspectiva, é um importante recurso para o aprendizado e o exercício da cidadania.

Os caminhos seguidos pela pesquisa demostraram que o tema "cidadania", tratado dentro do ambiente escolar, vai além dos muros que delimitam esse ambiente e se faz presente no fazer cotidiano dos jovens estudantes e mesmo nesse espaço, permeia uma diversidade de temas perpassando por disciplinas escolares distintas, em especial a História, disciplina escolar que tem como uma de suas prerrogativas legais a formação para cidadania.

A pesquisa realizada com alunos da educação básica, abordou a sua concepção sobre a cidadania e sua relação com o exercício de direitos individuais e coletivos, garantias constitucionais, liberdades democráticas, também sobre o aprendizado do tema proporcionado pelo ensino de História dentro do espaço escolar. No decorrer dos trabalhos, buscamos ter uma melhor compreensão desses aprendizados, da contribuição do ensino de História para a formação do cidadão e, ainda, conhecer um pouco sobre a representação de cidadania presentes no imaginário dos alunos da educação básica. O quanto essas representações se manifestam em suas práticas do cotidiano foram alguns dos problemas abordados em relação ao cotidiano Escolar.

A partir da análise das entrevistas concedidas pelos jovens estudantes que participaram da pesquisa, foi possível conhecer suas experiências cotidianas, não só em relação à vida escolar, mas também dentro da comunidade, nas relações familiares, nas atividades sociais e políticas, o que possibilitou o contato com o imaginário social e cultural que permeia o existir destes jovens. De tal maneira, foi possível, dentro do quadro teórico da História cultural[20], conhecer aspectos da representação dos alunos sobre Educação, ensino de História e formação para a cidadania.

Nas narrativas dos estudantes estão presentes conceitos como direitos, deveres, sociedade, responsabilidade, participação, mobilização, reivindicação, política, e memória, que foram abordados por uma parte expressiva deles, o que permitiu compreender o sentido de cidadania, de acordo com sua representação e que sentido lhe atribuem em suas práticas sociais cotidianas.

[20] Constructo teórico que deu suporte teórico-analítico à pesquisa e que, segundo Burke (2005), é um campo da História propício à interpretação e análise de narrativas.

Outro aspecto que mereceu destaque foi a percepção dos deveres, que para maioria dos participantes, faz referência, além do civismo, justificado pelas realizações ocorridas dentro da escola como o momento cívico, com exibição do Hino Nacional e de símbolos da pátria como a bandeira, das questões relativas à disciplina escolar e às regras de convivências sociais relacionadas às palavras “educação”, “respeito” e “solidariedade”.

Quanto à Escola, as entrevistas demostraram que os estudantes, de maneira geral, valorizam e dão importância ao seu papel social e pedagógico para o aprendizado sobre cidadania, mas também destacam o papel da família nesse processo, principalmente em relação aos deveres que abrangem, na representação dos alunos, alguns valores do campo ético, da disciplina e do civismo. Destacou-se também a importância dos grupos de jovens e de movimentos sociais na formação cultural e intelectual desses alunos, contribuindo para uma visão crítica em relação à sociedade e possibilitando a aquisição de conhecimento em diversos campos dos saberes, a partir da participação dos estudantes em tais grupos.

Conclui-se que o ensino de História, como artefato cultural para se aprender sobre o conceito de cidadania e a prática do cidadão, na avaliação dos alunos, através de suas próprias narrativas, alcançou uma avaliação positiva, sendo que os estudantes participantes da pesquisa consideraram o aprendizado nas aulas de História importante. Principalmente na compreensão sobre a formação do conceito contemporâneo de cidadania e as categorias de direitos e deveres dentro do Estado democrático de direito. Suas narrativas conferiram visibilidade ao papel que atribuíram à História como disciplina escolar e, para eles, ela se destaca como uma possibilidade de conhecer os acontecimentos referentes à própria localidade em que vivem, por meio da História local, tendo como exemplo o processo de ocupação do território que se tornou estado de Rondônia, como todos os conflitos sociais que lhe foram inerentes por posse de áreas de terra, por espaço e por direitos, contribuindo, assim, para a formação de uma consciência histórica e cidadã.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? *In:* GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21 - 39.

ARANTES, Ana Kelly. **Inclusão social e construção da cidadania**: estudo da formação cidadã de alunos bolsistas no IFMG - campus Bambuí. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, 2015.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. *In:* BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 31-80.

ARISTÓTELES. **POLÍTICA**. São Paulo: Martins Claret, 2004.

AUDIGIER, François. História escolar, formação da cidadania e pesquisas didáticas. *In:* GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas: Papirus, 2016. p. 25-63.

BUFFA, Ester. Educação e Cidadania burguesas. *In:* BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-30.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História.** Volume I: Princípios e conceitos fundamentais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. Volume II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História.** Volume III: Os Paradigmas Revolucionários. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História.** Volume IV: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. Volume V: A Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, José D' Assunção. **O Projeto de pesquisa em História:** Da escolha do tema ao quadro teórico. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. *In:* **Revista de cultura e política**, São Paulo: CEDEC, 1994. n. 33, p.1-13.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

BITTENCOURT, Circe. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. *In:* BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 11-41.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Edipro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIER, Pierre. O capital social notas provisórias. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-70.

BOURDIER, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 71-81.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 set 2020.

BRASIL.[LDB (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9694/96**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 03 set 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. [DCN (2013)]. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 03 set 2020.

BRASIL . Ministério da Educação. [PCNs (1997)]. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf Acesso em: 03 set 2020.

BRASIL. Ministério da Educação [PCNEM (2002)]. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf Acesso em: 03 set 2020.

BRASIL. Ministério da Educação [BNCC (2017)]. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 03 set 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPOS, Helena Guimarães. **A História e a formação para cidadania:** nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Saraiva e Siciliano, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 272-292, jun. 2018. Semestral. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ. Acesso em: 15 mar. 2021.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. 6. impressão. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Cláudia Borges; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Subalterno e oprimido: diálogo com Gramsci e Freire. *In:* MACHADO, Maria Margarida. **Ler GRAMSCI**: para pensar a política e a educação. Goiânia: Scotti, 2020. p. 187-218.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Memórias da migração, memórias da profissão**: narrativas de professores sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980. 2014. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 13. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 68. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da História ensinada.**13. ed. Campinas: Papirus, 1993.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de História e cidadania.** Campinas: Papirus, 2016.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. *In:* GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de História e cidadania**. Campinas: Papirus, 2016. p. 75-105.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 01, n. 01, p. 09-39, jun. 2001. Semestral. Tradução de Gizele de Souza.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LEE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (comp.). **História, novos problemas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 16-28.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-489.

LUCINI, Marizete. Ensino de História e formação para a cidadania: reflexões sobre a intencionalidade no ensino de história como elementos de formação histórica, política e cidadã. *In:* CERRI, Luis Fernando (ed.). **Os jovens e a História**: Brasil e América do sul. Ponta Grossa: Uepg, 2018. p.63-83. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788577982486.0004 Acesso em: 14 jul. 2020.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC: 2002.

MACEDO, Cecilia de Fátima Boaventura de. **Representações sociais de alunos do ensino médio sobre cidadania:** os enlaces na conquista dos direitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte:** uma História da guerra de Canudos. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classes sociais e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MELLO, Eliana Muller de.; SILVA, Denise Regina Quaresma da. Juventudes: identidade, educação e trabalho. **Revista Prâksis**, v. 2, p. 67–72, 2008. DOI: 10.25112/rp.v2i0.653. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/653 Acesso em: 20 jul. 2021.

MESQUITA, Helena Angélica de. O conflito na fazenda Santa Elina/ o massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S.L.]Presidente Prudente: 2011, v. 4, n. 2, p. 33-52, 6 dez. 2011. Semestral. Pegada Eletronica. http://dx.doi.org/10.33026/peg.v4i2.887.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. Rio de Janeiro: 2014.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania em Antonio Gramsci. *In:* BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 81-94.

NUNES, Sérgio Ricardo; CUSTÓDIO, Regiane Cristina. "Projeto Araribá": comparações historiográficas e literárias. *In:* BARROS, Josemir Almeida; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **História da educação em trilhas e centelhas no Centro-Oeste e Norte brasileiros**. Cáceres: UNEMAT, 2021. p. 165-180.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PINSKY, Jaime (org**.). Práticas de cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Karla Bassanezi (org.). **História da cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. *In:* KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-36.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. Educação e Cidadania. *In:* PINSKY, Jaime. **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 147-167.

RONDÔNIA. **Secretária Estadual de Educação. Projeto Pedagógico (PP):** Escola Estadual de Ensino Fundamenta e Médio Manuel Bandeira. Colorado do Oeste-RO: 2017

RONDÔNIA. **Referencial Curricular de Rondônia – Ensino Fundamental**. Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/referencial-curricular-do-estado-de-rondonia-ensino-fundamental-anos-iniciais-e-anos-finais/ Acesso em: 03 set 2020.

RONDÔNIA. **Referencial Curricular de Rondônia – Ensino Médio**. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2012/05/REFERENCIAL-CURRICULAR-ENSINO-M%C3%89DIO.pdf Acesso em: 03 set 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**: Em Revista, Curitiba: 2006, v. 28, n. 22, p. 201-216, jul. 2006. semestral.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo entendido. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012. 144 p.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-263.

TERRY, Gareth; BRAUN, Virgínia. Breve, porém doce: o surpreendente potencial dos métodos de levantamento qualitativo. *In:* BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos:** um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Petrópolis: Vozes, 2019.

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa

Formulário da pesquisa: Representação Sobre Educação, Ensino de História e Formação Para a Cidadania

Este questionário destina-se a uma pesquisa de Mestrado em Ensino de História, que tem como título "o Ensino de História e a formação para a cidadania", que está sendo desenvolvida na Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres-MT.

(NÃO é NECESSÁRIO IDENTIFICAR-SE)

Perfil respondente dos alunos:
Idade_____, Gênero: Feminino ( ) Masculino ( ), Ano Escolar_____, Turno_____, Estado Civil_____, Trabalha: ( ) Sim ( ) Não

Quando você pensa na palavra cidadania quais são as cinco primeiras palavras que lhe vem à cabeça?

Descreva, com suas palavras, o que é cidadania para você.

Em relação à cidadania o que é ensinado na escola ajuda você a se sentir cidadão.
( ) concordo parcialmente
( ) concordo totalmente
( ) não concordo nem discordo
( ) discordo parcialmente
( ) discordo totalmente

Comente sobre sua escolha

O estudo e o aprendizado de História realizado na Escola ajudam você a compreender melhor a ideia sobre cidadania e o papel do cidadão.
( ) concordo parcialmente
( ) concordo totalmente
( ) não concordo nem discordo
( ) discordo parcialmente
( ) discordo totalmente

Comente sobre sua escolha

Estudar História na Escola ajuda você a compreender o que é uma pessoa que tem direitos e deveres?
( ) concordo parcialmente
( ) concordo totalmente
( ) não concordo nem discordo
( ) discordo parcialmente
( ) discordo totalmente

Comente sobre sua escolha

Agradecemos a participação!

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro para entrevista semiestruturada: Representação Sobre Educação, Ensino de História e Formação Para a Cidadania

Esta entrevista destina-se a uma pesquisa de Mestrado em Ensino de História, que tem como título: **Colorado do Oeste –RO**: **Ensino de História e Cidadania na Educação Básica** que está sendo desenvolvida na Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres-MT.

Perfil respondente dos alunos:
Idade_____, Gênero: Feminino ( ) Masculino ( ), Ano Escolar_____, Turno_____, Estado Civil_____, Trabalha: ( ) Sim ( ) Não

1)Momento destinado para uma apresentação do participante (nome, idade, situação familiar, relação com a Escola, trabalho, atividades religiosas, esportivas, políticas, sociais)

2)Como você compreende o que é ser cidadão?

3)Como você descreveria a condição ideal de cidadania que pudesse contribuir para uma vida melhor nos aspectos sociais

4)Qual a sua opinião sobre direitos e deveres,

5)Para você a Escola é um local onde a o exercício de direitos e o cumprimento de deveres se equivalem e são permitidos e cobrados da mesma forma?

6) O que é ensinado na escola ajuda você a se sentir cidadão?

7)O estudo e o aprendizado de História realizado na Escola ajudam você a compreender melhor a ideia sobre cidadania e o papel do cidadão.

8)Estudar História na Escola ajuda você a compreender o que é uma pessoa que tem direitos e deveres?

9)Para você o cidadão deve reivindicar seus direitos e luta por eles quando são negados ou negligenciados, seja pelo Estado ou grupos econômicos dominantes? Por que?

10) Qual a sua visão sobre os movimentos sociais em relação cidadania, e a democracia? Como as aulas de História contribuirão para esse entendimento?